

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DOUTORADO EM
EDUCAÇÃO

ROBERTA DOS SANTOS PIEDRAS KAWAMOTO

**A GESTÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS, FRENTE
ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS ENTRE 2011 A 2021**

Goiânia, GO

2023

ROBERTA DOS SANTOS PIEDRAS KAWAMOTO

**A GESTÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS, FRENTE
ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS ENTRE 2011 A 2021**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: profa. dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro.

Goiânia, GO

2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

K22g kawamoto, Roberta dos Santos Piedras

A gestão da rede pública de ensino no Estado de Goiás,
frente às políticas neoliberais entre 2011 a 2021.

/ Roberta dos Santos Piedras Kawamoto.-- 2023.

114 f.

Texto em português, com resumo em inglês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Esperança Fernandes Carneiro.

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica.

de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 107-114.

1. Educação e Estado - Goiás (Estado). 2. Escolas
- Organização e administração - Goiás (Estado). 3.
Neoliberalismo. I. Carneiro, Maria Esperança Fernandes.
II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa
de Pós-Graduação em Educação - 18/08/2023. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 37.014(817.3)(043)



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPE
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu – CPGSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades – EFPH

**A GESTÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE GOIÁS, FRENTE AS POLÍTICAS
NEOLIBERAIS ENTRE 2011 A 2021**

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás,
aprovada em 18 de agosto de 2023.

ROBERTA DOS SANTOS PIEDRAS KAWAMOTO

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro / PUC Goiás (Presidente)



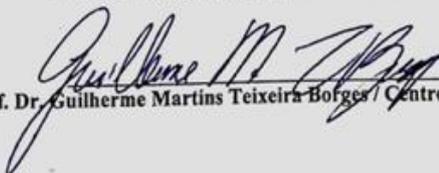
Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás



Prof. Dr. Renato Barros de Almeida / PUC Goiás



Prof. Dr. Aristóteles Mesquita de Lima Netto / UNIFIMES



Prof. Dr. Guilherme Martins Teixeira Borges / Centro Universitário de Goiás

Profa. Dra. Beatriz Aparecida Zanatta / PUC Goiás (Suplente)

Profa. Dra. Gislene Lisboa de Oliveira / UEG (Suplente)

Dedico este trabalho aos professores que estão em sala de aula e àqueles na função de gestores, aos estudantes e aos pesquisadores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço A Deus a energia superior que me ilumina.

À orientadora Maria Esperança Carneiro a inspiração de educadora e os conhecimentos compartilhados.

Aos professores do pós-doutoramento em educação da PUC Goiás as contribuições para a pesquisa.

Aos participantes das bancas a contribuição para a minha formação e a ciência que vão além da pesquisa.

Aos meus pais, João José e Ana Lúcia Piedras, a resiliência como melhor herança deixada aos filhos.

Ao meu esposo, Henry Kawamoto, a cumplicidade de tornar-se o melhor parceiro que uma mulher pode escolher e merecer, e à minha filha, Natália Piedras, a condição de ser uma fonte do meu despertar para a realidade, buscando um mundo humanizado e menos desigual.

RESUMO

Nesta tese, a gestão da rede pública de ensino no estado de Goiás tem referência nas políticas neoliberais, estudando o período de 2011 a 2021. O objetivo geral visa analisar as mudanças político-educacionais na rede estadual de ensino de Goiás. Os específicos são compreender o cenário funcional de gestores, docentes e estudantes; observar os protagonismos docentes instáveis por seguirem regulamentações prontas, mesmo sem real efetividade na aprendizagem, correlacionar os impactos oriundos de organismos multilaterais do neoliberalismo implantados junto a redes educacionais por governos e discutir a política neoliberal e a democratização educacional no Brasil. As seguintes questões norteiam o estudo: como se insere a lógica neoliberal na educação pública e particular, representando a subordinação do ensino e as relações de protagonismos instáveis? De que modo as políticas neoliberais, no período de 2011 a 2021, implantaram-se na gestão pública de ensino em Goiás? Como aporte teórico para as reflexões, foram estudados textos de Dourado (2002), Freitas (2012), Frigotto (2010) e outros. Os resultados abrangem as mudanças na educação de natureza econômica, política e social, sendo o neoliberalismo o modelo de políticas públicas educacionais implantadas no Brasil. Os trabalhos dos profissionais da educação seguem a pressão das redes de ensino, havendo imposição de currículo que destitui a autonomia da gestão democrática e do ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão escolar. Neoliberalismo. Políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

In this thesis, the management of the public education network in the state of Goiás has reference to neoliberal policies, studying the period from 2011 to 2021. The general objective aims to analyze the political-educational changes in the state education network of Goiás. The specific ones are to understand the functional scenario of managers, teachers and students; observe unstable teaching roles due to following ready-made regulations, even without real effectiveness in learning, correlate the impacts arising from multilateral organizations of neoliberalism implemented alongside educational networks by governments and discuss neoliberal policy and educational democratization in Brazil. The following questions guide the study: how does neoliberal logic fit into public and private education, representing the subordination of teaching and unstable leadership relationships? How were neoliberal policies, from 2011 to 2021, implemented in public education management in Goiás? As a theoretical contribution to the reflections, texts by Dourado (2002), Freitas (2012) were studied, Frigotto (2010) and others. The results cover changes in education of an economic, political and social nature, with neoliberalism being the model of public educational policies implemented in Brazil. The work of education professionals follows pressure from education networks, with the imposition of a curriculum that deprives the autonomy of democratic management and teaching-learning.

Keywords: Educational public policies. Neoliberalism. School management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Publicações de trabalhos com o tema gestão escolar 2006-2021	14
Quadro 2 - Governo Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2011)	46
Quadro 3 - Governo Dilma Rousseff (2011-2016)	51
Quadro 4 - Metas do PNE 2014-2024	55
Quadro 5 - Governo Michel Temer (2016-2018)	63
Quadro 6 - Gestões da educação	71
Quadro 7 - Marcadores de notas com reflexo na qualidade da educação	73
Quadro 8 - Faltas e bônus	81
Quadro 9 - Projeto das OSs em Goiás (2015)	89

LISTA DE SIGLAS

Anfope	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade Inicial
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fiesp	Federação das Indústrias do estado de São Paulo
Fundeb	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idego	Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana
Inep	Instituto Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSs	Organizações Sociais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
Promedlac	Projeto Principal da Educação para América Latina e Caribe
PT	Partido dos Trabalhadores

Reanp	Regime especial de aulas não presenciais
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Saeb	Avaliação da Educação Básica
Saego	Sistema de Avaliação Educacional de Goiás
Saep	Sistema de Avaliação de Educação Profissional e Tecnológica
Seduc	Secretaria Estadual de Educação de Goiás
Sintego	Sindicato dos Professores do Estado de Goiás
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A GESTÃO E AS DEMANDAS DEMANDAS PRODUTIVAS NA EDUCAÇÃO	19
1.1 A GESTÃO E O NEOLIBERALISMO EM AÇÃO NO BRASIL: PARÂMETROS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	19
1.2 DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E ESCOLA TRANSFORMADORA DA ORDEM SOCIAL	23
1.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE GESTÃO PARA ÍNDICES AVALIATIVOS	27
1.4 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA REGÊNCIA DE POLÍTICAS DE REFORMAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS, A PARTIR DO CURRÍCULO	30
CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DO CAPITALISMO DESENVOLVIMENTISTA AO REFORMISTA CONSERVADOR	39
2.1 O CAPITALISMO DESENVOLVIMENTISTA: GOVERNOS LULA 2003-2011 E DILMA 2011-2016	39
2.2 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: MICHEL TEMMER 2016-2018 E JAIR BOLSONARO 2019-2022.....	57
CAPÍTULO III - O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS	69
3.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA A PARTIR DA LEI 9.394/1996	69
3.2 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2011-2014 NA SEDUC-GO: O MODELO GERENCIAL	72
3.3 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2015-2018 NA SEDUC-GO: A LUTA CONTRA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	83
3.4 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2019-2023 NA SEDUC-GO: O AVESSE DO AVESSE	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

Nesta tese, a gestão da rede pública de ensino no estado de Goiás será estudada frente às políticas neoliberais, no período de 2011 a 2021. As políticas públicas educacionais são analisadas na perspectiva do materialismo histórico-dialético, pois consideram as transformações da sociedade com a relação de trabalho na produção neoliberalista e na concepção de Estado. Tais políticas no Brasil atrelam-se ao interesse do capital, com respaldo do Ministério da Educação (MEC), ao qual se pauta na Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc-GO).

A Constituição federal de 1988 expõe a educação como direito de todos com promoção estatal e da família, com a colaboração da sociedade e dos entes federativos para o pleno desenvolvimento da pessoa, pensando no seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação ao trabalho. No entanto, mesmo com a expansão dessas políticas, por seguirem a orientação do neoliberalismo, há incoerência entre os deveres legais das instituições governamentais, a redução do Estado e o controle de tecnicismos. No viés do modo de produção capitalista, está a educação pública em que a pessoa gestora escolar vê sua função alterada por demandas do gerencialismo. No Brasil, a privatização do ensino, em visão macro, ocorre internamente na estrutura dos procedimentos, mesmo as escolas públicas assemelhando-se às particulares quanto ao gerencialismo e à padronização de metas.

Tendo essa percepção como professora na rede pública do estado de Goiás, desde 2010, também atuando na gestão e na coordenação pedagógica, a pesquisa se justifica, primeiramente, pela vivência profissional frente aos impactos de mudanças escolares, por vezes, gerando enfraquecimento das lutas coletivas e perdas de direitos conquistados em situações que buscam silenciar os profissionais da educação. Na função docente da disciplina Língua Portuguesa, a experiência de lidar com pressão interna e externa no ensino público, frente a tantas necessidades de melhorias de sua qualidade, colegas vêm passando aparentes desméritos de algumas disciplinas, por não estarem no rol das estão especificadas em avaliações externas.

Outra justificativa está no quesito de áreas do saber como filosofia e sociologia, tão fundamentais para a formação humana, sofrerem certo escantemento

por irem de encontro às intenções neoliberais. Esse fenômeno é mais notório nas últimas duas décadas, pelo que o papel do professor de lançar discussões além das atividades definidas em conteúdo prefixado fica para depois, sendo momento que não chega. A função do professor segue os planos de aula, regista seus diários com planilhas e relatórios das práticas preparadas pela Seduc. Os preparativos se alinham integralmente a avaliações em formato padronizado do ensino, sendo o professor apenas aplicador da estrutura neoliberal e o gestor mero gerente escolar, esperando os parâmetros dos resultados medidos por índices de aprendizagem.

Nessa linha, o objetivo geral visa analisar as mudanças político-educacionais na rede estadual de ensino de Goiás. Os específicos são compreender o cenário funcional de gestores, docentes e estudantes; observar os protagonismos docentes instáveis por seguirem regulamentações prontas, mesmo sem real efetividade na aprendizagem, correlacionar os impactos oriundos de organismos multilaterais do neoliberalismo implantados junto a redes educacionais por governos e discutir a política neoliberal e a democratização educacional no Brasil.

Então, questiona-se como se insere a lógica neoliberal na educação pública e particular, representando a subordinação do ensino e as relações de protagonismos instáveis? De que modo as políticas neoliberais, no período de 2011 a 2021, implantaram-se na gestão pública de ensino em Goiás? As respostas a essas indagações observam o hibridismo e as ambivalências de regulamentação educacional a nível nacional e internacional. A ideia de mercado na educação percebe a internalização da comunidade escolar com todos os seus fatores ou produtos.

A política neoliberal introduziu-se na educação com o discurso de democratização e a crise gerencial pela falta de eficiência, na produtividade escolar. As políticas neoliberais se aliam ao Banco Mundial (BM), sendo dependentes do poder econômico. A má qualidade da educação no Brasil é contexto de luta ideológica do modelo de gestão educacional com características economicistas nos pressupostos do mercado. Esse ideológico se impõe por elementos da gestão empresarial para a educacional visando ao desempenho, evitando desperdícios com o racionamento de recursos. Esses mecanismos descentralizam os processos de participação coletiva na produção.

Nessa conjuntura, a metodologia da pesquisa é bibliográfica, documental e descritiva do materialismo histórico-dialético (PIRES, 1997; AMORIM, 2018), iniciada com uma busca por descritores em trabalhos publicados sobre as políticas públicas educacionais direcionadas pelo neoliberalismo transformadoras de relações de trabalho e prática escolar (Quadro 1).

Quadro 1 - Publicações de trabalhos com o tema gestão escolar 2006-2021

Ano	Autor(a)	Título	Material	Universidade
2006	Ângelo Ricardo de Souza	Perfil da gestão escolar no Brasil	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo
2007	Sofia Lerche Vieira	Política e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples	Artigo	Anpae
2012	Eudes Oliveira Cunha	A gestão escolar e sua relação com os resultados do Ideb: um estudo em duas escolas municipais de Salvador	Dissertação	Universidade Federal da Bahia
2013	Gisele Kemp Galdino Dantas	Política pública educacional paulista (1995-2012): dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial	Tese	Universidade Estadual Paulista (Unesp)
2016	Priscila de Oliveira Moura	O sistema de bônus/prêmio na Reforma Pacto pela Educação (Seduc/Goiás (2011-2014)	Dissertação	Universidade Federal de Goiás
2016	Graziella Pereira Vieira	Teses e dissertações da área da educação sobre gestão democrática (2012-2013): um balanço crítico	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás

2019	Weslei Garcia dePaulo	Militarização do ensino no estado de Goiás: implementação de um modelo de gestão escolar	Dissertação	Universidade de Brasília
2021	Luís Gustavo Alexandre Silva; Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira.	Reforma educacional no sistema estadual de ensino: do enfraquecimento dos princípios democráticos as contradições na gestão dos processos educativos na escola pública em Goiás	Artigo	Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 37, n. 3, p. 1181 - 1198, set./dez. 2021

Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir de buscas de pesquisas.

O estudo documental baseou-se na seleção de textos e documentos oficiais da Seduc/GO e legislações - Constituição federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação e outros. As fontes bibliográficas delineiam a reflexão sobre a gestão educacional nacional do MEC e do estado de Goiás. A dialética compreende a realidade fundamentando-se na matéria e na prática social, a partir de um olhar para o método do materialismo histórico.

No materialismo histórico-dialético, o diálogo com as inter-relações históricas, econômicas e sociais junto à gestão da escola a atividade do ensino parte da força motriz do capitalismo. O aspecto fundante da sociedade tornar-se criador de necessidades e ideias. Nesse sentido, o capitalismo define e relaciona as ações humanas, mas suas capacidades podem libertá-lo, emancipá-lo.

Nos teóricos, foram construídos diálogos com Dourado (2002), Freitas (2012), Klees e Edwards JR. (2015), Frigotto (2010), Pires (1997) e outros, tratando da gestão com os caminhos da qualidade e da justiça social na educação pública. Nessa discussão, o materialismo histórico-dialético adentra a ciência humana em que há contrapontos do pensamento e da positivação da realidade, como apontou Mascarenhas (2014). O gerencialismo na unidade educacional se utiliza do neotecnicismo¹ com treinamentos rumo a metas e resultados de acordo com a

¹ Conforme Freitas (2012), o contexto neotecnicista recente se apresentado num processo de ensino-aprendizagem rumo a resultados, à racionalidade técnica de garantir eficiência e produtividade na educação, tendo as políticas educacionais com o critério da qualidade.

meritocracia. Os currículos nacionais e regionais andam alinhados nas atividades escolares.

A análise social pela práxis educacional e pelas relações de trabalho não fica nas abstrações do pensamento, e sim na realidade e nas consequências da historicidade. A educação se determina no ápice da instância da produção que dimensiona a vida e sua articulação com o trabalho. Sobreviver é necessário e preparar-se para o trabalho algo obrigatório, mas como se apropriar do saber? Os conhecimentos são historicamente produzidos com a via da educação escolar usada para o objetivo de categorizar as pessoas no contexto neoliberal.

Nesse sentido, a perspectiva metodológica possibilita explicitar e conceituar a relação do homem com o mundo, como membro integral da sociedade, por sua natureza histórica. A historicidade e a contradição se fazem na totalidade funcional da sociedade que insere as pessoas a ela de forma inclusiva ou impositiva e macroscópica, tendo aí a complexidade lógica e dinâmica da gestão.

A tese dividida em três capítulos trata da importância da gestão escolar frente ao neoliberalismo. A discussão do primeiro item é de que organismos internacionais atuam fortemente nas reformas educacionais e ditam a qualidade e o papel da gestão, apregoando a avaliação externa. A função do gestor escolar é retomada aos anos de 1990, compreendendo o início do neocapitalismo, além de muitas privatizações, elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outras mudanças. Em termos regionais, a atuação dos organismos internacionais parte do BM junto a demais instituições que fazem as orientações de políticas públicas educacionais. Pelas avaliações, ocorrem o conceito de qualidade e o controle de resultados institucionais.

Nesse sentido, o projeto educacional se pauta em princípios, pelos quais se esperam os aspectos democráticos e de autonomia das escolas. A unidade escolar apresenta uma realidade que pode ser bastante diferente de outra comunidade. A gestão democrática do ensino público olha para a Lei 9.394/1996 defendendo sua organização e seu estabelecimento de ensino que atenda seu público como ele precisa. Mas a intenção pode se mostrar desfacelada pelos interesses políticos e econômicos. Em decorrência disso, esta investigação traz as alterações de políticas educacionais, a partir de 1990. Nessas propostas, há características neotecnicista e neoliberalista distanciadas das questões democráticas.

O segundo capítulo descreve as políticas públicas educacionais, com parâmetros do capitalismo desenvolvimentista e do modelo reformista conservador. Os governos petistas se desdobraram nessa implantação em que o avanço do neoliberalismo tem contraponto a demandas sociais, com a educação alinhada ao contexto global. Nos governos de onda conservadora, como Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), observa-se se houve rompimento com o que vinha sendo feito no gerenciamento da escola. Os princípios das reformas de 2016 a 2022 embasaram a atuação do diretor escolar em função mais complexa, atendida com o interesse da classe dominante (econômica e política). As orientações gerenciais vindas de órgãos internacionais para os governamentais brasileiros firmam-se com a submissão de procedimentos avaliativos de desempenho dos estudantes. As demandas pedagógicas seguem às cegas esses ditames avaliativos, mesmo que não representem a realidade do conhecimento na escola.

O último capítulo mostra os impactos neoliberais no estado de Goiás. A compreensão dos fatos históricos ressalta a disputa de classes e o processo do Pacto pela Educação de 2011. A implantação de OSs e a militarização de escolas condicionam os olhares pelos quais se determina a consciência educacional e social. Sob a ótica de três governos, seguindo a historicidade e apresentado-os como responsáveis pela condução educacional fizeram mudanças na administração escolar e dinamizaram sua função como gestor(a). A reforma educacional goiana, de 2011 a 2014 na Seduc-GO, envolveu o modelo gerencial com o discurso da ação de qualidade do trabalho de gestores, o que se seguiu na reforma de 2015 a 2018, com a luta contra as OSs, e a da gestão 2019 a 2023, ainda no viés da qualidade e do trabalho da gestão na escola.

Olhando para os papéis de profissionais da educação e governos, a tese analisa os procedimentos que integram a gestão democrática que, mesmo garantida em lei, não se configura com autonomia, pois se faz de maneira controlada e imposta. A democracia escolar ocorre de modo reduzida pelo voto nas eleições escolares e se esvazia quando os sistemas de ensino público formatam o modelo de gestão e sua atuação. Os documentos pedagógicos/administrativos são elaborados pensando em provas e planos de trabalho em que candidatos a gestão escolar os realizam a fim de atingir o sucesso no pleito. A contribuição trazida, diante de políticas de governos, amplia a discussão sobre os norteadores da educação como

Plano Nacional de Educação (PNE), planejamento didático de gestão instituição escolar em Goiás. O seguimento neoliberalista avança pautas de transformações da sociedade, do mercado e da educação.

CAPÍTULO I - A GESTÃO E AS DEMANDAS PRODUTIVAS NA EDUCAÇÃO

Este capítulo visa compreender a gestão educacional e os impactos que o neoliberalismo se impõe e percorre nas políticas públicas. O Poder Público, na educação, transforma as práticas ao nortear a função dos profissionais da educação, cuja gestão escolar se molda pela disputa de interesses contraditórios e conflituosos, gerados no ordenamento político-econômico. Implantam-se daí as reformas para as narrativas da qualidade do ensino-aprendizagem na escola pública.

1.1 A GESTÃO E O NEOLIBERALISMO EM AÇÃO NO BRASIL: PARÂMETROS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A gestão da rede pública em Goiás se faz com práticas gerencialistas redutoras da autonomia escolar e dos recursos financeiros. A ideia de qualidade está em índices educacionais de avaliações em larga escala. A gestão democrática, desse modo, passa por questionamentos pelas contradições de políticas neoliberais das últimas décadas. Uma gestão de prática social e educacional também advém do impacto no ordenamento jurídico, adentrando em aspectos da qualidade da educação (AZEVEDO; AGUIAR, 2016).

Na produção capitalista, Castro, Morais e Peixoto (2018) afirmam que o neoliberalismo tem forte reação política intervencionista, cujas ideias seguem

[...] a proposta neoliberal ensejava combater o keynesiano e foi defendida por teóricos Friedrich Hayek e Milton Friedman em seus discursos acerca das medidas neoliberais a serem adotadas como metas para estabilizar financeiramente a economia e conter as despesas dos gastos sociais (neste modelo econômico as Políticas Sociais são compreendidas como custo social) com bem-estar, desemprego, reforma fiscal e redução dos impostos para altos rendimentos (CASTRO; MORAIS; PEIXOTO, 2018, p. 333).

A ampliação de metas para esse sistema não tem espaço democrático. Entra aí a luta de classes buscando garantir a questão social de estabilidade, já que o capitalismo segue prioritariamente o lucro. Nesse foco nos rendimento, o Brasil implantou o neocapitalismo, distanciando-se do bem-estar social. As ações que asseguram os direitos dos cidadãos não se revestem integralmente do aspecto

democrático. A legalidade de que todos são iguais apresenta falhas, havendo classes desfavorecidas dependentes de políticas assistencialistas.

O Estado, na incumbência de provedor da escola, estabelece a gestão educacional, sendo essa integrante do sistema neocapitalista. As mudanças paradigmáticas da gestão educacional ocorrem antes e depois do fortalecimento do neoliberalismo nas orientações de políticas públicas educacionais (CAMARGO, 2009). Essa linha teve maior impacto após 1950, quando “[...] educadores e políticos imaginaram uma educação internacionalizada, confiada a uma grande organização, a Unesco [...] Como resultado, tem-se hoje uma grande uniformidade nos sistemas de ensino” (GADOTTI, 2000, p. 86).

A educação segue, assim, a globalização uniforme de uma base curricular estrutural para todas as escolas. Mas como fica a qualidade do ensino que se adequa às exigências de um sistema único curricular? O processo de redemocratização da sociedade dado em 1980 se contrapôs a conquistas legais da gestão democrática com o princípio da educação pública de qualidade. O modelo neoliberal posto a nível internacional colocava o Brasil figurante na América Latina. À época de sua ascensão, opunha-se à redemocratização resgatada como fim do Regime Militar.

A gestão educacional estabelecida com a promulgação da Carta Magna de 1988, em seu art. 206, carrega a visão democrática do ensino público. Os princípios abrangem da igualdade de acesso ao ensino até o piso para os profissionais:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII – garantia de padrão de qualidade;
VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição federal de 1988, inciso VI, a LDB/1996, art. 14, destaca o preceito da gestão democrática como trabalho coletivo de diálogo e participação entre os profissionais da educação e a comunidade escolar:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

As normas privatizam as ações democráticas, sabendo que o modelo neoliberal para a política, a economia e a educação são compreendidas como difícil para a compatibilização de democracia gestacional. Os pressupostos são de finalidade rumo a interesses de grupos dominantes retirando a autonomia da escola e de seus profissionais. Reconhece-se que o modo sistematizado de educação, conforme Saviani (2015), articula-se em cada época na escola.

Com o neoliberalismo e a maneira de gestão neoliberal, pela qual se movimenta o capital, transforma-se a realidade em objeto, tudo convertido em mercadoria. Ocorre um sistema universal de equivalências de trocas pela mediação abstrata do dinheiro. Isso corresponde à prática da administração sustentada por dois pilares: a dimensão da realidade social e os princípios administrativos, todos como manifestações ditadas por regras.

Conforme Castro, Morais e Peixoto (2018), após 1989, as reuniões com membros do governo americano contava com órgãos como FMI, BM e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), acordando sobre modelos econômico, político e social. Nesses, destacam-se o Consenso de Washington pelos ideários neoliberais com a redução do Estado e a ampliação da economia. Os ideais empregaram o labor do trabalhador à gestão democrática escolar, ocultando aspectos não democráticos.

A educação é entendida como prática social constituinte e constituída de relações e processos socioculturais produzidos pelo homem e pela mulher. A escola aduz a produção do saber com políticas de gestão e processo de ensino-aprendizagem. A gestão educacional tem característica reducionista do gestor escolar, sendo apenas responsável por métodos e técnicas aplicadas, oriundos da redução estatal. É uma modernização de reforma tal qual a de 1990.

No Brasil, o neoliberalismo foi implantado defendendo nova fórmula de gestão ampliada à política, à economia e ao campo social, liberalizando o mercado e alavancando a da economia capitalista. O discurso defendido por neoliberais trata da eficiência de recursos públicos, reduzindo o custo para o Estado. Com as contradições impostas pelo neoliberalismo, negam-se os princípios do trabalho coletivo com diálogo e participação de profissionais da educação junto à comunidade, além da qualidade educacional com menos recursos e a desvalorização do professor que lida com o aumento de atividades, o que significa maior exploração.

Desde a redemocratização brasileira, houve mudanças acentuadas na educação e nos processos de organização da gestão na educação básica. Há a característica da descontinuidade de políticas de Estado e o predomínio das de governo², as quais atendem a interesses da classe dominante. Como menciona Oliveira (2000, p. 331), a ação visa “[...] introjetar na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerente à lógica capitalista”.

Apesar de o plano de gestão política parecer que segue os preceitos constitucionais, as reformas ocorridas partem de ideais na contramão de direitos conquistados. Ao contextualizar a sequência histórica da educação com as políticas educacionais após 1990, a lógica neoliberal é ainda mais demandada nas pautadas da educação, com teorias da administração geral. Defendidas como universais de organização empresarial estão presentes no ambiente escolar o controle econômico sobre a educação. A manipulação se rege por preceitos do neoliberalismo sem visíveis freios de sua atuação. Esse provoca a redução na autonomia da escola, como mencionado, mas ainda se apregoam políticas de melhorar a qualidade do ensino. Sua influência viabiliza o processo de aprendizagem satisfatório para o sujeito e a sociedade, de forma que ser gestor escolar é reger meios dessa ação acontecer.

A reforma estatal reestrutura a organização produtiva do capitalismo, com a qual o campo escolar se determina nessa lógica de mercado. Os critérios de intervenção político-educacional se define como técnicos, eficiência da produtividade, partindo de avanços administrativos empresariais. O movimento de

² Nessas políticas, o Executivo decide a formulação e a implementação de medidas e programas para as demandas internas do território, havendo escolhas complexas. Nas de Estado, envolvem-se mais de uma agência do Estado, passando pelo Parlamento ou por instâncias de discussão, resultando em mudanças de normas ou disposições, com incidência em setores da sociedade.

reformas levado pelo governo FHC (1995-2003) acompanhou a agenda de nível mundial.

A administração gerencial tem estratégia que o administrador público atingirá para a sua autonomia na gestão dos recursos materiais e financeiros, cobrando por resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição com a possibilidade de concorrência interna. A estrutura organizacional tem descentralização e redução de hierarquias já que há participação de agentes privados como organizações.

É elucidativo o caminho seguido na implantação de administração pública gerencial vista na escola. Essa se baseia em conceitos de eficiência e controle de resultados, sob a defesa reduzir o custo e ter maior benefício. O Estado investe nessas medidas na educação, saúde, segurança e outros campos. O plano de reforma estatal se projetou na proposta neoliberal. Nessa, há o sucateamento do serviço público, as privatizações de serviços básicos para a população, a redução do funcionalismo público, a implantação de projetos de modelos internacionais que nada têm a ver com a realidade nacional, entre outras metas.

Nesse viés, o modelo gerencial adotado pelo Brasil a partir de 1995, visando à reforma generalizada do Estado, foi concebido em perspectiva de redefinição do papel dos governos. Ao reduzir o papel do executor direto de serviços, mantém-se o regulador ou promotor das metas. Na educação e na saúde, o Estado continua a subsidiar seu controle direto, embora seguindo acordos de participação de entidades internacionais como Unesco.

Nesse parâmetro, a visão do discurso neoliberal compreende a forma de pensar e delinear a esfera educacional pretendida. A educação passa a ser compreendida como serviço, e assim há a concorrência da rede privada, tendo o sistema público parcerias com o terceiro setor. O esquema de metas, custos e redução da autonomia escolar faz parte dessa empresa com pensamento multinacional, tendo figura de descentralização.

1.2 DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E ESCOLA TRANSFORMADORA DA ORDEM SOCIAL

A descentralização educacional do governo federal não é uniformizadora no sentido de todos os estados e os municípios terem o mesmo poder econômico.

Desenvolve-se o jogo político com os controles de cargos elegíveis, havendo negociações para a liberação de emendas parlamentares e verbas. O cidadão passa a ser um participante do clientelismo. Na educação, esse cliente teve a ampliação do acesso ao ensino para todos desde as primeiras fases da vida até conclusão do ensino médio (dos 4 aos 17 anos), tendo que a Emenda Constitucional 14/1996 focalizava o ensino fundamental.

A força hegemônica, à frente do movimento neodesenvolvimentista, incorporou setores das classes populares à sua política, vista como da grande burguesia interna, fazendo crescer o quantitativo de emprego, favoreceu a luta sindical por aumento de salários. Ela se ligou a muitas políticas sociais que atenderam alguns interesses de setores. Os programas de transferência de renda, recuperação do salário mínimo, construção de casas populares e de cisternas no semiárido, financiamento da agricultura familiar, quotas raciais e sociais, abertura de concursos públicos, expansão do ensino superior público e facilitação do acesso às universidades públicas e privadas deram apoio a classes do operariado e do campesinato a participarem das políticas de governos.

Na educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, foi a primeira grande iniciativa do ministro Fernando Haddad, em que dezenas de programas que compunham a educação básica e o ensino superior centralizaram a articulação o governo federal, tendo a responsabilização e mobilização de todos os agentes públicos da educação (BRASIL, 2008). O MEC instaurou a colaboração de repartição de competências e responsabilidades de indicadores nacionais da educação. A tentativa era de resgatar o protagonismo do governo federal e minimizar os desequilíbrios regionais. Com o Programa de Ações Articuladas (PAR), ele incentivou os municípios a aderirem os índices de desempenho dos alunos da educação básica (Ideb).

Esse foi inspirado no Programa Internacional de Avaliação do estudante (Pisa) visando alcançar médias de aprendizagem pelas avaliações externas. Também outras duas aprovações se destacaram: Lei do Piso Nacional do Magistério 11.738/2008, votada para a educação básica, e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A classe dominante, oligárquica, tentaria interromper as mudanças sociais implantadas na educação e em outros âmbitos que, realmente, buscasse favorecer o povo mais humilde. O aparelho ideológico³ movido pelo Estado se coloca em posição dominante de formações na educação, em que a escola torna-se um dos meios de perpetuação do poder. A forma sutil da escola seguir o currículo educacional propaga a perpetuação dominante e a alienação do seu público. A ideologia dominante dissemina sua crença bem longe da transformação social que emancipação as classes trabalhadoras.

Entretanto, a escola poderia ser transformadora da ordem social se aplicasse os conhecimentos acumulados e promovesse o desenvolvimento da consciência do estudante. Mas o que se vê é a consciência ingênua, chanceladora da injustiça social. Algumas pessoas mantêm seu privilégio de lugares reservados na estrutura econômica (PARO, 2010). Na ideia de rebater esse caminho de falta de consciência seria “[...] preciso um conjunto muito maior de fundos de desenvolvimento e uma abordagem menos técnica e mais participativa para sua distribuição, orientada diretamente para a promoção dos direitos humanos e da justiça social” (KLEES; EDWARDS JR., 2015, p. 24).

A escola tem capacidade de mudar cenários de ordem políticossocial, começando por si mesma, ao criar um modelo de comportamento autônomo por meio de seus profissionais. A hierarquia que coloca o diretor como autoridade máxima da escola é um poder conferido, mas limitado principalmente no desdobramento de políticas externas figuradas por governos à frente do Estado. Nos últimos anos, foi acentuando o golpe provocativo da falta de autonomia da escola. Por consequência, sua gestão enrigesse o discurso dominante nas reformas educacionais, como se deu com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do ensino médio e outras alterações.

O modelo capitalista neoliberal substituiu o desenvolvimentista, que se baseia no Estado mínimo, no fortalecimento do capital privado, na abertura comercial desindustrializante e na internacionalização da economia. Nesse ideário, também cabem políticas que os governos do PT exploraram. Eles trataram de moderar os

³ Para Chauí (2008), as representações para explicar a vida individual e a social com o sobrenatural escondem o modo real (ideologia) das relações sociais produzidas pela exploração econômica e a dominação política. A legitimação das condições sociais de exploração parece justa.

efeitos necessariamente negativos do crescimento econômico e da distribuição de renda.

Nas políticas públicas, as faces governamentais se traduziram em movimentos de descentralização-desconcentração-desobrigação do papel estatal. A implantação da BNCC, a reforma do ensino médio, a destituição de direitos sociais e trabalhistas, a instabilidade de servidores, o aumento de contratos temporários e do subemprego, o desmantelamento da seguridade social e a aprovação da Emenda Constitucional do Teto 95/2016 sugerem pontos controvertidos das supostas melhorias para a população trabalhadora.

No âmbito da educação, as faces de mediações entre descentralização-desconcentração-desobrigação se formaram com a ausência de participação e autonomia dos entes federados. As questões técnicas, político-pedagógicas e de financiamento educacional repercute em problemas há séculos enraizados no País.

A austeridade fiscal e o financiamento da educação, com a aprovação da EC 95/2016, tiveram mais efeitos graves para as áreas sociais como saúde, educação, habitação, segurança alimentar e assistência social. A implementação do teto para os gastos públicos federais, objeto das PECs 241 e 55 aprovadas em 15 de dezembro de 2016, consolidou-se o que se instituiu em regime fiscal para vigorar por 20 anos (até 2036). A primeira delas, originária das demais, implica a discussão da implementação do PNE 2014-2024. O plano se dispõe na Lei 13.005/2014, sendo principal política pública com 20 metas orientadoras de centenas de estratégias.

Da educação infantil até o ensino superior, as políticas começam pelo combate ao analfabetismo e pela universalização do acesso à educação. A superação das desigualdades faz parte das condições de formação educacional, avançado para o trabalho docente e a valorização dos profissionais da educação.

Os mecanismos criados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, incorporados no PNE, meta 20, aduzem o financiamento, o custo aluno-qualidade inicial (CAQi) e o custo aluno-qualidade (CAQ), mas não foram implementados em 2015 e 2017. Se houvesse sua implementação, teria o aumento de recursos de 7% do produto interno bruto (PIB) até 2019, saltando para 10%, nos cinco anos de vigência (2024). O que se fez na EC 95 foi congelar os investimentos educacionais de 2017 a 2036 (OLIVEIRA; SILVA, 2018), cuja redução implicará a medidas políticas de gestão.

1.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS DE GESTÃO PARA ÍNDICES AVALIATIVOS

Os grupos poderosos atuando no neoliberalismo impuseram a visão burguesa na educação, o que figura a exclusão pelo conservadorismo, o desprezo pela cultura de comunidades, a posição do neocapitalismo, o que desenvolve a ideologia com modelo comportamental de interesse do sistema político-econômico de mercado.

o sistema tem domínio em todos os campos. Nas políticas educacionais estão as de gestão, como já mencionadas. A Reforma do Aparelho de Estado, iniciada por FHC, aplica à gestão novos contornos desde o nível micro na escola. A forma de dominar o currículo e a prática de gestão educacional se avalia pelas provas externas. De modo velado, essas aplicações figuram a concepção de agenda ditatorial sendo implantada, diluindo a gestão democrática. Por órgãos internacionais, ocorre o ato de dominar o conhecimento da classe dominante. O ensino é mantelado com o poder de continuidade do sistema neocapitalista.

Essas práticas seguem a lógica das políticas públicas, tendo a educação sua historicidade de passos de avaliações que não se valem da realidade do público escolar, mas de implicações de contingentes econômicos. Como afirma Teixeira (2002), as políticas educacionais não são neutras, mas revelam seus princípios e valores de mundo. Sua legitimação contempla os segmentos sociais dominados, observando os aspectos de organização e negociação de ideologias. A execução de tais políticas se caracteriza no aspecto social, seguindo a narrativa do que são a gestão e o seu arcabouço democrático.

O diretor escolar intitulado por gestor educacional tem perfil gerencialista, seguindo o controle do aparelhamento socioeconômico mascarado nas instituições do Estado. Os processos educativos se padronizam e submetem os alunos ao controle arraigado desde a colonização, mas o capitalismo se desloca para ajustar-se a relações de poder:

Na era feudal, o principal fator de produção era a terra. Hoje é o conhecimento. E o conhecimento, enquanto fator de produção, demanda instituições diferentes. Controlar o conhecimento significa controlar o principal fator de produção da sociedade. Ignacy Sachs resumiu bem a ideia: no século passado, o poder era quem controlava as fábricas, neste século vai ser de quem controla as informações (DOWBOR, 2020, p. 43).

Em diferentes tempos históricos, a gestão se alinha a interesses econômicos e projetos educativos. Esses veiculam uma visão de homem invisível frente ao domínio dos setores sociais ditando regras para as ações humanas como se fossem máquinas. Nas finalidades da educação, a inserção do pensamento neoliberal atende os interesses do capital visando

[...] garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um status quo modernizado. O objetivo final deste movimento é a retirada da educação do âmbito do direito social e sua inserção como “serviço” no interior do livre mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado (MARQUES, 2018, p. 31).

Tais políticas são de sistematizar ou formular leis, programas, projetos, currículos, controles de financiamento para a educação, a saúde, a segurança pública e outros setores. Todos esses se envolvem em unidade de aplicações de recursos públicos para atender as demandas do mercado que manipula o reconhecimento da força de trabalho humano tão importante para tudo funcionar bem na sociedade.

A abordagem educacional de gestão se incorporou a legislações. A Constituição federal de 1988, no art. 206, expõe linhas de gestão democrática do ensino público, condição que se atrelou a especificidades legais com a principal delas: a LDB/1996, art. 14. Essa trata do preceito da gestão democrática em seus princípios, pressupondo-a com o trabalho coletivo participativo. Nesse ordenamento, os campos político e econômico regem o educacional, transformando-se em ferramentas de mobilizar as mentes em busca de resultados nos índices predefinidos. As responsabilidades da unidade escolar estão em fazer essa promoção.

Essa lógica de atuação da gestão educacional forma alunos que serão professores, havendo um ciclo vinculado ao êxito, inferindo o capitalismo constitutivo de “[...] uma mutação e um deslocamento da lógica sistêmica dos processos de reprodução social” (DOWBOR, 2020, p. 26). Com a meritocracia, há liberação de verbas públicas para os supostos vencedores dos parâmetros de boa qualidade do ensino.

Desse modo, atingir os resultados nas escalas de notas sinaliza um falso rompimento dos problemas educacionais tão complexos ainda de serem

desmantelados em ação articulada pela gestão, conforme inferiram Campos e Silva (2009). Esses resultados são exigidos por governos, de modo rígido, repassada à gestão escolar a pressão de aumentar sua nota no Ideb. As avaliações internas refletem as externas que fazem ranqueamento das escolas públicas brasileiras e do mundo. Do Pisa para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), percebem-se que, mesmo com as contradições pedagógicas frente a realidades das regiões do País, as apropriações inadequadas de conceitos seguem como se fossem as mais cabíveis e aceitáveis para o momento. A descentralização do ensino tem a mesma configuração de falta de autonomia.

Na conjuntura, os conceitos caros à gestão democrática fazem o olhar identificar a escola como seguidora integral do controle imposto. O ordenamento garante essa linha de pensamento de ação juridicamente efetivada há séculos no Brasil. Essa é a democracia escolar visualizada resumidamente no voto de eleições escolares para a gestão. No entanto, esvazia-se tal sistema democrático com o modelo de atuação do gestor, a elaboração dos documentos pedagógicos e administrativos, a avaliação que formata saberes. Tal democracia é apenas uma condição necessária do neoliberalismo, como demonstrou Marques (2018, p. 14).

Tendo como intencionalidade última produzir a melhoria da qualidade da educação por meio da concorrência entre escolas e entre professores em um livre mercado, desenvolveu um 'conceito de qualidade da educação' que implica o afastamento do governo da gestão da educação (ainda que não de seu financiamento), como forma de permitir a operação da livre iniciativa educacional dentro das regras do mercado (e não dos governos).

Os atos político-pedagógicos e de gestão não gozam de autonomia do liberalismo econômico. As políticas educacionais caminham juntas às de governos atrelados a ideologias transfiguradas em partidos políticos. Quem governa, às vezes, parece mudar a continuidade sistemática do ensino ou transformar as políticas de atraso do ensino-aprendizagem, porém, as áreas socioeducacionais seguem sem bater as metas dos planos. A implantação das políticas precisa ser de Estado, e não de governo. O necessário conhecimento macro nada vale sem o micro, que tem a ver com as necessidades da sociedade nacional.

Diante de aparentes rupturas de políticas já implantadas, após a deposição do governo de 2016, percebe-se um descompasso nas políticas públicas educacionais, ampliando as dificuldades em atender os norteadores do PNE, para o planejamento

político-didático do ensino nas instituições que estão a serviço do mercado. Diante das transformações da sociedade, esse mercado e as legislações educacionais orientam as práticas educativas. Na perspectiva de Frigotto (2010), o capitalismo constitui-se de centros hegemônicos fundando o quesito desigual que claramente alarga a distância entre a riqueza e a miséria, pois há superexploração de trabalhadores e dominação de poucos sobre os processos educativos e formativos do trabalho.

No seguimento neoliberal, a educação tem papel conjunto de legitimar velhas e novas políticas, que excluem modos de pensamento e promovem ação contra fatores socioeconômicos de produção que não valorizam o homem, mas as exigências do mercado contemporâneo. As necessidades de produção não podem ser superiorizadas em detrimento dos sujeitos úteis a participarem de sua lógica neoliberal. O Estado intervém nos organismos e nas condutas dos profissionais, de modo que o sistema esteja permanentemente no poder como ditador das condições de vida e satisfação. A gestão educacional pública tem a narrativa de ser democrática, autônoma e descentralizada, sendo isso algo ilusório e alienante, e fortemente estruturado dentro e fora dos muros da escola, sob o jugo de organismos internacionais.

1.4 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA REGÊNCIA DE POLÍTICAS DE REFORMAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS, A PARTIR DO CURRÍCULO

A temática da gestão no neoliberalismo é sempre vista nos moldes dos organismos internacionais, principalmente no período histórico das últimas três décadas. Identificam-se políticas de educação mais expressivas nesses tempos, pois grupos ganharam espaço gigantesco para conduzir a educação para o modelo neoliberal. Na América Latina, os financiamentos regem as orientações de reformas ditadas por governos como necessárias.

O termo organismos internacionais refere-se a organizações como Nações Unidas, sendo a Unesco e a Unicef suas agências especializadas para infiltração de regências na educação. Essas contam com instituições que influenciam a educação regional brasileira. O Bird e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) atuam com recursos financeiros para a sua configuração.

No Brasil, as reformas já mencionadas, nos anos de 1990, tiveram foco na gestão educacional. Por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica visou-se à ampliação do acesso à educação básica. A lógica se fez com paradigmas e princípios da economia privada. O conjunto dessas reformas resultou na reestruturação escolar com aspectos relativos de avaliações, formação e organização de currículos por meio do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A avaliação do Saeb, do Exame Nacional de Cursos e de outros passam pela gestão e se fundam conforme o financiamento dispensado. A criação do Fundeb e do Fundef trouxe a redefinição orçamentária para as legislações serem aplicadas para o fim proposto em metas. A educação como serviço não exclusivo do Estado é oferecida pelo setor privado. Mas seus mecanismos de operação e funcionamento passam por demandas da sociedade, pois o aparelho estatal compartilha as funções do ensino.

A burguesia interna, na década de 1990, beneficiou-se com vários aspectos políticos neoliberais, mas nem todos os seus interesses foram satisfeitos, já que a abertura comercial e o definhamento do papel do BNDES advieram por financiamentos de propulsores liberais econômicos produtivos. No final desse período, a classe burguesa se alinhou mais ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A diretoria da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp) declarou apoio oficial a movimentos de greve geral. A recessão convocada pela CUT em 1996:

A greve nacional contra as políticas neoliberais de FHC foi deflagrada com sucesso em todo o País. Organizada pela CUT, CGT e Força Sindical, tinha como principais reivindicações: emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores/as. Aproximadamente 12 milhões de trabalhadores/as paralisaram os serviços em todo o Brasil (PORTAL CUT, 2022, *on-line*).

A Força Sindical era repercussão da alavanca do PT. Essa burguesia foi contemplada com a ação estatal, pelo modelo neoliberal, para o crescimento da economia. Na retomada histórica, compreende-se a internacionalização de políticas educativas internacionais como Unesco, OCDE e outras já mencionadas. Em 1970, essas chamadas lutas foram fortemente aparelhadas, concretizando amplamente seus intentos após 1990 (FONSECA, 2001). Os valores oriundos do Bird embasam as iniciativas que integram a atuação educacional com infraestruturas, transportes,

bem como currículos, avaliações e outros. O BM, como agência multilateral, agrega como sócios mais 180 estados internacionais. Essa presença mundial agencia os projetos dos setores públicos nacionais.

Em 1990, o crescimento expressivo da economia se fundou na participação do BM, o que operou também no campo educacional brasileiro. Eventos mundiais como Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia, foram coordenados com o apoio do Bird, do PNUD, da Unicef e da Unesco. Participaram dela conferência 155 países e 150 entidades não governamentais. Esse banco coordena o modelo internacional de educação. Após esse evento, a Conferência de Nova Délhi, em 1993, manteve essa proposta político-educacional, congregando mais estados com os nove mais populosos do mundo (FONSECA, 2001).

As orientações dessa conferência no Plano Decenal iriam atender as necessidades básicas de ensino-aprendizagem na educação básica, tornando-se universal e ampliando oportunidades para crianças, jovens e adultos. A LDB 9.394/1996, no art. 3º, parágrafo IX, promove o padrão de qualidade da educação, mas esse termo se trata do sistema neoliberal junto a organismos. Em 1993, houve a reunião da Unesco com ministros de educação para a análise do Projeto Principal da Educação para América Latina e Caribe (Promedlac V) (CRUZ; MARTINELLI, 2023).

Tal evento foi outro marco que discutiu sobre a melhoria dos níveis de qualidade das aprendizagens. O relatório apresentado por Laurene Wolf, em 4 de dezembro de 1996, desenvolvido pelo BM, foi divulgado como práticas e melhorias da qualidade do ensino. A experiência do México, do Chile, da Colômbia e da Costa Rica é exemplificativa do que se estruturou como solo fértil para o desenvolvimento do sistema de avaliação para resultados.

O projeto do neoliberalismo visa à reforma economicista da educação para aumentar o desempenho individual para o mercado de trabalho. Esse depende daquela para instaurar seu padrão de qualidade atrelada à eficiência e à eficácia de atividades. Ele insere suas políticas de avaliação em larga escala, garantindo a melhor produtividade. O Estado como agente regulador educacional usa da orientação do BM gerenciando a almejada qualidade da educação. Nessa visão, identificam-se as políticas públicas educacionais desenvolvidas no País, mas com determinações de organismos internacionais.

O modelo de avaliação de larga escala se organizou com a criação do Saeb, substituindo o Sistema de Avaliação de Educação Profissional e Tecnológica (Saep), sendo a primeira aplicação de provas com levantamento de dados nacionais. O atual sistema obteve assistência, conforme Coelho (2008), do PNUD, como projeto com fundos de empréstimo do BM para a implantação e o desenvolvimento dele. Aprimoraram-se as informações do sistema educacional, em consonância com o Projeto BRA-86-002, do MEC (1987). Os objetivos desse projeto constam no relatório intitulado por Alcance e funcionamento do projeto BRA-86- 002.

O seguimento traz o processo da gestão educacional pública com embate intra e extraescolar, uma vez que se induz pelos custos de financiamentos neoliberais. A progressiva retirada da autonomia da gestão se reveste da falsa democratização escolar. Os caminhos traiçoeiros do discurso descentralizam as ações financeira e pedagógica da educação. Seu papel como parte do campo sociopolítico se ingressa no mercado num caminho sem volta.

A educação neoliberal é instrumento para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza. Mas esse é um discurso falacioso, pois para crescer a economia ocorre mais exploração do trabalho, podendo criar mais riqueza para os já ricos e mais pobreza para o trabalhador. As intervenções de organismos internacionais nas políticas da educação evidenciam as medidas convenientes aos interesses do capital internacional. A educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente atendendo a classe dominante. Os formados vão servir ao segmento do mercado que o aprovará ou não no setor privado.

Entra aí a qualidade da educação que configura o princípio constitucional dela ser direito inalienável, não podendo ser negligenciada pelos responsáveis por ela. Essa observação se dá porque as conquistas do processo de democratização não atingiram todos os postulados anunciados. A qualidade tem conjuntura de educação pensada e endereçada à realidade do sujeito. Essa palavra carrega as declarações dos organismos internacionais realizáveis por autoridades da educação. As organizações de professores e de trabalhadores em geral se associam a ideias de porta-vozes do empresariado.

A qualidade tem aceitação de governos como prioritária. Ela adquire cada vez mais foco na educação e permeia as políticas públicas de governos. Suas

conotações perspectiva do materialismo histórico, essa qualidade mostra fatores de alcance de questões pedagógicas sociais, econômicas e culturais. Os resultados das provas apresentam notas qualificadoras daqueles que supostamente aprenderem conforme a educação e qualidade.

Atuando com método materialismo histórico, os professores possibilitam ou não a práxis sobre o real do aluno e o escolar, sabendo que esse primordial para a metodologia de correlacionar vivências e lutas históricas pela educação. O materialismo histórico não busca

[...] categorias e conceitos de outras ciências não sociais para a apreensão do movimento contraditório do real. Nessa percepção, para além da discussão teórico-metodológica, suas colocações caminham no sentido de oferecer possibilidade para uma práxis efetiva na trama sócio (AMORIM, 2018, p. 84-5).

Os envolvidos na comunidade escolar satisfazem-se em cumprir metas do rendimento apresentado em avaliações escolares. Entra aí a qualidade da educação, tendo caráter polissêmico e interligado a aspectos identitários, sociais e culturais do indivíduo. Tal qualidade depende da posição político-pedagógica e da intenção de significados que ela carrega, conforme denota o dicionário Michaelis (2019, *on-line*):

1- Atributo, condição natural, propriedade pela qual algo ou alguém se individualiza, maneira de ser, essência, natureza. 2- Traço positivo inerente que faz alguém ou algo se sobressair em relação aos demais; excelência, talento, virtude. 3- Conjunto de características que fazem parte da personalidade de um indivíduo e que o diferenciam de todos os outros; caráter, índole, temperamento. 4- Grau de perfeição, de precisão ou de conformidade a certo padrão. 5- Um tipo ou uma variedade particular; categoria, espécie, tipo. 6- Cargo ou função que se ocupa na sociedade, na política, numa empresa, etc. De que resultam direitos e obrigações; posição. 7- Título de habilitação profissional. 8- (PEJ) Conjunto de características de caráter negativo, espécie, laia. 9- (FON) Conjunto de traços distintivos dos fonemas vocálicos (zona de articulação, timbre, intensidade, papel da cavidade nasal e bucal etc.) 10- (FILO) Acidente que modifica a substância, sem lhe alterar a essência. 11- (FILO) Conjunto de aspectos sensíveis da percepção resultantes de uma síntese efetuada pelo espírito. 12- (FILO) Propriedade do juízo que percebe a conveniência ou desconveniência entre sujeito e predicado .

O termo qualidade é utilizado também para falar dos atributos de personalidade e dos projetos pedagógicos de mensuração subjetiva de avaliar a educação. O grupo avaliador da qualidade tem a propriedade de verificar as

condições do que se espera em grau de perfeição das complexas dimensões educacionais. Para Souza (2008, *apud* FILIPE, 2016, p. 63):

Qualidade não é algo dado, não existe em si, remetendo à questão axiológica, ou seja, dos valores de quem produz a análise da qualidade. A emergência de critérios de avaliação não se dá de modo dissociado das posições, crenças, visão de mundo e práticas sociais de quem as concebe. É um conceito que nasce da perspectiva filosófica, social, política de quem faz o julgamento e dela é expressão.

Identificam-se as políticas ligadas ao neocapitalismo que reduzem o ensino à mercadoria e a produto. A escola tem propriedade no ensino-aprendizagem, na avaliação do desenvolvimento dos alunos. A gestão da unidade educacional procede as avaliações e cobra resultados positivos para a educação.

Há topo hierárquico de tal qualidade educacional. O campo nacional neocapitalista despreza as realidades locais em que cada estado, cidade ou povoado pode mostrar resultados diferentes uns dos outros. Para mascarar isso, cria-se uma equiparação que coleta dados capaz de definir o que é bom ou mau desempenho.

Marques (2018) alerta para a cobrança de desempenho da criança. Cobrar resultados desde cedo na vida educacional põe sob risco a qualidade do ensino. Os rendimentos considerados satisfatórios indicam o que é esperado de o aluno adquirir conhecimento. Frisa-se que muitas variáveis asseguram a avaliação mais confiável ao avaliar o aluno ensinando-o a extrair de sua mente o que foi apreendido na sala de aula.

Falar sobre qualidade é algo subjetivo, mas por que se faz provas que não esboçam as realidades regionais? O que é essencial leva em conta a classificação da boa qualidade. A avaliação externa se funda na teoria da responsabilização liberal, sendo que essa pressupõe uma linha com os municípios, havendo muitas armadilhas para a obtenção de recursos. Avaliações como Prova Brasil, Saeb e Ideb instrumentalizam o monitoramento de tendências e pressões. Com isso,

O primeiro risco de ocultação da má qualidade vigente é no campo dos conceitos. Chama a atenção que o MEC tenha optado pelo IDEB como referência de qualidade. Por que não constituímos uma medição baseada no custo aluno/qualidade, na qual se levaria em conta uma série de variáveis que são necessárias ao funcionamento adequado de uma escola de qualidade? (FREITAS, 2007, p. 981).

A qualidade da educação se liga às suas finalidades que envolvem elementos de expressão de grupos, da sociedade e do meio. Nesse sentido, seu conceito é um campo de disputa de interesses de poder que marca as políticas da educação. A conceituação de qualidade aborda a coerência de custo educacional para cada aluno, mas a referência de recursos parte do mercado.

O compromisso estatal com a gestão pública de educação adere princípios do direito ao ensino para todos gerador de competências e habilidades, o que o mercado acaba se beneficiando. O mercado determina as competências do trabalhador para cada momento socioeconômico. A busca por qualidade molda os perfis do estudante, futuro trabalhador, que almeja entrar nesse meio como força produtiva.

Frigotto (2003) afirma que a educação apreendida no plano das relações sociais se constitui, historicamente, no campo de disputa hegemônica. A visão articula a organização de conteúdos educativos escolares nas esferas da vida e dos interesses de classe. Em face do poder, permeiam-se os ideais para a educação, mesmo havendo antagonismos entre as classes. É fundamental compreender que a qualidade se desenvolve em fundamentos ideológicos, políticos e filosóficos. Os pensamentos se convertem em finalidades educativas que orientam políticas educacionais, currículos e práticas pedagógicas.

Nessa realidade, a qualidade da educação passa por enfrentamento de problemas desde as suas incorporações macro e microregionais. Historicamente, o projeto de educação não se disseminou uniformemente pelo País, ocorrendo mais desenvolvimento em alguns estados e outros ficando sem quase nenhuma implantação, embora que no geral sucedeu um plano educacional com aparato legal e burocrático, cuja sustentação do sistema de ensino mascara as demandas das escolas.

Com isso, os governos negligenciam a qualidade do ensino ofertado para a classe trabalhadora. Os segmentos de projetos e planos acabam cerceando toda sociedade, em que a educação padece com mazelas de descaso político há séculos. Nos últimos anos, as reformas educacionais para a educação básica delineiam o currículo oficializado pelo MEC como BNCC, mas fecham os olhos para as particularidades regionais e locais. Se as necessidades dos alunos e das escolas

mudam de um para outro lócus, os planos nacionais não poderiam sobrepor aos enfoques aderidos de uma unidade escolar para o melhor desenvolvimento de seus pares.

Esses conhecimentos levariam as reformas a se moldarem de maneira ideal para a escola, pois considerariam suas reais necessidades. Implementar o conceito de qualidade objetiva sem a parte subjetiva dos alunos em cada escola não configura uma formação humana de qualidade plena, mas apenas parcial. O que se tem é a valorização do empreendedorismo como conteúdo do ensino mercadológico em sala de aula. Alimentam-se valores muito fortes de empreender no mundo, sendo os alunos meras forças produtivas para o mercado de trabalho atraente pela renda.

Os conteúdos pedagógicos agregam valores voltados para o aprender a aprender, conforme o atual funcionamento da sociedade. A preparação para o mercado não é algo negativo, se agrupado com o desenvolvimento pleno humano. As inovações tecnológicas fazem surgir novas exigências e trazem uma disputa ocupacional no trabalho.

Desse modo, o currículo também é modulado por fenômenos social e cultural. Isso significa que se modula em determinações mercadológicas e sociais. A história da produção do currículo mostra que ele não é neutro, mas segue a transmissão interessada em moldar o conhecimento dos alunos, alguns se tornando professores, o que o induz a replicar em seus alunos o mesmo que aprendeu no período de formação. O currículo revela as relações de poder sobre as visões sociais e produz identidades mais coletivas do que individuais, já que forma um contingente de organização mental única sobre a educação, a política e as esferas da vida.

O currículo trata do conhecimento organizado a ser transmitido para todos como se fossem apenas uma pessoa. As unidades escolares repassa tal conhecimento cultural ideologizado a seu público. As relações assimétricas de poder se repetem no interior da escola, sendo transfigurada na cultura da sociedade como algo histórico e socialmente aceito.

Nesse modelo, o currículo é ideia ideológica e política, estando inserido na educação escolar para assumir o papel de acomodar as mentes a sua organização. Ele adapta os diferentes nas mesmas perspectivas de sociedade. Seus propósitos se apresentam nos resultados curriculares com atuação em provas nacionais. O

discurso se representa com objetivos legítimos de formação e prática subordinada às necessidades do capital. Para Duarte (2013, p. 93), o formato educativo do indivíduo pode possibilitar a realização de diversificadas ações alienadas e alienantes, pelo que ele “[...] contribuirá, por meio de seu trabalho, para a universalização e a liberdade do gênero humano, mas sem necessariamente, nesse mesmo processo, fazer de si próprio uma individualidade universal e livre”.

Considerando que a educação defende o que referencia o homem em sua totalidade, identificar suas necessidades é problematizar as condições e as regras da educação para a vida. As condições de liberdade marcam se há falsa tradição democrática, o que traz a marginalização político-cultural dos indivíduos. O conhecimento dessa realidade possibilita algum caminho de intervenção ou ruptura com a regência dos organismos internacionais sobre reformas, avaliações e currículos. A educação leva o homem a conhecer a si e seu meio com os elementos da realidade concreta. A qualidade do ensino forma parâmetros que definem quais serão os instrumentos mais importantes de gerar o conhecimento de liberdade na educação.

Na concepção do materialismo histórico, a educação de qualidade rompe com a lógica do capital que mecaniza o homem. A determinação de currículo centraliza a prática educacional e social. Pensando nas marcas históricas de desigualdades econômicas e sociais, a qualidade da educação precisa dar abertura de condições formativas que consolidam o ensino esperado. Melhorar essa qualidade exige uma posição equânime de emancipação diante do contexto capitalista. A conjuntura possibilita o ambiente escolar ser mais favorável para a formação dos alunos.

Nesse processo, o professor adere práticas em sala de aula que viabiliza esse projeto de educação que expande conhecimentos científicos, artísticos e culturais além dos regidos pelos currículos. Esse norte elenca sua posição reflexiva sobre as políticas educacionais conhecedora dos vieses capitalista desenvolvimentista e reformista conservador.

CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DO CAPITALISMO DESENVOLVIMENTISTA AO REFORMISTA CONSERVADOR

Este capítulo descreve as políticas para a educação, com parâmetros do capitalismo desenvolvimentista⁴ e neodesenvolvimentista⁵ ao modelo reformista conservador. Nos governos do PT, houve implantações de pautas do neoliberalismo e demandas sociais alinhadas ao mercado. Nos governos de Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), observa-se o gerenciamento da escola com reformas embasadoras da gestão escolar em função do complexo econômico e político. As orientações de gerenciamento são de organizações públicas e privadas que firmam a submissão das práticas escolares, com procedimentos avaliativos de desempenho dos estudantes. As demandas pedagógicas seguem às cegas os blocos avaliativos, mesmo não demonstrando vínculos com a realidade e o conhecimento dos alunos.

A dualidade na educação tem características que marcam a distância socioeconômica entre exploradores e explorados no Brasil, em que o cerne "[...] O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população" (SAMPAIO JR., 2012, p. 673). Os meios de produção agregam o trabalhador como força para os bens produzidos. Historicamente, os direitos de uns entram em contradição com o que se estabelece em legislações quanto a políticas educacionais. A realidade de uma grande parte da população é de falta dos recursos básicos, o que aumentam as taxas de miséria.

2.1 O CAPITALISMO DESENVOLVIMENTISTA: GOVERNOS LULA 2003-2011 E DILMA 2011-2016

A visão sobre o capitalismo desenvolvimentista trata que as estruturas socioeconômicas europeias, avançadas com a Revolução Industrial, foram

⁴ [...] desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento (SAMPAIO JR., 2012, p. 673).

⁵ "[...] indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000. [...], a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista — braço direito do neoliberalismo — e a autoproclamada “desenvolvimentista” — braço esquerdo da ordem” (SAMPAIO JR., 2012, p. 678).

transplantadas para as américas, cujo foco é a América Latina, tendo que ."políticas sociais seriam condição prévia para o desenvolvimento" (FIANI, 2013, p. 25).

Nos governos do PT (2003-2016), os presidentiáveis Lula e Dilma expressaram interesses heterogêneos de uma ampla frente políticas que poderiam ser denominadas por neodesenvolvimentistas. É certo que a burguesia não está interessada em combater ao imperialismo, e sim em manter sua base de acumulação mesmo diante dos conflitos do capital internacional com aspectos nacionais. A burguesia não tem seu partido político de conservação do ideário, mas envolveu-se com aqueles advindos de movimentos populares, muitos instigados por ela mesma. O PT está encabeçado por esse partido, representando, prioritariamente, os interesses burgueses. Tal prioridade não confunde com a exclusividade, mesmo assim indica a hegemonia política.

A construção do pacto interclasses pela educação que advém de antes da ascensão ao poder de Luíz Inácio Lula da Silva. Várias iniciativas foram desenvolvidas a partir de reformas educacionais dos anos 1990 (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011), como fóruns e documentos pelo empresariado brasileiro em prol da proposição da agenda educacional mais adequada aos interesses privados. Tendo como base os preceitos do BM que propunha a redefinição do papel do Estado em relação à educação, as prioridades de planos e recursos deram ênfase ao ensino básico. O discurso considerou essencial o desenvolvimento sustentável e a amenização da pobreza e da miséria.

Para o BM, conforme já abordado, os países em desenvolvimento tinham como desafios naquele período o acesso, a equidade, a qualidade e a redução de desigualdades. A reforma educativa seguia com a econômica. Para superá-las, a gestão escolar se pauta na concepção empresarial. Entra aí a descentralização de instituições estatais, como escolares aparentemente autônomas, responsáveis por seus resultados. O compartilhamento dos custos ficaria com as famílias e as entidades, cuja participação é do setor privado, contando com as organizações não governamentais (ONGs). As tomadas de decisão executam o que foi introduzido nas orientações de leis, programas e planos para o campo educacional. As alianças consensuais apregoaram as reformas e sua viabilidade educativa no território nacional.

O que mais se discute é sobre os recursos financeiros despendidos para a educação básica. Indaga-se, então, como aliviar a pobreza com o desenvolvimento e a educação, se o feito do neoliberalismo segue diminuindo os investimentos em políticas públicas educacionais? Nessa questão, as recomendações do BM e da Unesco de universalizar a educação de qualidade são inexecutáveis.

Buscando romper com isso ou não, em 2003, o governo Lula assumiu a Presidência do Brasil, implantando o cenário político brasileiro, pois sua ascensão ao maior cargo da nação deu-se sem ele ter vindo da elite. As modificações das políticas públicas passaram e alteraram os campos educacional, social e econômico. Houve grande propagação midiática do aumento do acesso ao ensino superior, transferências de renda para famílias em situação de miserabilidade, monitoramento de frequências escolares para a permanência das crianças, obtenção de dados da aprendizagem na educação básica, com o sistema Ideb, entre outros.

Nesse período de governo, os ministros da educação foram Cristovam Buarque, de 1º de janeiro de 2003 a 27 de janeiro de 2004; Tarso Genro, de 27 de janeiro de 2004 a 29 de julho de 2005; Fernando Haddad, de 29 de julho de 2005 a 23 de janeiro de 2011.

Nos apontamentos de Oliveira (2009), as principais características da política pública educacional durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006) são de ação governamental constante com relação à de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nota-se, contudo, sua maior ênfase com implantação de programas sociais: ProJovem, Primeiro Emprego e Bolsa Família. Mas esse foi simples variação da nomenclatura do antigo Bolsa-Escola, instituído no governo anterior. As políticas para o ensino superior destacaram o acesso a faculdades particulares em 2004 pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), com bolsas e reserva de vagas para alunos de baixa renda, e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, com novos *campi* e universidades federais. No seu segundo mandato (2008-2011), houve mudanças estruturais na política pública educacional com o PDE, que reuniu programas da educação básica ao ensino superior.

Pela Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, atribui-se nova redação ao parágrafo 5º do art. 212, da Constituição federal, e ao art. 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, criando o Fundeb. Esse foi regulamentado pela Medida Provisória 339/2006, convertida na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. A implementação do fundo se destacou como principal mecanismo de financiamento da educação básica. As ações para a educação infantil, os ensinos fundamental e médio ampliaram o período de duração para 14 anos.

O Programa Todos Pela Educação apresentou diretrizes de combate à repetência e à evasão escolar, acompanhando a frequência e a aprendizagem das crianças. Lembrando que essa frequência baseia a orientação de que estudantes de baixa renda do Bolsa Família deve ter no mínimo 75% para a manutenção do recurso. Nessa linha, o Programa Mais Educação atribuiu à escola as finalidades de observar com maior atenção a permanência da criança na escola. Abrangem, assim,

[...] a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar; combater evasão escolar, a reprovação e a distorção idade/série; promover o atendimento educacional especializado às crianças com necessidades educacionais especiais; prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens”; promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão.

Tal programa integrava articulações de educação e melhoramento dos recursos de renda aos que estivessem em situação de vulnerabilidade e risco social. Conforme o texto governamental, a escola cumpre seu papel e ainda se dispunha a proteger crianças e adolescentes de perderem a bolsa, alertando sobre faltas e suas variantes. No ato de educar, estavam áreas de linguagens e artes para

[...] estimular as práticas corporais, educacionais e de lazer; promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades; e prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados com vistas à operacionalização da portaria que implementa o programa (BRASIL, 2007, p. 2).

Esse estímulo exposto na Portaria Normativa Interministerial 17/2007 identifica os objetivos do Estado em implementar as políticas redistributivas de combate à fome e a educação integral com o Mais Educação (2007) e, depois, com a Escola de Tempo Integral. Programas e sistema

Diante das políticas educacionais, com modalidade social mais ampla, considera-se o projeto de estado e governo em sua totalidade. No governo Lula, as orientações teórico-metodológicas das políticas sociais passaram pela gestão escolar. No governo Dilma, elas apenas se estenderam, mas, como elas “[...] exigem volume maior de recursos financeiros, são substituídas por políticas focalizadas, que exigem recursos financeiros para obter superávits fiscais primários e pagar juros da dívida pública (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 146).

Prevendo a descentralização da gestão, o Programa Mais Educação transferiu a responsabilidade para estados e municípios o provimento para atingirem a meta de suprir carências de fome e evasão escolar, além da aprendizagem, com a formação integral e o acesso à cultura e ao esporte. A qualificação docente não poderia ficar de fora desse cumprimento, pois o Piso Salarial do Magistério amplia a valorização do profissional.

Com o Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, o governo aprovou o PDE e reuniu dezenas de programas da educação básica, suas etapas e modalidades. Entre eles, continha o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estabelecendo o regime de colaboração descentralizada na gestão para as demandas educacionais. Continuava centralizada pela União com sua coordenação geral, embora repartindo competências e responsabilidades com estados e municípios. Tal participação aproxima o Poder Público das famílias e da comunidade escolar, otimizando a gestão nas escolas públicas.

Desse modo, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira as medidas integraram o PDE. O Ideb se constituiu para a averiguação do fluxo escolar e do desempenho dos estudantes no ensino-aprendizagem visto em avaliações de larga escala (Prova Brasil). Os conhecimentos principais de Língua Portuguesa e Matemática monitoram se as metas estão sendo cumpridas.

O desenvolvimento educacional em médio e longo prazo possibilita uma reforma qualitativa dos sistemas educacionais (BRASIL, 2007). Em 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve função adicional de avaliação, mas servindo como prova de acesso ao ensino superior.

As políticas públicas interligaram os setores sociais e econômicos, sendo os programas e projetos com objetivos comuns. Propagava-se que visavam melhorar as condições de vida da população de baixa renda. O Programa Bolsa Família - que

foi uma derivação do Programa Bolsa Escola do governo de FHC (que fornecia uma transferência de renda para crianças de 7 a 14 anos, condicionada à frequência escolar) - fez expansão de repasses de pequenos valores para famílias em situação de pobreza e miséria. O crédito ajudaria muito aos que estavam nessas condições, amenizando a fome e levando as crianças a permanecerem na escola.

Na educação básica, as políticas foram aplicadas e a obtenção dos dados captaram a situação de necessidades extrema em que muitos brasileiros se encontravam e ainda se encontram. A criação do Ideb foi fundamental para escanear as informações dos perfis do público no nível da educação básica. Também pensando na melhoria do ensino de Língua Portuguesa e Matemática, ainda na luta contra a taxa de analfabetismo em 8,7% em 2012. Mesmo sendo índice registrado como um dos menores da história nacional, não foi zerado até o momento.

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República, prosseguindo com as reformas instituídas anteriormente. Investindo em políticas assistencialistas e em programas de manutenção dos resultados obtidos desde 2003. Aprovou o PNE aprovado elevando o destino do PIB para a educação gradualmente até 10% no decorrer de 10 anos após seu vigor. As verbas viriam também do pré-sal da Petrobrás.

No período de governo, os ministros da educação foram Fernando Haddad, de 1º de janeiro de 2011 a 23 de janeiro de 2012; Aloizio Mercadante, de 24 de janeiro de 2012 a 2 de fevereiro de 2014; José Henrique Paim, de 3 de fevereiro de 2014 a 1º de janeiro de 2015; Cid Gomes, de 1º de janeiro de 2015 a 18 de março de 2015; Luiz Cláudio Costa (interino), de 18 de março de 2015 a 6 de abril de 2015; Renato Janine Ribeiro, de 6 de abril de 2015 a 1 de outubro de 2015; Aloizio Mercadante, de 2 de outubro de 2015 a 12 de maio de 2016.

O principal destaque do governo Dilma foi a expansão do ensino superior e do profissionalizante, também mantendo o mercado trabalhista aquecido atendendo a demanda da formação da força de trabalho qualificada. Para realizar essa ampliação de vagas, em atenção ao acesso e à permanência da camada mais carente da população, programas como Fies, Prouni e Reuni foram implantados, sendo eles iniciados no governo Lula. O Pronatec e outras medidas políticas estabeleceram o incentivo expansionista.

O Fies passou por reformulações durante os períodos do PT na Presidência da República. Um se deu desde a sua criação no governo FHC para ampliar sua abrangência para a pós-graduação *stricto sensu* e outro com o fundo de financiadores:

[...] em relação aos agentes financiadores do FIES, foi a criação do FNDE, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, que passou a ser o agente operador, também tratou da ampliação dos bancos financiadores como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Tais medidas estimularam as oportunidades de vagas a base dos financiamentos, o que provocou um aumento em matrículas e instituições de ensino superior privadas em todo país, já em crescimento desde o governo anterior (MARQUES, 2018, p. 665).

Programas como Prouni para instituições particulares e o Reuni para as públicas também serviram para ampliar as matrículas de ensino superior. Essa expansão implicou a profissionalização técnica e tecnológica. De acordo com Delgado (2020, p. 52-3),

[...] a primeira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciada em 2005, transformou o CEFET Paraná em Unidade Tecnológica Federal do Paraná e criou 60 novas unidades. Em 2007, ocorreu a segunda fase do plano e, até 2014, foram criadas mais 362 unidades, totalizando 422 novas unidades entre 2003 e 2014, uma expansão muito significativa se considerarmos que o total de unidades em 2014 é de 562 unidades.

Essa expansão de matrículas foi significativamente ampla no governo Lula em que as universidades federais com as novas instituições e os programas aceleraram essa abertura. Com o Prouni, as principais políticas públicas educacionais se compreendem, no período de 2003 a 2016 nos governos do PT, de maneira didática.

Tais governos buscaram uma equidade social e econômica, porém, com grande influência dos organismos internacionais como BM, sendo compreendidos como governos capitalistas desenvolvimentistas. Entre as reformas e implantações na gestão educacional brasileira estabeleceu prioridades de integração do ensino da creche à universidade, metas da qualidade na educação básica, democratização do acesso ao ensino público com atenção à inclusão, superação das exclusões de grupos por classe social, etnia ou gênero, permanência dos alunos na escola, fortalecimento do trabalho com o ensino, criação do Piso Nacional do Magistério, criação de cotas e da Universidade Aberta do Brasil para a formação continuada de professores e ampliação de vagas em universidades públicas e escolas técnicas.

Quadro 2 - Governo Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2011)

<p>2003, 20 de outubro</p> <p>Programa Bolsa Família</p> <p>Foi lançado o Programa Bolsa Família (MP123/2003), que consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com crianças de 0 a 17 anos. Para o recebimento do benefício, o Programa exige que as crianças e jovens de 6 a 17 anos estejam matriculadas na escola e sua frequência escolar seja acima de 75%, para jovens de 16 e 17 anos, e acima de 85% para as demais idades. Esta condicionalidade objetivava romper com o ciclo da pobreza, possibilitando mais educação e, conseqüentemente, mais chances de acesso ao mercado de trabalho dessas crianças depois de atingirem a fase adulta. Além disso, as crianças menores de sete anos devem receber todas as vacinas e fazer um acompanhamento semestral em unidade de saúde. Para as gestantes, exige-se o cumprimento de todas as consultas pré-natal.</p>
<p>2014, 14 de abril</p> <p>Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes</p> <p>O INEP cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), incluindo a avaliação dos alunos, cursos e instituições. A avaliação dos alunos implementada, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), substitui o Provão e diferencia-se deste porque avalia o aluno não somente ao final do curso superior, mas no início também. A mudança veio como tentativa de avaliar o ganho de conhecimento do aluno entre o primeiro e o último ano do curso, e as notas são utilizadas como parte da avaliação de cada curso do ensino superior, que também observam infraestrutura e qualificação dos docentes, entre outros fatores.</p>
<p>2004, 09 de junho</p> <p>Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar</p> <p>O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) é instituído em 2004 pelo Ministério da Educação para possibilitar o acesso e a permanência das crianças residentes em área rural à escola por meio da disponibilização de transporte escolar.</p>
<p>2004, 10 de setembro</p> <p>Prouni nas Faculdades Particulares</p> <p>O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi criado por Medida Provisória (MP 213/2004) do governo federal, visando a democratização do acesso ao ensino superior por meio de bolsas em faculdades particulares. Os alunos que se encaixam na faixa de renda estabelecida pelo Prouni, cursaram todo o Ensino</p>

Médio em escola pública ou em escolas particulares na condição de bolsista. Parte das vagas ficaram destinadas a outro público — professores de educação básica da rede pública de ensino que desejarem cursar licenciatura. Além disso, ficou estabelecido que as vagas do Prouni tiveram ter cotas para negros e indígenas, de acordo com as porcentagens dessas populações no Censo.

2006, 06 de setembro

Compromisso Todos pela Educação

Foi lançado o movimento Compromisso Todos pela Educação no Museu do Ipiranga, formado por grupos empresariais (como Grupo Pão de Açúcar, Banco Santander e Cia. Suzano) e organizações da sociedade civil (como Fundação Itaú-Social, Instituto Ayrton Senna e Instituto Ethos). O movimento estabeleceu cinco metas para a melhoria da educação no país:

- Toda criança entre 4 a 17 anos deve estar na escola;
- Toda criança deve estar alfabetizada até os 8 anos de idade;
- Todo aluno deve estar com a aprendizagem adequada ao ano escolar condizente com a sua idade;
- Todo aluno deve estar com ensino médio finalizado até os 19 anos;
- Investimento em educação deve ser bem gerido e ampliado.

O movimento conseguiu se inserir na agenda governamental e as metas estabelecidas foram incorporadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao Plano Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094/2007), instrumento utilizado para implementar o PDE, documento lançado no ano seguinte que consistia na carteira de programas do governo Luíz Inácio Lula da Silva para a educação e suas metas.

A partir da reunião desses diferentes atores, surgiu a organização Todos pela Educação, uma entidade do terceiro setor, sem fins lucrativos, que acompanha o cumprimento das metas do compromisso, realiza estudos e chama atenção para pautas de educação para governos em diferentes níveis.

2006, 19 de dezembro

Fundeb

A Emenda Constitucional nº 53 cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais. Trata-se de uma ampliação do Fundef, cujo foco era o ensino fundamental e vigorou entre 1998 e 2006. O Fundeb, além do fundamental, abrange o ensino infantil e o médio, visando a ampliação do acesso a estas etapas. A metodologia de funcionamento do Fundeb permaneceu igual ao seu antecessor, Fundef, constituindo um fundo único para todas as etapas do ensino (incluindo creches), composto por um conjunto de 27 fundos (26 estados + Distrito Federal) em que estados e municípios depositam arrecadações de determinados impostos e outras fontes de arrecadação. No entanto, a base de arrecadação do Fundeb foi ampliada, incluindo mais impostos-base de arrecadação. Além disso, o percentual de cada imposto destinado ao fundo aumentou de 15% para 20%. Depois da arrecadação, os recursos são redistribuídos entre estados e municípios de acordo com o

número de alunos matriculados registrados pelo Censo Escolar. Quanto mais alunos matriculados, maior o montante recebido por cada município. O Ministério da Educação atualiza o chamado valor aluno/ano, um valor mínimo de investimento por aluno determinado para garantir um padrão mínimo no território nacional. Os municípios com valores aluno/aluno abaixo do mínimo recebem uma complementação da União para atingirem o investimento mínimo.

2007, março

Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é criado para avaliar os sistemas educacionais (estadual, municipal, nacional) e as escolas em dois fatores: o rendimento, pelas avaliações em língua portuguesa e matemática da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); e a aprovação e fluxo escolar, pelos dados do Censo Escolar. O indicador varia entre 0 e 10 e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) adotou como meta nacional chegar ao valor 6 no Ideb em 2022, tomando como referência o patamar observado em países desenvolvidos. Foram criadas metas intermediárias para o Ideb levando em consideração a situação de cada escola ou sistema educacional os dados de 2005, com o objetivo de que todas as unidades escolares chegassem em 2095 ao mesmo patamar.

2007, 24 de abril

Plano de Desenvolvimento da Educação

O Ministério da Educação divulga a primeira versão do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de ações e programas voltados para melhorar a qualidade da educação em cinco eixos: Alfabetização, Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, e Diversidade. Alguns programas previstos no PDE foram o Piso Salarial Profissional Nacional dos professores, o Fundeb, o Prouni, o Fies e o Ideb, para verificar o andamento dos programas e das metas na educação básica. Além dos programas e ações, o Plano prevê uma lógica mais descentralizada das políticas de educação, com colaboração entre os entes federativos, pelo convênio entre municípios e União, firmado pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em que os municípios se comprometem a atingir as metas do PDE e recebem recursos financeiros e técnicos para a implementação do PDE. Em 25 e 26 de junho do mesmo ano, a Ação Educativa e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), organizações da sociedade civil voltadas para a melhoria da educação no Brasil, realizam um seminário com cerca de 200 gestores públicos e pesquisadores de educação para debater o PDE apresentado pelo poder executivo.

2007, 24 de abril

Reuni nas universidades federais

Ministério da Educação lança, via Decreto 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, com o objetivo de ampliar as vagas disponíveis em cursos de ensino superior nas universidades federais e aumentar a permanência dos alunos nos cursos de graduação. O programa contemplou ações como a criação de novos campi e novas universidades federais, além da expansão de cursos e vagas. Dentre as metas do Programa se destacam: elevar de 12 para 18 a relação de alunos por professor, atingir uma taxa de conclusão dos cursos de graduação de 90% taxa e expandir os cursos noturnos, em um horizonte de cinco anos. O funcionamento do programa seria por meio da apresentação de planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais. O MEC, ao aprovar os planos, repassa recursos financeiros para sua implementação, mediante o cumprimento de metas fixadas para cada etapa. A elaboração do Programa foi feita pelo MEC junto à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes), que pactuou as metas e diretrizes com o governo federal. Isso contribuiu para a adesão, no mesmo ano de lançamento do Reuni, de todas as universidades federais.

2007, 24 de abril

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi instituído em 2007 (Decreto 6.093/2007⁶) visando fomentar o ensino integral e a expansão do tempo de permanência dos alunos da educação básica na escola, a partir do apoio à realização de atividades socioeducativas no período do contraturno escolar. As escolas com níveis mais baixos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em capitais e regiões metropolitanas são inicialmente o público-alvo do Programa, que depois se expandiu para escolas em outras cidades. As escolas escolhem seis atividades – como educação ambiental, esportes e atividades culturais: – a cada ano. Para realizá-las, as escolas precisam contratar estudantes universitários como monitores voluntários, readequar os espaços físicos já existentes e compatibilizá-los com o período escolar ou planejar atividades que sejam realizadas fora da escola em espaços públicos ou espaços parceiros. O governo federal disponibiliza ressarcimento para gastos de transporte e alimentação dos monitores e materiais para a realização das atividades. Em 2016, o Programa de Fomento Programa Mais Educação à Implementação de escolas de ensino médio em tempo integral (EMTI) foi criado (Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016) para expandir a oferta do ensino médio em tempo integral. O Programa contava com a transferência de recursos para as Secretarias de Educação dos estados participantes para financiar os elementos necessários à expansão do tempo na escola – construção de espaços físicos, aquisição de equipamentos e material didático, remuneração de profissionais de educação, entre outros. O progressivo aumento do tempo de permanência na escola no ensino fundamental já estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. No Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010, o ensino integral era uma meta a ser atingida para o ensino fundamental e infantil e uma das metas do PNE em vigor (2014-2024) é a oferta da educação integral em 50% das escolas públicas e para 25% dos alunos da educação básica.

⁶ Esse decreto foi revogado pelo Decreto 10.959/2022.

2008, 16 de julho

Piso Nacional para os Professores

Luíz Inácio Lula da Silva sanciona o projeto de lei de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criando o Piso Nacional do magistério para professores de educação básica da rede pública (Lei 11.738/2008). O piso estabelecido é de R\$ 950,00 e deveria ser implementado por estados e municípios até 2010.

O piso salarial nacional do magistério é calculado com base no valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano — percentual instituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A lei é contestada no Supremo Tribunal Federal pelos governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Ceará. Em 27 de abril de 2011, porém, o plenário do STF garantiu a constitucionalidade do piso salarial nacional para os professores da rede pública.

2009

O Novo Enem

O Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), lança o “Novo Enem”. A partir com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), lança o “Novo Enem”. A partir deste ano, o Exame Nacional do Ensino Médio é vinculado à entrada no ensino superior público e também é utilizado como critério para o Programa Universidade para Todos (Prouni). O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também é criado, um sistema informatizado para gerenciar a oferta de vagas nas universidades e selecionar os candidatos que realizam o exame.

Tal mudança foi motivada pelos objetivos de aumentar a mobilidade dos alunos brasileiros entre os estados da federação, isto é, possibilitar que alunos com diferentes origens pudessem realizar uma prova única para acessar qualquer universidade pública federal no território brasileiro. Além disso, o processo de seleção unificada visava gerar uma mudança nos currículos do Ensino Médio para uma abordagem menos conteudista e mais interdisciplinar.

2009, 11 de novembro

Mais recursos para a Educação

A Emenda Constitucional 59/2009, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) é aprovada, determinando o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação. A Desvinculação de Receitas da União havia sido implementada em 1994 para estabilizar a economia depois do Plano Real, permitindo a retirada de 20% de todos os tributos federais vinculados a fundos ou despesas para uso em outras despesas, formação de superávit ou pagamento da dívida pública. No caso

da educação, o fim da DRU significou que os 20% de recursos para educação que poderiam ser utilizados para outra finalidade voltaram a ter seu uso destinado exclusivamente para a área. Além disso, foi adicionada à proposta original a universalização do ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade. À época da elaboração da Constituição de 1988, o ensino fundamental estava longe de ser universal e previa a obrigatoriedade e gratuidade deste nível de ensino. No governo FHC, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental, e a Emenda Constitucional 14/1996, incluiu na Constituição a progressiva universalização do ensino médio. Em 2009, a Emenda Constitucional 59 determina que o ensino básico obrigatório e gratuito se estende a todos os níveis de ensino entre 4 e 17 anos, ou seja, torna-se dever do Estado garantir o acesso ao ensino público desde a educação infantil ao ensino médio.

2010, 28 de março a 1º de abril

1ª Conferência Nacional de Educação

A conferência abrange todos os níveis de ensino, com ampla participação da sociedade civil, agentes públicos, entidades de classe, estudantes e profissionais da educação. Entre suas principais propostas estava a destinação de 10% do PIB para o setor. Em junho de 2014, o Brasil se tornaria um dos cinco países do mundo a adotar a medida, com a sanção da presidente Dilma Rousseff ao Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso. Outras importantes resoluções da Conae seriam o aumento da participação dos estados, municípios e da União no financiamento da educação; o estabelecimento de cotas no ensino público superior com recorte racial; eleições para diretores de escolas públicas e a defesa da autonomia dos gestores da educação na administração de recursos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir de dados da Fundação FHC (2022).

Quadro 3 - Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

2011, 26 de outubro

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

A Lei 12.513/2011, de autoria do poder Executivo, cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico e profissional. São vários projetos e ações preexistentes e outros novos, voltados para a educação profissional, como a expansão da rede de ensino técnico com novos institutos e campi e a Bolsa-Formação, que consistia na oferta de alimentação, transporte e material didático para alunos (que cursaram ou cursam ensino médio na rede pública), trabalhadores e beneficiários de programas sociais que entram em cursos profissionalizantes. Outro eixo importante do programa foi a expansão da oferta não apenas pela rede federal, mas da destinação de recursos ao Sistema S (Senac, Sesi, Senai e Sesc), pela concessão de Bolsa-Formação a alunos de seus cursos, uma linha de crédito do FIES específica para a educação profissional (FIES Técnico) e o Acordo de Gratuidade para oferecer cursos gratuitos a estudantes e trabalhadores de baixa renda com os

recursos da contribuição compulsória (consiste na destinação obrigatória de 2,5% das folhas de pagamento das empresas para o Sistema S). Segundo orientação do governo, os cursos dos Institutos deveriam responder à vocação produtiva dos locais em que são oferecidos. Com esse objetivo, audiências públicas com participação da sociedade civil deveriam ser realizadas.

2012, 29 de agosto

Lei de Cotas

A Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), de autoria de Nice Lobão (PFL/MA), determina a implantação do sistema de reserva de vagas nas universidades e nos institutos federais, segundo critérios socioeconômicos e raciais. Cinquenta por cento (50%) do total de vagas passam a ser reservadas a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Desse percentual, metade das vagas é direcionada a alunos com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Negros, pardos e indígenas (e pessoas com deficiência a partir de 2016) passam a ter percentuais reservados de acordo com sua proporção em sua unidade federativa (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A Lei prevê a aplicação gradual, no prazo de quatro anos, da reserva de vagas e a revisão do mecanismo no prazo de 10 anos de sua publicação. Em abril do mesmo ano, o STF havia declarado a constitucionalidade dos sistemas de cotas adotados em universidades estaduais.

2012, 03 de outubro

Brasil Carinhoso

A iniciativa Brasil Carinhoso é lançada no âmbito do Programa Brasil sem Miséria (Lei 12.722/2012) com o objetivo de aumentar as matrículas de crianças de 0 a 4 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas ao poder público. Dada a forte demanda dos municípios, o governo federal já havia dado início, em 2007, ao apoio financeiro à construção e aprimoramento de creches e pré-escolas no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação infantil (Proinfância). Em 2011, o volume de recursos foi ampliado com sua inserção no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). A ação Brasil Carinhoso vem no ano seguinte, com o intuito de ampliar o apoio aos municípios e, ao mesmo tempo, focar nas crianças em situação de extrema pobreza em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A ação aumenta em 50% o repasse financeiro da União ao Fundeb para municípios que criassem novas vagas em creches públicas ou conveniadas destinadas às famílias em extrema pobreza com filhos de até 4 anos. Além disso, expandiu-se a abrangência de custeio do Fundeb para permitir o repasse às entidades conveniadas ao setor público que oferecem vagas em creches. Também se permitiu financiar gastos como a segurança alimentar e nutricional nas creches, que não são custeados pelo Fundeb em outras etapas do ensino.

2013, 09 de setembro

Royalties do Petróleo e do Pré-sal para educação

A Lei 12.858/2013 determina a destinação de 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para a saúde. 50% do fundo social do pré-sal também é destinado para educação e saúde. A regra vale para as operações comerciais firmadas a partir de 03 de dezembro de 2012. Como deveriam ser recursos adicionais, não podem ser abatidos dos valores mínimos que cada ente federativo deve gastar com saúde e educação pela previsão constitucional. O debate quanto à destinação dos royalties do petróleo começou quando as jazidas do pré-sal foram encontradas no Brasil em 2008. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma rede formada por diferentes organizações e movimentos da sociedade civil, começou a pressionar pela destinação dos recursos para a educação, o que ganhou mais força com as discussões no Congresso sobre o Plano Nacional de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir de dados da Fundação FHC (2022).

Quase no fim do governo Lula, também ocorreu a crise financeira do capitalismo neoliberal internacional de 2008. Desde a crise estadunidense de 1929, os efeitos impactam os governos pelo mundo. A primeira mulher eleita presidente do Brasil, em 2011, enfrentou momentos de instabilidade socioeconômica e política de modo que desencadearam os rumores do que se chama golpe de 2016.

A Lei 12.858, 09 de setembro de 2013, previu a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo para educação e 25% para a saúde. Do pré-sal também se destinou metade para essas duas áreas. Ainda há os recursos adicionais não abatidos dos valores mínimos cabidos ao ente federativo gastar conforme previsão constitucional.

O debate sobre a destinação dos *royalties* do petróleo teve início após a descoberta das jazidas em 2008. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação se organizou por organizações da sociedade civil para pressionar a destinação dos recursos para a educação. O tema ganhou força ao ser levado ao Congresso no PNE. A meta prevendo a destinação de 10% do PIB para a educação, como mencionado. Os protestos do Movimento Passe Livre, em junho de 2013, demonstraram a insatisfação de manifestantes com os serviços de saúde e educação com desvio de dinheiro público.

Para a educação, o Poder Executivo fez projeto de lei para a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo e 50% dos rendimentos do fundo social do pré-sal. Depois de passar pelo Congresso, o texto final incluiu a saúde para a destinação de recursos. Essas áreas tiveram a previsão do volume total de recursos aumentada.

Seguindo os protótipos, a Revolta da tarifa foi evento em várias cidades brasileiras, rumo a reivindicações contra o aumento do transporte coletivo. Ela reuniu jovens de baixa renda e trabalhadores, muitos deles também estudantes, unidos para fortalecer seus interesses. O movimento é compreendido como política dos governos petistas de facilitação do acesso dos trabalhadores às universidades. Essa política, agregando o Prouni, o Reuni e o Fies, dobrou o número de universitários.

Também se abriu o mercado de trabalho para os diplomados. Os empregos gerados reativaram a função primário-exportadora da economia. Quanto à qualificação em alta, a juventude universitária frustrada com as expectativas políticas e econômicas se expressou na Revolta da tarifa que teve duas fases. A frustração não manteve força, devido ao fato do espontaneísmo, mas canalizou algumas candidaturas neoliberais no ano seguinte.

Quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva política restauradora, pelo que a frente neodesenvolvimentista se desgastava pelos diversos ataques recebidos. Os aspectos da política mudaram o apoio unânime das grandes centrais sindicais para o governo Dilma. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) passou a ser oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) dividiu-se, ocorrendo oposições de entidades.

A oposição neoliberal, diante do fortalecimento da direita conservadora, não mostrou para o grande público o seu programa político de abertura da economia. Mais privatização, desregulamentação do trabalho e programas se agruparam tendo consequências de não serem bem vistos por muitos da classe social trabalhadora. Reforçou-se o retórico discurso de combate à corrupção, o que levou a Operação Lava Jato, fato que investigou muitos políticos e empresários, depois advindo o *impeachment* da presidenta.

Esse processo iniciou em 2 de dezembro de 2015, vindo a ser destituída do posto em 31 de agosto de 2016. À época, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha prosseguiu com o pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal com a alegação de cometimento crime de responsabilidade nas chamadas pedaladas fiscais, além dos decretos de abertura de crédito sem consentimento do Congresso. Mesmo com a defesa alegando que tais

créditos se basearam com o remanejamento de recursos de *superavit* financeiro, não aumentando as despesas, a destituição foi inevitável:

Dilma Rousseff, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (BRAZ, 2017, p. 87-88).

A colocação é de que os governos petistas seguem a linha de interesses do sistema capitalista, cujos programas se assemelhavam aos dos PSDB. Mesmo assim os donos do capital ascenderam outro líder com ajuste do pensamento neoliberal. Essa troca foi chamada golpe por alas petistas, embora o *impeachment* seja constituído nas américas “[...] numa forma democrática de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida” (BRAZ, 2017, p. 89). As deposições de governos não resultam de instalação de ditaduras militares, mas pelo republicanismo com discurso de democracia. Com a saída de Dilma, seu vice Temer elevou-se à Presidência do Brasil, como será visto no item seguinte.

Durante o governo da presidenta, metas para a educação se fizeram com o PNE, com a Lei 13.005/2014. Sua vigência de 10 anos começou a ser elaborado em 2011, durante a gestão do governo Lula. Ele traça 20 metas a nível nacional até 2024, com objetivos para as crianças e jovens, em atendimento a qualidade (Quadro 4).

Quadro 4 - Metas do PNE 2014-2024

1	Que todas as crianças até 05 anos de idade estejam sendo atendidas pela educação infantil, e que 50% das crianças de até 03 anos estejam sendo atendidas;
2	Que 95% das crianças e jovens completem o ensino fundamental até 14 anos;
3	Ter vagas no Ensino Médio disponíveis a todos os jovens entre 15 e 17 anos, e aumentar o número de matrículas para 85% desses jovens;
4	Tornar disponível a todas as crianças e jovens portadores de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, assim como altas habilidades ou superdotação, a educação básica especializada e adequada;
5	Alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental;

6	Disponibilizar ensino integral em 50% das escolas públicas, para atender a no mínimo 25% dos alunos da educação básica;
7	Aumentar a qualidade da educação básica para atingir a todas as metas traçadas para o Ideb;
8	Que toda a população entre 18 e 29 anos tenha recebido ao menos 12 anos de escolaridade, reduzindo as desigualdades no grau de escolaridade entre as regiões do país e etnias;
9	Até 2015 elevar a taxa de alfabetização da população de até 15 anos para 93,5%, e até o final do PNE erradicar o analfabetismo absoluto e diminuir o analfabetismo funcional em 50%;
10	Que ao menos 25% das vagas na Educação de Jovens e Adultos estejam integradas à educação profissional;
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, com qualidade, e expandir em 50% o seguimento público; Elevar o total de matrículas no ensino superior para 50% da população adulta, e para a parcela entre 18 e 24 anos, aumento para 33% da população;
12	Elevar o número de professores mestres ou doutores no ensino superior para 75%, com 35% doutores;
13	Elevar as matrículas e vagas na pós-graduação para atingir 60.000 mestres e 25.000 doutores;
14	No prazo de um ano, em parceria com os entes federativos, desenvolver uma política nacional de formação dos profissionais da educação;
15	Que 50% dos professores da educação básica tenham formação em nível de pós-graduação;
16	Que os profissionais da educação básica na rede pública passem a ter remuneração equivalente aos demais profissionais com o mesmo grau de escolaridade
17	Desenvolver um plano de carreira para os professores da educação básica pública no prazo de 2 anos;
18	Elaborar no prazo de 2 anos um modelo de financiamento e distribuição de recursos que permita a gestão efetiva da educação básica de acordo com critérios técnicos e consulta à comunidade escolar, com apoio técnico e recursos da União;
19	Aumentar o investimento público à 7% do PIB até 2019, e 10% do PIB até 2024.

Fonte: (BRASIL, 2014).

Chamam atenção os prazos de dois anos para o desenvolvimento de plano de carreira docente e o modelo de distribuição dos recursos. Essa política de financiamento, nos itens 18 e 19, acresce os percentuais não rígidos, pois sua base de cálculo seria 7% do PIB, o que dariam maior qualidade para o ensino público. Mas houve a limitação do teto de gastos para enrigecer esse quantitativo.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: MICHEL TEMMER 2016-2018 E JAIR BOLSONARO 2019-2022

Na data de 12 de maio de 2016, o vice-presidente Michel Temer assumiu o posto como presidente interino, durante o processo de *impeachment* da presidenta. Após três meses, ele foi empossado ao cargo em definitivo, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 2018. Nesse mandato, iniciaramas medidas discutidas como contrarreformas ou reformas, representando a radicalização neoliberal com a retirada de direitos de trabalhadores.

Quanto às verbas, as políticas públicas educacionais foram reorganizadas com o propósito de retirar direitos conquistados pelos trabalhadores com o interesse de atender ao mercado, o que prejudicou as garantias sociais. Na medida, Nassif (2018) defende que o neoliberalismo fez segregação social diferenciada no governo Temer. Na volta do receituário neoliberal houve o aumento da pobreza e da vulnerabilidade “[...] da segregação social, justamente os estratos de brasileiros brancos, homens, adultos e com maior escolaridade. Entre os anos de 2016 e 2017, por exemplo, a pobreza subiu 5% no conjunto dos brasileiros (adicional de 3 milhões de pessoas)” (NASSIF, 2018, p. 2).

Essas políticas realizadas por Temer, entre 12 de maio de 2016 e 1º de janeiro de 2019, fundaram a PEC dos gastos, sendo a principal medida econômica de controle de recursos para a educação. A PEC limitadora de gastos por 20 anos impactou as políticas com essa delimitação. A pasta da educação, principalmente quanto às metas do PNE 2014-2024, requer mais investimentos, pois, do contrário, comprometem-se os direitos sociais garantidos pela Constituição federal de 1988.

Os ministros da educação desse governo foram Mendonça Filho, de 12 de maio de 2016 a 6 de abril de 2018, e Rossieli Soares, de 6 de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018. Suas atuações seguiram o planejamento da agenda restritiva, o que aprofundou o ajuste fiscal. Mesmo com altas taxas de desemprego, reformas visaram conter os gastos sociais, favorecendo o mercado financeiro. Os investimentos públicos para a saúde e a educação veiculam outras áreas como assistência social.

No campo educacional, vivenciou-se a descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema, bem como a centralização do controle pedagógico. Para Gentili e Silva (2015) e Frigotto (2010), o que os liberais chamam

descentralização representa um movimento de transferência de responsabilidades para instâncias locais como estados e municípios ou empresas que fazem a manutenção da educação básica. Estabelece-se, na prática, a continuidade da centralização política e normativa aliada à desconcentração executiva e financeira. Isso se atrelaria à responsabilização da sociedade civil quanto a demandas sociais.

Paralelamente, ocorreram mudanças na estrutura do MEC com posicionamentos de políticas curriculares, avaliação da aprendizagem e formação de profissionais da educação, partindo de apoios do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), do União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) do Movimento pela Base e de outros. Tal posicionamento levou à aprovação da BNCC e a Reforma do ensino médio, caracterizando-se os recursos jurídicos excepcionais.

A Medida Provisória reformou o ensino médio tal como outras medidas implementadas ocasionaram parâmetros para essa política. As insatisfações da parte da sociedade civil e das associações - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e outras - fizeram-se valer em declarações com notas de repúdio, greve, manifestação e forma de diálogo.

Se durante o governo Temer, as medidas enraizaram a inviabilização do PNE, o de governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foi o desmonte da educação que vinha sendo acentuada nos governos petistas. O contexto da pandemia desencadeou o caos do ensino escolar. Durante o mandato desse presidencial, seus ministros da educação foram Ricardo Vélez Rodríguez, de 1º de janeiro a 8 de abril de 2019; Abraham Weintraub, de 9 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020; Milton Ribeiro de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022; vago de 20 de junho a 16 de julho de 2020; Victor Godoy Veiga, de 29 de março a 31 de dezembro de 2022.

Bolsonaro, apoiado pela coalizão de direita e extrema direita, acentuou as medidas do governo anterior. Foi viabilizado um programa hiperneoliberal acentuado por valores e princípios conservadores, atrelado à religião e a *fake news* como Reforma da previdência, corte de recursos para a educação e a saúde, desmonte de instâncias participativas para a condução das políticas sociais, perseguição de professores e gestores de instituições federais de ensino e outras medidas.

Nos dois primeiros anos de mandato, três ministros da educação estiveram à frente do MEC, propondo medidas que se contrapõem à Constituição federal de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à LDB e a outros marcos legais, o que demonstra o confronto com a ordem democrática e/ou o desconhecimento e o despreparo para administrar a pasta, estabelecendo perseguições político-ideológicas aos moldes de regimes autoritários.

As reformas neoconservadoras no regime fiscal, no âmbito dos orçamentos fiscal e de seguridade social à época do governo Temer, avançaram bastante usando recursos jurídicos como a EC 95/2016. O ato de limitar os gastos públicos com políticas sociais por duas décadas engessa os recursos anuais. As despesas primárias são as mais prejudicadas, sabendo que o exercício anterior era reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A vinculação orçamentária para a educação foi de suspensão, não atendo para as consequências tão prejudiciais que ela pode ainda acarretar, pois as necessidades pedagógicas não são totalmente controladas.

Pensa-se que algumas políticas que não são formalmente educacionais se refletem nas da educação, pois têm impactado direto na área. É o caso das fiscais e econômicas como EC 95/2016, sendo que essa desencadeou perdas reais dos investimentos antes previstos para a educação. Pela vinculação orçamentária constitucional e pelo PNE 2014-2024, o desmonte de ampliação financeira foi até o Fundeb. Com a diminuição do investimento, houve o crescimento do setor privado educacional, uma vez que quando se reduz o investimento a qualidade do ensino sofre interferência de modo a aumentar diretamente o desenvolvimento da pessoa humana, havendo problemas com o acesso à oferta de vagas e à permanência do estudante na escola.

Em busca de amenizar esses problemas e outros, segundo Tisatto e Bento (2021), a partir de 2013, o grupo de profissionais da educação, denominado por Movimento pela Base Nacional Comum, atua para o engajamento da qualidade interferena formatação do currículo nacional escolar, o que influencia na educação de crianças e jovens, futuros desenvolvedores da força de trabalho para o mercado.

Na implantação da BNCC, houve alteração do campo metodológico que desencadeou sua terceira versão, com o ministro da educação Mendonça Filho. As duas anteriores foram elaboradas por especialistas de universidades. Para a aprovação

final, atendendo interesses do mercado, instituiu-se o Comitê Gestor e a Reforma do ensino médio (Portaria 790, de 27 de julho de 2016). Essa foi encaminhada ao CNE, retirando a responsabilidade dos tais especialistas. O Comitê propôs haver subsídios para essa reforma. A pasta do ensino médio estava com a coordenação de Helena Guimarães de Castro que, no governo FHC, implantou os PCNs.

Esse processo foi observado como retrocesso no currículo educacional e avanço do conservadorismo. A manobra da terceira versão da BNCC se organizou com a sua aprovação no CNE por ser um meio legal de tramitar. O governo federal também interferiu na composição desse órgão normativo da educação. Foi revogado o decreto da presidenta, sendo nomeados conselheiros do CNE. Essa ação se adequava a normativa desse conselho à perspectiva do projeto político governamental do contexto.

O interesse da gestão do MEC está no fato da aprovação da BNCC para a educação básica (AGUIAR, 2018). Sua postura não surpreende, pois ele se alinha a interesses de grupos nacionais e internacionais, pois é lucrativo e tem caráter controlador a padronização do currículo escolar. Toda escola inclui valores básicos de desenvolver a sociabilidade de ideias como respeito a diferenças, ética, cooperação do trabalho em equipe. O ato de aprender-ensinar tem única pedagogia no cotidiano da escola. O aprendizado se rege por resultados das avaliações frente ao desempenho dos alunos. A orientação curricular se estabelece com aqueles conteúdos em ciclo, independente do livro didático e da abordagem pedagógica. O aluno passa pela avaliação uniformizante do ciclo de aprendizagem da BNCC.

Sobre a base, há discussão de sua efetividade, pois tem retrocessos, se comparada às anteriores. O documento tecnocrático não tem transparência, e sim imposição do ensino em diferentes técnicas de desenvolvimento. Em entrevista de Ximenes cedida a Machado, em 15-12-2017, afirmou que o texto foi aprovado sem aval das principais associações e entidades educacionais, como Anfope, ANPed Cedes, Forundir e outras, pelo que

Cabe perguntar então quem apoiou a aprovação com falhas e retrocessos como a instrumentalização do currículo pelo mercado educacional e avaliações estandardizadas, censura em temas cruciais como racismo, sexualidade, homofobia e gênero e inclusão de ensino religioso em todos os anos do ensino fundamental. A minha percepção é que, nesse estágio final de tramitação da BNCC, saiu-se vitoriosa uma macabra coalizão de interesses de mercado, com enorme capacidade de influência a partir dos institutos de bancos e empresas e suas assessorias educacionais, de

reacionários do dito “Escola sem Partido”, uma organização que promove a censura em todas as instâncias do debate educacional (XIMENES, 2017, *on-line*).

A aprovação da BNCC consolidou a educação infantil e o ensino fundamental pelo Conselho Nacional de Educação em parâmetros da hegemônica e padronizada formação curricular nacional uniforme (MACEDO, 2018). Essa releitura aduz as políticas públicas educacionais no governo FHC desenvolvidas contraditoriamente nos de Lula e Dilma, principalmente, no que dizem respeito às atuações do Consed, Undime e de empresas privadas nacionais e internacionais.

A BNCC, e não propriamente as dificuldades educacionais da regionalização, configurou-se como central das políticas de avaliação, currículo, gestão e formação dos professores. As medidas aumentaram as tensões com a Reforma do ensino médio com sua base. As realidades se formatam a uma base comum, sendo a gestão a executora desse currículo que, na sala de aula, rege-se por coordenadores pedagógicos e professores, sem atenção à necessidade local.

Em 26 de outubro de 2016, foi a proposição da Medida Provisória 746 para reformar o ensino médio. Essa modificou a Lei 9.394/1996 e a Lei 11.494/2007, que regulamenta o Fundeb. Essa reforma se estabeleceu com a Lei 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, que modificou as duas legislações anteriores. Entre as mudanças, estão o aumento da carga horária anual, o currículo em itinerários formativos, a padronização dos conteúdos e a ampliação de parceria público-privada.

Da mesma maneira que a aprovação da BNCC teve interferências do governo, essa reforma também as recebeu para ser implantada via medida provisória. Esse recurso jurídico utilizado como excepcional foi questionado por não se configurar uma urgência dessa alteração, pois era necessário debater com a sociedade civil e os especialistas, ainda porque a BNCC da etapa do ensino médio, não havia sido aprovada.

A finalidade escalou a LDB alterada na reforma, e por realizar uma grande mudança os trâmites regulares previstos caberiam ter sido respeitados para a aprovação de um projeto de lei. A celeridade da mudança impôs um modelo de ensino médio com o currículo submetido à padronização e à sua fiação em cinco itinerários formativos, oferecidos de acordo com interesses dos sistemas de ensino. Isso significa que esses não se obrigam a oferecer todos os itinerários.

Nessa visão, é possível que algumas escolas ou regiões amplas não ofereçam mais de uma opção formativa aos estudantes. A preferência pela ênfase profissional, por parte de unidades de ensino, volta-se para as camadas populares, reascendendo o debate sobre direito à educação básica e a dualidade do ensino. Evidencia-se que o ensino público está em desvantagem quanto ao particular, mas concorrendo de igual maneira no conhecimento exigido no Enem.

A dualidade da educação proposta nesses projetos distintos fundamenta as desigualdades sociais e preconiza uma formação geral cerceada por dominantes e uma educação profissionalizante para os trabalhadores. A reforma incide no aumento da carga horária obrigatória, tendo o horário integral, embora a escola se distancie da concepção global de educação integral, ao contrário, fornecendo a formação instrumental e orientada para o mercado. Nesse sentido, as reformas para os estudantes do horário noturno e o aumento da carga horária não param por aí, pois, provavelmente, adicionará mais um ano a esse ensino, gerando maior dificuldade para concluir a educação básica, fazendo com que se acumulem dificuldades dos alunos e professores. De acordo com Motta e Frigotto (2017, p. 357):

Partimos do pressuposto de que essa “reforma” imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização — fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a superação da pressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais.

A reforma alterou a Lei 11.494/2007, ao acrescentar a formação técnica e profissional a modalidades de ensino, cabendo atuação do Fundeb. A parte dos recursos desse órgão podem ser utilizados, exclusivamente, na formação técnica e profissional, ocasionando a diminuição dos recursos destinados apenas à educação básica. O ensino médio representou mais uma atrativa oportunidade de mercado financeiro, uma vez que as parcerias público-privadas são liberadas, gerando oportunidade de lucro para empresários do ramo educacional. Os grupos empresariais ligados ao ensino, tais como: Anima, Kroton, Ser Educacional e Estácio, conquistaram alta em ações na bolsa de valores paulista, o que foi anunciado na Medida Provisória 746/2016.

Nos interesses político-mercadológicos, houve o chamado golpe de 2016 representativo de algo muito além da deposição do governo Dilma, conferido como tentativa de ruptura com a organização da política desenvolvimentista iniciada com o governo do PT em 2003. Desse ponto, têm-se as características interligadas da crise política atual: a ofensiva da direita neoliberal que provocou a crise política. Essa ofensiva pode ser denominada restauradora com o resgate do programa neoliberal de 1990. A hegemonia do capital internacional e da fração da burguesia brasileira se integrava como base de apoio ativo da classe média, que tomou as ruas em manifestações pelo *impeachment* da presidenta, conforme Amorim Neto (2016).

Após a saída de Dilma em 2016, Temer (2016-2019) as reformas se iniciaram, entre elas, a destituição de alguns direitos sociais e trabalhistas conquistados, a maior instabilidade de servidores contratados temporários em substituição ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o desmantelamento da seguridade social, o subemprego e outros.

Outro ponto central da reforma foi sobre a formação de professores e a função de gestores escolares. A BNCC balizará o currículo das licenciaturas, com alteração imposta às universidades e demais espaços dessa qualificação. Isso fere a autonomia universitária e desconsidera as pesquisas sobre currículo existentes no País. Quanto à titulação para o exercício da profissão, a legislação possibilita que pessoas não licenciadas exerçam o magistério, especificando a expressão “com notório saber de disciplinas”, sendo o caso do quinto itinerário formativo. Essa normativa representa uma desvalorização da carreira docente. As principais políticas nesse período estão expostas no Quadro 5.

Quadro 5 - Governo Michel Temer (2016-2018)

2016, 22 de setembro

Reforma do ensino médio

O Ministério da Educação institui o novo ensino médio em 2016 via medida provisória (MP 746/2016), convertida em lei no ano seguinte (Lei 13.415/2017), interrompendo o processo de tramitação de um projeto de lei que estava em discussão no Congresso desde 2013 (PL 6840/2013). O objetivo da reforma é diminuir a evasão, aumentar a oferta de vagas e melhorar a qualidade nesse nível do ensino básico. Com a reforma, a carga horária do ensino médio aumentou de 2.400 horas para 3.000 horas ao longo de três anos. Seu conteúdo foi flexibilizado: 60% da carga horária deve seguir os conteúdos comuns da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 40% da carga horária deve ser oferecida em itinerários

formativos. Foram definidos cinco itinerários formativos:

- Linguagem e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências humanas e sociais aplicadas;
- Formação técnica e profissional.

As escolas devem oferecer pelo menos um dos itinerários formativos, e a escolha dos alunos depende de seus interesses e das possibilidades de cada escola. Além disso, a reforma torna o ensino do inglês obrigatório e possibilita que parte da carga horária seja realizada à distância.

2016, outubro

Ocupações dos secundaristas

Um mês depois da publicação da MP da reforma do ensino médio, protestos foram organizados por estudantes secundaristas e do ensino superior (com participação da União Nacional dos Estudantes) e outras organizações da sociedade civil como o Movimento Nacional em Defesa do ensino médio (formado por entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). Os alunos ocuparam mais de mil escolas e universidades em todo o país, com maior concentração no Paraná. A principal crítica das manifestações contrárias à reforma era a falta de diálogo com os principais atores envolvidos. Também criticavam a ausência no texto de menção de algumas disciplinas como parte do ensino médio (Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física), o que comprometeria, segundo os movimentos de oposição, a formação cidadã dos alunos. A falta de estrutura das escolas públicas para oferecer os cinco itinerários também foi um ponto criticado, com a justificativa de que reduziria a possibilidade de escolha dos alunos mais pobres. O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) do ano de 2016 teve que ser adiado para 240 mil alunos em função das ocupações em locais de prova.

2016, outubro

Programa Criança Feliz

Foi lançado o Programa Criança Feliz pelo Ministério de Desenvolvimento Social, com o objetivo de promover o desenvolvimento na primeira infância das crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade social. O foco são gestantes e crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e que foram afastadas do convívio familiar. O governo federal disponibilizou recursos para municípios que aderiram ao programa para que visitadores sociais acompanhassem as casas de famílias cadastradas 2 a 4 vezes por mês para informá-las sobre saúde, educação e acesso a políticas públicas educacionais para crianças nessa faixa etária. A primeira infância entrou na agenda do governo em 2010 com o Plano Nacional pela Primeira Infância, que marca diretrizes e ações necessárias para crianças nesta etapa da vida e, em 2016 (Lei 13.257/2016), com o Marco Legal da Primeira Infância, que firma a importância de garantir as condições apropriadas (saúde, educação, alimentação, etc) no início da vida para o desenvolvimento integral da criança e do ser humano.

2018, 14 de dezembro

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio é aprovada, finalizando as Bases Nacionais Comuns Curriculares dos três níveis de ensino. A BNCC norteia, para todo o país, quais são as habilidades e competências que os alunos devem adquirir em cada disciplina e ano letivo ao longo da sua formação no sistema de ensino. A partir da BNCC, os entes federativos podem produzir seus próprios currículos obedecendo à base obrigatória, mas adequando-os à sua realidade local, pela contextualização das aprendizagens e adoção de estratégias específicas. O processo de elaboração das BNCC inicia-se em 2014, quando o Plano Nacional de Educação prevê a elaboração da base comum como uma estratégia para cumprir as metas a partir da discussão e colaboração entre os entes federativos. A necessidade da BNCC advém de fazer valer os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, em que o aluno teria direito à aprendizagem (e não somente ao ensino), para ser um cidadão com autonomia, pensamento crítico e capacidade de adquirir conhecimentos. Até então, existiam dois documentos: as Diretrizes Curriculares Nacionais, de caráter obrigatório e amplo; e os Parâmetros Curriculares Nacionais, com orientações mais específicas e de adesão voluntária. Ao mesmo tempo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), inicialmente instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, se tornaram também norteadores dos currículos pela ausência de uma base comum e pela importância que conquistaram, respectivamente, ao comparar escolas e sistemas de ensino e ao selecionar alunos para o ensino superior. Discutir uma Base Nacional Comum Curricular se tornou então essencial para orientar os currículos de forma intencional, e não a partir de instrumentos de avaliação, mais específica que as DCN, obrigatória e com base no direito à aprendizagem previsto pela LDB. A produção da BNCC foi realizada por especialistas, professores, gestores e entidades de educação, e teve três versões diferentes de documentos desde 2015. Depois da aprovação e homologação pelo Conselho Nacional de Educação, em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental e em 2018 para o ensino médio, a BNCC ainda passou por audiências públicas em todas as regiões do país até a conclusão final dos documentos. A BNCC do ensino médio demorou mais tempo para ser finalizada devido à necessidade de adequação do documento à nova estrutura dessa etapa do ensino com a reforma de 2017. Em 5 de abril de 2018, ainda no processo de discussão da BNCC, foi instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) para prestar apoio financeiro e técnico aos estados e municípios no processo de implementação da nova Base Nacional Comum Curricular.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir de dados da Fundação FHC (2022).

De 2016 a 2018, os programas lançados mudaram algumas adequações para o ensino. Durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) quatro

ministros da educação passaram pela pasta do MEC, configurando a ausência de prioridades para o setor. Houve avanço da perspectiva privatista com lógica neotecnicista e empresarial na gestão de ensino e das escolas. Também ocorreram a descontinuidade de políticas prioritárias para a educação e o corte de verbas e financiamento nessa área, conforme os princípios constitucionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A questão do corte de verbas e a não utilização dos recursos previstos para a pasta demonstram o retrocesso dos últimos quatro anos. Tal retrocesso foi reforçado pela pandemia que acentuou a desigualdade educacional, social e financeira da população. A perda de recursos diminuiu 18 bilhões em 2022 em relação a 2019, como apontou Grisa (2022).

Na execução orçamentária da infraestrutura para educação básica, 2019 foi ano de expectativa para a execução que não chegou a 20% do que foi autorizado e, em 2021, foi a menor. Na pandemia, não houve previsão de recursos para essa ação. No portal Gazeta do Povo, Baroni (2019, *on-line*) descreveu o balanço do primeiro ano do governo:

O Ministério da Educação sofreu em 2019 um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões de suas despesas discricionárias (gastos não obrigatórios, que inclui a verba de investimentos, pagamento de despesas como água e luz, entre outros). O principal impacto ocorreu nas universidades federais, que tiveram 30% de seu orçamento discricionário contingenciado, o que representou cerca de 3,5% de todos os recursos das instituições (que incluem os gastos obrigatórios, como o pagamento de salários). Em valores absolutos, as universidades tiveram R\$ 2,4 bilhões bloqueados. Outros setores da Educação também foram atingidos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e a Capes (órgão responsável pelos programas de pós-graduação e produção científica). Foram afetados programas de educação básica, como a construção e manutenção de creches, ensino técnico, bolsas de pesquisa e o sistema nacional de pós-graduação.

No seu primeiro ano de governo, foi criado o órgão exclusivo do MEC para lidar com a Secretaria Nacional de Alfabetização visando diminuir o analfabetismo e reverter esses números desse grupo. A nova Política Nacional de Alfabetização (PNA) se estabeleceu com adesão voluntária tendo previsão de ações e programas de entes federados. Sua atuação seguiria os pilares da consciência sistemática em que a família participa da alfabetização das crianças.

Identifica-se, atualmente, o PNA como Tempo de Aprender, aparentemente com caráter ideológico, com a premissa de desenvolver a habilidade de leitura em instituições de ensino e o “Conta para mim” que inclui a família na alfabetização. Tal

programa relaciona o sucesso da alfabetização (teoria) com o incentivo da leitura de pais e mães com seus filhos (prática). No entanto, não se menciona a realidade brasileira fabricada pelo sistema de inúmeros analfabetos e analfabetos funcionais que leem, mas nada compreendem da leitura.

Nesse sentido, questiona-se como essas pessoas que não compreendem o sistema linguístico podem ter responsabilidade em alfabetizar suas crianças? Nessa visão, tais políticas destoam da realidade e pensam a educação de forma desterritorializada. Sobre a influência internacional na construção de tal programa, na página do PNA e na Cartilha de Alfabetização, constam estudiosos que atuam em universidades estrangeiras, o que levanta a hipótese de ser material baseado em países com características socioeconômicas e culturais distintas das brasileiras.

No segundo dia do seu mandato, o governo Bolsonaro, em uma semana, promulgou o Decreto 9.665/2019 para criar a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares vinculada à Secretaria de Educação Básica do MEC. O Decreto 10.004/2019 revogou o anterior e implantou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em parceria do MEC com o Ministério da Defesa. Esses decretos viabilizaram políticas para a militarização de escolas públicas municipais e estaduais.

Em julho de 2019, foi lançado o Programa Future-se ou Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, com adesão voluntária. Deu-se para expandir a captação de recursos como abertura para contratação de organizações sociais (Oss) ou fundações de apoio de atividades e possibilitar que universidades façam parcerias com a iniciativa privada. Esse objetivo neoliberal reduz o custo do Estado, aumenta as parcerias público-privado, mas interfere na gestão educacional, pois quem fornece os recursos funciona como sócio.

Em 24 de dezembro de 2019, Bolsonaro assinou uma medida provisória para mudar a maneira de eleger os reitores de universidades e institutos federais. Essa legislação retira os poderes dos conselhos universitários na escolha dos dirigentes dessas instituições, interferindo em sua gestão democrática.

A implantação de OSs e militarização de escolas é fenômeno socioeducacional e político, cuja efetividade passa por dialética de relações com o modelo de gestão. Sua estrutura jurídica considera a consciência social (RÊSES, 2019; ALVES; TOSCHI, 2019). Nas metas propostas pela rede estadual para a

função de gestor, “[...] a democracia é apenas desejável, mas não é uma condição necessária ao neoliberalismo. Os direitos políticos não gozam de garantia incondicional sob o novo liberalismo econômico” (MARQUES, 2018, p. 14).

O número de escolas militares aumentou em 2020, tendo sua gestão híbrida em que os profissionais da educação são responsáveis pela área didático-pedagógica. Os agentes de segurança pública podem ser inativos das Forças Armadas ou policiais e bombeiros. Atuam na gestão administrativa e disciplinar, enfraquecendo a autonomia da escola pública e retirando o gestor eleito pela comunidade escolar.

No início de 2020, o cenário nacional foi impactado pela pandemia da Covid-19. No entanto, teve a ausência de efetiva coordenação nacional para articular os esforços dos entes federativos no enfrentamento da crise sanitária. Proporções impactaram as instituições educacionais, seus colaboradores e seu público com suas famílias. A execução do orçamento da educação no governo Bolsonaro diminuiu, mesmo diante dos desafios da pandemia, com as demandas de infraestrutura, inclusão digital e assistência estudantil.

O Enem, de certa maneira, atingiu seus objetivos, mas teve a redução de verbas para a sua realização e a manutenção da equipe. Em 2022, precisou utilizar o banco de questões e reformulá-las em virtude do contingenciamento. O presidente enfatizou que o Enem seria mais conteudista, sem questões ideológicas e de gênero, na tentativa de reforçar o discurso da extrema direita e sua base de apoio.

O que se percebeu nesses governos ditos conservadores foi uma política diferente da desenvolvimentista do PT. Seu sentido neoliberal se enraiza em parâmetros do mercado. Em ambos, a gestão escolar estabelece-se por incumbências da execução pedagógica, tendo mais ou menos intensidade nessa função.

CAPÍTULO III - O NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE GOIÁS

Neste capítulo, as mudanças político-educacionais no ensino de Goiás são analisadas frente à gestão educacional. Trata-se da abrangência dos estabelecimentos de ensino, tendo que a LDB/1996 foi a primeira legislação a dispensar a atenção particular à gestão educacional, atribuindo várias incumbências às unidades escolares:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola (BRASIL, 1996).

Na LDB atual, a perspectiva escolar se configura por política educacional com a execução da proposta do Projeto Político Pedagógica (PPP) cujas práticas pedagógicas abarcam currículo, projeto, regimento interno, metodologia e outros.

3.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA A PARTIR DA LEI 9.394/1996

A gestão orienta-se com a finalidade da proposta do PPP. Com esse documento, a escola define os rumos da comunidade e de seus pares. Professores e intelectuais têm interesse acerca dessa matéria da legislação educacional. Suas tarefas educacionais precisam do papel do gestor escolar. Os recursos materiais e financeiros são geridos pela gestão.

Essa liderança escolar tem incumbência sobre o patrimônio imaterial, referindo-se à cultura, e material, ligada a instalações físicas. A parte estrutural traduz a superficialidade das atribuições do gestor. Sua incumbência zela pela razão de ser da escola: o ensino-aprendizagem de seu público. O cumprimento do plano de trabalho docente funde-se ao cumprimento das tarefas de um gestor.

O rendimento do aluno não está em meras avaliações externas, como mencionado. Os dispositivos de responsabilidades da escola demonstram as incumbências inferidas na proposta pedagógica. O art. 12 da LDB trata da dimensão que a gestão educacional alcança. A escola articula suas ações com as famílias e a comunidade num processo de integração.

A unidade educacional informa os responsáveis sobre suas propostas, a frequência e o rendimento dos alunos. Em cada execução pedagógica (art. 12, VI e VII), cabe observar a autonomia escolar, havendo “[...] progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira” (art. 15), definidos pelos sistemas de ensino. O entendimento da autonomia da escola não é algo espontâneo, e sim construído como identidade e história. Essa autonomia corresponde a formas de posicionamento da instituição. Têm-se sua história, seu corpo docente, suas diretrizes estabelecidas, seu desempenho, sua estrutura e sua gestão de recursos. A autonomia tem caráter relativo e interdependente, cuja relação entre sistemas de ensino tem segmento social:

A autonomia não dispensa relação e articulação entre escolas, sistemas de ensino e poderes, tampouco é a liberdade e a direção dada por apenas um segmento social. Logo, não se pretende a autonomia dos professores, ou dos pais, ou dos estudantes. A autonomia é sempre de um coletivo, a comunidade escolar, e para ser legítima e legitimada depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si. A autonomia, portanto, se edifica na confluência, na negociação de várias lógicas e interesses; acontece em um campo de forças no qual se confrontam e equilibram diferentes poderes de influência, internos e externos. Por isso, a autonomia de uma escola, a gestão democrática da escola, deve ser cuidadosamente trabalhada, para não camuflar autoritarismos, nem fomentar processos de desarticulação e voluntarismos (LUCÉ; MEDEIROS, 2006, p. 21).

No foco do tecnicismo e do neotecnicismo, os resultados assumem posição central de avaliação norteadas por valores de eficiência e produtividade. As definições situadas têm abrangência da escola e a gestão educacional, sobretudo quando se trata da rede pública. Isto porque a função dessa gestão refere-se a espectros de iniciativas de diferentes instâncias de governo. As responsabilidades são compartilhadas na oferta de ensino e em ações desenvolvidas por áreas específicas de atuação. Essa gestão situa-se em tarefas bastante abrangentes no sentido de vincular-se a políticas públicas educacionais e ao PPP, ou seja, do macro para o microespaço escolar.

A gestão educacional tem esfera de totalidade articulatória mutuamente justificada no trabalho escolar. Noutras palavras, a razão de existir da gestão é a escola, cujo trabalho que nela se realiza exemplifica o conceito e diferenciação entre gestões (Quadro 6).

Quadro 6 - Gestões da educação

Gestão educacional	Gestão escolar
Normas de carácter governamental que regulam as atividades de instituições de ensino	Metodologia administrativa, de forma geral
Envolve as iniciativas relacionadas aos sistemas de ensino	Mantém a autonomia das instituições de ensino para gerir o que está sob sua égide
Tem um papel de organização. Em nosso país, ela se baseia nos sistemas de organização de ensino federal, estadual e municipal	Subdivide-se em setores organizacionais: administrativa; pedagógica; de pessoas; comunicações; financeira; tempo e eficiência dos processos

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No sistema educacional, o conjunto de atividades próprias da gestão educacional segue orientações e definições gerais ou macros da substância das políticas educativas. O planejamento, o acompanhamento e a avaliação dessas políticas educacionais se inscrevem nas tarefas cotidianas no ato de ensinar-aprender. Nessa esfera da gestão, situam-se profissionais da educação, alunos e comunidade. Os colaboradores que trabalham na escola ocupam seus cargos designados hierarquicamente para o desenvolvimento do grupo. Os atos diretivos sabem que a abrangência das funções do gestor da escola alcançam a atuação de educadores. Eles se fazem com as organizações de secretarias, órgãos normativos e instituições integrantes, nos diversos níveis do Poder Público.

A gestão educacional assegura-se por sua finalidade de promover o ensino-aprendizagem, conforme determinam a Constituição federal, a LDB e outras legislações. O movimento reformista se faz pela importação de modelos educacionais, o que configura eventos semelhantes aos das escolas norte-americanas. O plano de reformulação goiana tem inspiração em nas reformas novaiorquinas. Entre 2011-2014, um modelo problemático de aspectos internacionais, mas já extinto, foi praticado em unidades estaduais:

No caso brasileiro, grupos como Instituto Airton Senna, Fundação Lehman, Instituto Alfa e Beto, Todos pela Educação e Instituto Itaú Unibanco são os principais interlocutores das reformas educacionais, fazendo a mediação entre os órgãos do governo (MEC, Secretarias Estaduais e Municipais), com o empresariado transnacional e os seus organismos representantes (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Mundial, Fundação Melina e Bill Gates) (GIROTTI, 2018, p. 161).

Por vezes, todas essas instituições, mesmo trabalhando em conjunto, deparam-se com problemas de comunicação sobre as responsabilidades de cada integrante. A gestão educacional precisa se aproximar das esferas de gerir obstáculos para ter sucesso de sua finalidade. A educação como direito de todos promove o desenvolvimento da pessoa com o bom preparo do gestor. Seu exercício reflete a qualificação no trabalho definido em reformas que se pautam em leis: CF/1988 (art. 205) e LDB (art. 2º).

3.2 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2011-2014 NA SEDUC-GO: O MODELOGERENCIAL

No ano de 2010, o então senador Marconi Perillo (PSDB) ganhou as eleições em segundo turno para o cargo de governador de Goiás, escolhendo para a pasta da educação o deputado Thiago Peixoto (2007-2010), que se elegeu deputado federal. Essa escolha sinalizava mudanças maiores nessa área. Ele foi o coordenador do Programa Todos pela Educação durante esse período. A organização de alinhavos políticos resultou do pleito eleitoral, fundantes em movimentos do neoliberalismo. A eleição é umas das manifestações do campo político de disputa por interesses, (BOURDIEU, 1989, p. 164):

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos

políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

A política se faz como produto em que as atitudes são promessas de campanha. O governador Perillo prometeu que a população teria políticas públicas voltadas para a educação, denominando-se por governo da educação. Nesse sentido, as avaliações externas basearam de orientação dessas políticas educacionais iniciadas em 2011. No Pacto pela Educação, o Ideb foi marcador da qualidade do ensino-aprendizagem para o estado de Goiás.

Quadro 7 - Marcadores de notas com reflexo na qualidade da educação

Anos iniciais do ensino fundamental I		
2005	Nota foi 3,91	7ª colocação no País
2007	Subiu para 4,27	Desceu uma posição nacional
2009	Elevação para 4,90	Continua na oitava posição
Ensino fundamental II		
2005	Iniciou com a nota 3,29	Ocupando a 10ª posição
2007	Nota chegou a 3,45	Alcançou a 13ª
2009	Nota chegou a 3,59	Atingiu a colocação 15ª
Ensino médio		
2005	Nota 2,86	Atingiu 13ª
2007	Nota chegou a 2,82	registrou a 16ª posição
2009	Nota 3,07	Mesma posição

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base nos dados do Inep nos nos citados.

O movimento reformista na educação básica se liga ao modelo importado do sistema norte-americano. Os reformadores norte-americanos se formaram pela “[...] coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores” (FREITAS, 2012, p. 380) . No entendimento dos reformadores empresariais, os problemas da escola decorrem da má gestão, o que justificando a intervenção de experts

de outros campos como administradores e economistas. Consolidar o plano de ação para a gestão é racionalizar os processos e a mensuração dos resultados dos alunos. O desempenho de professores e diretores se vincula à eficiência e à produtividade dos sujeitos.

Nessa prática, a obtenção de rendimento repercute nos prêmios ou bônus para professores. Disseminam-se estratégias para resultados imediatos aferidos por avaliações (FREITAS, 2012). Isso engloba as práticas de reformadores que passam pelo neotecnicismo na educação. Mesmo com nova roupagem, esse considera a versão do tecnicismo para avançar sua continuidade. A pedagogia tecnicista tem princípios de racionalidade, eficiência e produtividade para resultados com o mínimo de dispêndio. O máximo do resultado persegue a concepção de Estado com iniciativa de controle e direção das políticas educacionais.

A partir de 1990, os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade do tecnicismo pedagógico se mantiveram nas escolas pelas políticas educacionais neoliberais. Na prática, a escola assume nova conotação de valorizar os mecanismos de mercado. Esses afetam o setor público, sendo visualizados em diversas reformas educativas. São implantadas para o empenho de reduzir custos e investimentos públicos, dividindo-os nos campos privados e/ou não governamentais.

A uniformização de políticas educacionais se organiza nas escolas com o tecnicismo pedagógico do taylorismo-fordismo (GONZALEZ, 2022), estando no neotecnicismo com o controle de decisão e resultados. Tais políticas no sistema educacional com avaliação dos resultados dita o esparado de eficiência e produtividade.

O controle de práticas pedagógicas e resultados avaliativos perpetua o padrão medido em testes com notas que responsabilizam os agentes da educação. Professores são pressionados a treinar os testes para os estudantes. A divulgação do desempenho atribuí à escola um status de recompensas e sanções (KANE; STAIGER, 2002). Tal exposição pública em placas altas nos muros da escola alia um desempenho de avaliações externas que veicula o financiamento ou recebimento de verbas públicas. A unidade que não gerar resultados esperados sofre punições, como se as que recebem recompensas fossem, de fato, merecedoras do crédito ou, realmente, distanciassem das outras pela suposta qualificação de nota de 1 a 5.

Compreendem-se os resultados das escolas e as verbas atrelados ao comportamento e à burocratização. Ampliar suas esferas de atuação se apoiar nos referenciais meritocráticos da escolarização. Os capazes de aprender são educadores para ensinar. O que demanda a compreensão desse movimento tem sentido nos termos mérito e meritocracia. Esses centram as políticas públicas no Brasil: o vocábulo “[...] mérito vem do latim *meritum* e designa tanto ganho, lucro quanto pena, castigo. Ter mérito é quem é merecedor, ter mérito supõe ser digno de recompensa, elogio, prêmio, estima, apreço” (WALZER, 2003, *apud* SOARES; BACZINSKI, 2018, p. 37). Também a palavra meritocracia se define por questão, conforme Barbosa (2003, p. 22), sendo “[...] um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”.

É sabido que essa palavra aparece de forma diluída em debates sobre desempenho e avaliação, por exemplo. A reforma administrativa a partir do neoliberalismo, como mencionado, tem referência nas ideologias. Seus critérios de hierarquização social atingem dimensões no espaço público. Mas seu uso científico no campo educacional vem sendo cada vez mais frequente.

O contexto traz a meritocracia como sistema social, político, econômico e cultural. Os privilégios se obtêm por mérito dos mais qualificados e competentes. O principal argumento desse modelo enfatiza que governos e organismos meritocráticos proporcionam a justiça dos sistemas hierárquicos. Há distinções que provêm de fatores dos sistemas citados, bem como sexo, etnia e classe social.

A meritocracia se exemplifica em propostas neoliberais de que todos têm oportunidades, mas o resultado individual vem do esforço de cada um. Em linhas gerais, a meritocracia ignora o contexto socioeconômico e outros que viabilizam ou não a ação humana. Ela padroniza os sistemas de avaliação, o pensar e o agir dos humanos, o ambiente escolar mostra a diferença social como performance das avaliações de larga escala.

É preciso corrigir distorções da desigualdade social, pois avaliar quem merece cria indicadores de desempenho (eficácia, eficiência e efetividade) visando aos resultados. Logo, a qualidade na educação neoliberal se equivale ao controle, que

depende da equidade e da eficiência. O conceito de equidade aparece nos projetos do BM como sinônimo de diferença: igualdade = equidade.

O discurso está arraigado ao pensamento neoliberal da qualidade do sistema educacional relacionada à sua produtividade. A identidade se vincula à tríade eficiência, eficácia e efetividade. A oportunidade para todos concorre apenas para os bons, pois esses permanecerão nas melhores posições. Desse modo, com levantamento de estudos, compreende-se que os efeitos causados pela meritocracia na escola são muito questionáveis:

Primeiro, porque penalizam exatamente os melhores professores por considerarem que sua motivação para trabalhar se restringe ao desejo de ganhar mais dinheiro, quando, na verdade, sem descartar este motivador, o que mais move o professor é o próprio desenvolvimento do aluno. Segundo, porque expõem todos os professores a sanções ou aprovações públicas o (FREITAS, 2012, p. 385).

Nessa visão, a meritocracia não gera a boa performance dos alunos, mas pode causar resultados ruins para a educação, por não haver formação do senso crítico deles e apenas a preparação para o mercado. A escola com essas exigências do mercado se organiza por mecanismos de avaliação, ignoram outras condições da formação. Pensa-se que ela dá acesso a conhecimentos científicos, filosóficos e outros essenciais para o desenvolvimento intelectual.

A privatização parte do neotecnicismo com a falsa consciência de desnecessidade do público. Empresas estatais vendidas não socializarão os lucros. No meio escolar, a apropriação e a concentração de capital nas grandes empresas geram melhorias na escola pública. Logicamente, o sistema capitalista visa ao lucro para todo serviço prestado, o que evolui a competição pelo lucro. O capitalismo como sistema de bens e serviços produzidos para a troca lucrativa enfoca no trabalho como mercadoria no mercado. O que vende sua força motriz é agente econômico dependente do mercado, enfrentando a competição da vida.

Em relação a políticas públicas educacionais, o financiamento feito no BM é sinal de sua ampliação de governança global e expansão do setor privado no desenvolvimento (ROBERTSON, 2012). O BM lida com os fracassos do neoliberalismo, fazendo rodadas de intervenção para a manutenção neoliberal (PECK, 2010). As influências de organizações e outros grupos mantém o controle

privado de acentuação das desigualdades sociais. O acesso ao ensino-aprendizagem que critica o próprio currículo fica para poucos.

Nesse conhecimento, a gestão da educação básica precisa ir além da aplicação de técnicas de administração (VIEIRA, 2007). Ela faz a construção coletiva de efetivar o acesso aos processos de decisão ou, pelo menos, de entendimento das políticas públicas educacionais. As políticas de reformas são concebidas de acordo com organismos internacionais por meio de poderosas instituições potencialmente instaladas, contando com a participação de grupos que trabalham para a manutenção dos interesses desses sobre a gestão.

A Seduc-GO aderiu ao princípio da meritocracia que continua viabilizada pela reforma Pacto pela Educação, tendo cinco pilares sendo o mais importante o reconhecimento/pagamento por mérito. Esse pacto inscrito na reforma educacional tem características próprias, seguindo articulação das políticas para a educação a nível nacional. Sua implantação foi estratégica para minimizar as resistências: primeiro, com o aumento salarial do gestor escolar, pois ao gerenciar os conflitos os processos do pacto seriam tranquilizados de prosseguir; segundo, com o bônus dos professores que atingissem as metas, aceitando as mudanças.

Também nos estados da Bahia e Pará, formularam-se ações e diretrizes denominadas por Pacto pela Educação. Nas reformas educacionais contemporâneas, projetos político-econômicos se ligam aos culturais (SACRISTÁN, 1997). O sistema de premiação não se entende como medida isolada, pois suas transformações na rede estadual goiana levam a muitas intervenções tanto na cultura do funcionamento e das práticas pedagógicas quanto no meio externo com a adequação da escola ao campo econômico-social de cada época.

O caso goiano do modelo com o bônus da meritocracia está em consonância com políticas similares de outros estados internacionais como Estados Unidos e países da Europa, acordo com Toschi e Oliveira (2004). As políticas destinadas a esse gerenciamento de bônus pelas ações na escola atuam como modelo de formação docente em que a avaliação indica a qualidade. O monitoramento das avaliações estaduais registra índices enviados para consultores externos.

A reforma mostra a externalidade da tomada de decisões da gestão e revela os resultados. O programa de bônus recebeu críticas dos membros do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sintego), destacando-se a culpa imputada aos

professores pelos problemas da educação regional e a avaliação da atuação docente com referenciais uniformizadores. Submete-se a escola a perdas de valores dos modos de pensar e agir (ALMEIDA, 2009, *apud* VIEIRA *et al.*, 2013). Com isso, há enfraquecimento das opiniões como cultura da escola. Também houve a exclusão dos inativos: aposentados e pensionistas não foram incluídos no reajuste de bônus, pois somente os da ativa realizaram as avaliações anuais.

Nesses quesitos, o princípio da isonomia salarial não foi seguido no funcionalismo público. O clima de competitividade entre os professores se fez com o acirramento dos ânimos, o que leva ao enfraquecimento da categoria. Para além disso, essa reforma recebeu financiamento privado do Movimento Brasil Competitivo:

O Pacto pela Educação é financiado pelo Movimento Brasil Competitivo, entidade composta por empresas privadas que financiam projetos governamentais e particulares sobre modelos de gestão. O projeto apresenta as diretrizes e metas do governo para a reforma educacional (GOIÁS, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2011, *on-line*).

Esse repasse embasa as ideias do empresariado, pelo que a reforma Pacto pela Educação aderiu ao movimento e trouxe para a rede estadual toda proposta de mudança já experimentada em outros sistemas educacionais. A escolha do secretário de educação teve concepções de racionalidade e gestão de resultados, o que também consolida a reforma.

O secretário Thiago Peixoto, que se autodenomina ativista educacional, propôs um caminho a seguir ao encontro de ideias e experimentos internacionais como, por exemplo, a reforma de Nova York, valorizando a gestão eficiente com a meritocracia na escola. A iniciativa obteve sucesso e foi adotada no Brasil. Peixoto esteve nos Estados Unidos e em países europeus (Inglaterra, Irlanda, Dinamarca), buscando eixos de articulação com o modelo de lá para cá:

Quatro eixos merecem atenção: o papel dos diretores, a valorização dos professores e demais profissionais da educação, a noção de avaliação dos estudantes em todo o estado e o estabelecimento da cultura da meritocracia dentro da escola. O diretor escolar aparece como agente central por desempenhar atividades que envolvem a administração da unidade, dos recursos financeiros, bem como os professores, que atuam diretamente com os alunos, além do papel pedagógico. A avaliação também se articula com a meritocracia, valorização profissional e a responsabilização, já que existem ações interligadas (MOURA, 2016, p. 51-2).

Sobre o bônus das responsabilidades, a reforma educacional visa às metas de desempenho e avaliações para fatores comparativos entre atividades e escolas. O trabalho didático-pedagógico define o bônus para a melhoria do rendimento da unidade escolar. A carga horária de 40h sugere que o profissional da educação dará mais rendimentos na produtividade do ensino. Mas, ao que parece qualidade não se faz com estudo de valorização de professores.

Evidencia-se que as ações reformistas se orientam “[...] pelo cumprimento de metas, responsabilização, reconhecimento por mérito, produtividade docente, sem necessariamente aumento de remuneração” (MOURA 2016, p. 52). O gestor exerce sua função como gerente rumo ao resultado que avança em mais produtividade da escola. Seu *lôcus* é de transformações concebidas num pequeno território, mas com várias dimensões política, socioeconômica, cultural e outras.

Essas são ordenadas no pacto federativo com legislação federal e estadual de que as mudanças ocorridas no cenário político incorrem na história de ativismo da educação. Artigos publicados pelo secretário Peixoto, em veículos como Jornal O Popular, descrevem momentos distintos sua prospecção. Primeiro, transmite a fase de iniciativas educacionais bem-sucedidas anterior ao seu ingresso no governo tucano. Segundo, representa o gestor educacional consolidando o projeto de reforma educacional, mas que aconteceu com críticas e desgastes.

O neotecnicismo - que é a retomada do tecnicismo - implanta a ideia da produtividade na educação, associado à Teoria Geral de Administração. A restrição de o professor elaborar seu próprio material de ensino funda a uniformização de conteúdos e materiais com listas de estudo de padronização da prática docente em sala de aula. Pela Seduc-GO, ocorrem os encaminhamentos da avaliação em larga escala, sendo alvo principal dos treinamentos dos alunos.

No neotecnicismo, a abordagem das políticas educacionais se constrói por conceitos de responsabilização de professores e gestores pelos resultados da média de testes nacionais e internacionais. Na meritocracia, o não atingimento das metas gera as sanções por não ter aumentado as médias (FREITAS, 2012). Encontram-se na prática neotecniscista a responsabilização, a meritocracia e a privatização.

A Seduc-GO iniciou a concorrência e mostrou os resultados alcançados, tendo seu caráter na produtividade e em procedimentos eficientes. Essa pedagogia se implementa por meio de ações agrupadas para tal fim. 1) Os mecanismos de

avaliação permanentes aplicados aos alunos, cujos índices servem para indicar a qualidade do processo ensino-aprendizagem na unidade escolar. 2) O gerenciamento da organização da escolar adere aos programas de qualidade total. 3) A transferência de responsabilidade estatal para empresas e comunidades, fato que evita se saber quem será responsabilizado por inadequações do sistema. 4) As parcerias com o empresariado que valoriza o setor privado. 5) O processo de administração e financiamento fica descentralizado como a transferência de recursos por avaliação de desempenho. 6) Os modelos de inovar a preparação de professores como educação a distância, tendo os procedimentos de diversificação e flexibilização dos sistemas de ensino. 7) Tipologia de *rankings* das escolas públicas e particulares, sendo classificadas e desclassificadas. 8) A atenção a disciplinas como Ciências e Matemática, pela competitividade tecnológica a nível mundial. 9) As condições geradas para a competição entre as unidades escolares.

Dentro dos contextos, os programas da reforma reafirmavam a meritocracia e a responsabilização entre servidores e estudantes. O Programa Reconhecer - educação, o mérito é seu foi criado pela Lei 17.402, de 06 de setembro de 2011, aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás. Ele instituiu o bônus de estímulo à regência aos docentes na ativa na escola. O bônus e o prêmio poupança-aluno ocorreram conjuntamente. No novo modelo constam a escolha de diretor, o currículo referência, a placa do Ideb nas escolas, a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (Saego), o Índice de Desenvolvimento da Educação Goiana (Idego), o Projeto Coordenadores de Pais, o Programa Ensino Médio.

Os critérios para o recebimento do bônus eram o professor regente ter frequência em sala de aula, de acordo com horário organizado na unidade, apresentar plano de aula a cada duas semanas, entregar o planejamento das aulas ao coordenador pedagógico até o primeiro dia útil do período. O plano teria o modelo fornecido pela Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação. Esses critérios definiam que a aula só se concretizou se o seu planejamento foi entregue. A parcela do bônus ocorreria inversamente ao equivalente às faltas semestrais.

Quadro 8 - Faltas e bônus

Percentual de Faltas	Recebimento do Bônus (%)
Até 1%	100%
De 1,01% a 2%	85%
De 2,01% a 3%	70%
De 3,01% a 4%	55%
De 4,01% a 5%	40%
Mais de 5%	Não receberá o bônus

Fonte: Goiás (2012, p. 4).

O coordenador pedagógico também se insere no processo de bonificação da seguinte forma: frequência, assiduidade, conforme a carga horária, formação continuada com os cursos disponibilizados - Seduc e subsecretarias, feitos durante as horas-atividades dele. Esses elementos para o recebimento de bônus seriam validados se ocorridos no período delimitado. O coordenador pedagógico receberia o bônus referente ao mesmo percentual de faltas que o professor regente.

À equipe gestora caberia a realização dos serviços no prazo, tais como: executar atividades no programa administrativo e pedagógico, no Sige, como o lançamento da frequência dos coordenadores pedagógicos, professores e alunos até às 23h59min do dia, do bimestre a nota e a frequência por disciplina, a verificação diária do *e-mail* institucional, a entrega dos planos de aula dos professores a cada duas semanas, com o limite máximo do segundo dia útil da data das aulas que serão ministradas, o cumprimento do calendário escolar confirmado pela Superintendência de Acompanhamento dos Programas Institucionais.

Os critérios para a bonificação passam pela gestão e definem a porcentagem do bônus a receber. A realização do calendário escolar será verificada diretamente pelos subsecretários. O cumprimento dos serviços no prazo definido será observado por meio de relatórios gerados pelo próprio sistema. Desse modo, a organização do processo inclui o ensino-aprendizagem mesmo tendo alguma inversão da finalidade da escola. Na perspectiva, identifica-se o distanciamento do saber e da formação por metas e prêmios. O saber estabeleceu-se com premiação financeira e não pela sua importância para a cidadania como desenvolvimento político, econômico, social e humano. A palavra cidadania nem consta no documento oficial da reforma e do pacto educacional.

A responsabilização aparece em situações como distribuição de bônus/prêmio para participantes e unidades, divulgação de notas e instalação de placas de Ideb na porta da escola. Em caso de não cumprimento dos requisitos, havia a possibilidade de afastamento do cargo, com voto dos diretores escolares. Isso porque o gestor assume responsabilidades do desenvolvimento pedagógico, do monitoramento do trabalho docente, da frequência dos alunos e da autoavaliação dos resultados de avaliações internas e externas (GOIÁS, 2012).

O diretor tem atribuição de verificar o desempenho de sua gerência administrativa e pedagógica, suscetível a sanções como afastamento do cargo caso não fosse alcançado os resultados esperados, sem considerar o contexto socioemocional e financeiro do punido. A gestão democrática desconsidera a função quem não atinge metas. Em substituição do gestor (eleito pela comunidade escolar) a indicação de outro (interventor) adviria da própria Seduc-GO:

Um dos principais compromissos assumidos pelos novos diretores é o cumprimento das metas estabelecidas pelo IDEB. Para isso, eles terão que conduzir o trabalho nas escolas visando os melhores resultados nas avaliações de aprendizagem dos alunos. Alcançar as metas do IDEB é condição para os gestores permanecerem nos cargos (GOIÁS, 2011).

Como um dos princípios da gestão democrática, a CF/1988 e a LDB atual prescrevem o enfrentamento de embates em razão das alterações realizadas pelos novos reformadores. Mas avançam as políticas neoliberais e o reducionismo de escola enquanto empresa. Dourado (2002, p. 155, 158) menciona que a gestão da reforma goiana é partidária, defendendo “[...] uma participação restrita e funcional às novas formas de controle social, como, por exemplo, a defesa do paradigma de gestão com ênfase na qualidade total”. Nesse sentido, a gestão democrática está nos documentos oficiais que, constantemente, reiteram que os diretores foram aprovados em eleições diretas. Mas a escolha direta dos representantes não garante a democratização, pois “[...] tal procedimento não é suficiente para a democratização da escola se, articulados a ele, não forem implementados outros instrumentos de participação e decisão”.

Assim, no Pacto pela Educação, gestores escolares transformam-se em figuras gerencialistas. O incentivo é de meritocracia, com foco no controle dos resultados. Nessa questão gerencial, há planilhas e sistemas de monitoramento de

dados, como se esses transparecessem a realidade da aprendizagem. Em contraposição, Libâneo (2012) argumenta que tais metas se quantificam pela diminuição de curso no ensino e não pela preparação de alunos.

O modelo de educação economicista e tecnicista mantém os valores das verbas destinadas à educação, mas apenas apresenta índices de aprendizagem em planilhas e avaliações externas. Ele nega o conhecimento cultural, científico e reflexivo ao aluno e reduz a aprendizagem a avaliações e notas,. Como consequência, as metas alcançadas pela escola determinam o que será feito por financiadores como Instituto Ayrton Senna, Fundação Lehman, Instituto Alfa e Beto, Todos pela Educação e Instituto Itaú Unibanco.

3.3 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2015-2018 NA SEDUC-GO: A LUTA CONTRA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Ao analisar a rede estadual de educação, faz-se necessário mencionar dados da dimensão e dos desdobramentos dos impactos financeiros e sociais da tentativa de redução da rede de ensino para a implantação das OSs. Goiás agrega 246 municípios

O estado de Goiás tinha 4.668 escolas em 2018, aumento de 2,5% em relação a 2014. Daquele total, apenas 513 estavam na zona rural, ou seja, 11% atendiam à população do campo. Como pode ser visto no Gráfico 1, não houve mudanças abruptas entre 2014 e 2018 nos números de escolas. Nota-se que a maioria das unidades escolares pertence à rede municipal (53%); em seguida aparecem as escolas privadas com 24% e as da rede estadual com 22%. Os estabelecimentos de ensino federais, mesmo com grande aumento nos últimos cinco anos, perfazem menos de 1% do total (IMB, 2018, p. 1).

Seguindo análise mais detalhada das unidades da educação básica, de 2014 a 2018, houve redução no número de escolas de ensino fundamental: de 3.452 em 2014 para 3.415 em 2018. Sucedeu diferentemente no ensino médio com 931 para 976 nesse período. Entre todas elas, as matrículas contavam 1.459.704 em 2018, distribuídas nas escolas públicas e particulares, sendo as municipais com 45% do total, tendo as estaduais 34%. Os dados indicam o motivo do sistema público buscar a gerência das OSs, mesmo após seu insucesso na área da saúde.

Essas organizações são públicas de direito privado, previstas na Lei 9.637, de 15 de maio de 1998. Suas atividades se dirigem para o ensino e a pesquisa, o

desenvolvimento tecnológico, a proteção e preservação do meio ambiente, a cultura e a saúde, não tendo finalidade de lucro, usando a transferência direta de recursos públicos. Sua implantação gerencialista tecnicista se molda pela privatização de um setor que não pode ser privatizado. A educação e a saúde se compõem, na CF/1988, como direito individual e social. No modelo gerencialista, essa espécie de gestão assimila características próximas das praticadas no setor privado (BRASIL, 1997).

A política neoliberal introduzida pelo discurso de democratizar a educação, “[...] teve abertura no início dos anos 90, ainda com Fernando Collor, consolidando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso que promoveu a “modernização” do estado” (CARVALHO, 2010, p. 16). Ela defendeu que havia uma crise gerencial com a falta de eficiência e efetividade na produtividade na gestão educacional.

Para justificar o discurso da falta de qualidade na educação, por lógica neoliberalista, o segundo governo consecutivo do governador Perillo, em 2015, buscou implantar as Oss no campo educacional, pois já se estabeleciam na saúde. Tal implantação do modelo gestor-empresarial nas escolas representava a atuação em escolas estaduais de ensino fundamental e médio. O projeto, no mínimo controverso, previu repassar a gestão dessas unidades públicas para essas instituições de direito privado.

Seguindo sua implantação na saúde, a gestão administrativa das OSs teria o fim da gestão democrática, algo previsto no ordenamento jurídico, bem como a alteração no contrato de pessoal. Dentre outras prerrogativas, as mais graves seriam a transferência da autonomia da comunidade escolar para a empresa alheia à realidade da escola. Para concretizar a implantação, era necessário desconstruir a eficiência da escola pública e da gestão educacional democrática. A solução poderia ser vista com entusiasmo por alguns, mesmo tendo pilares do tecnicismo que agrega o tripé responsabilização, meritocracia e privatização.

A gestão compartilhada, defendida pela Seduc-GO, estava na pasta de Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. Atuando como secretária de educação entre 2015 e 2018, conforme plataforma Lattes, tinha graduação em Letras (1970) e mestrado (1977), ambos pela Universidade de Brasília; doutorado em Filosofia (1986), pela Universidade da Califórnia. Até o momento, sua última atualização do currículo foi em maio de 2010, constando sua experiência como professora adjunto

IV na Faculdade de Letras da UFG, pois não obteve êxito quando se candidatou ao cargo de reitora dessa instituição. Na política, exerceu por dois mandatos de deputada federal, foi secretária de educação estadual de educação do Rio Grande do Sul em 2021, após ter sido membra do Conselho de Gestão da Educação do governo de São Paulo. Veio a ser secretária estadual da educação em Goiás, defendendo a necessidade das OSs nas escolas junto à a reforma administrativa implantada na pasta.

Houve a redução do número de regionais a partir do discurso de que não seria privatização, nem a terceirização da rede educacional, e sim uma ascensão da empresa bem preparada, o que estimula a competitividade e premia os melhores (meritocracia e responsabilização). Buscando acalantar gestores desgastados pelas políticas implantadas pelo secretário anterior Thiago Peixoto e ter o aceite de estudantes e famílias, o discurso de melhoria era a pauta da qualidade da educação. A gestão compartilhada definia a substituição de diretores-professores por gestores-empresários, atribuindo os problemas educacionais aos primeiros profissionais.

O posicionamento do governador Perillo, ao ser questionado sobre a implantação das Oss, foi de desqualificar o trabalho dos servidores administrativos e professores. Queria convencer o público de que a terceirização era a melhor opção para resolver os entraves das escolas estaduais. Em Salvador, BA, no evento promovido pela Lide-Bahia (Líderes empresariais), ele defendeu que Goiás terceirizaria a educação, já tendo experiência na saúde:

O governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) vai terceirizar a área de educação do seu estado para torná-la mais eficiente. Disse que começará com 25% da rede de ensino estadual, equivalente a 300 escolas entre o final desse ano e o começo de 2016, mesmo ciente das dificuldades e resistências que enfrenará. Decidiu mudar a educação visando tornar Goiás um dos cinco estados mais produtivos e eficientes do País nos próximos anos. Governador quatro vezes, Perillo deu uma aula de liberalismo para empresários e políticos, nesta terça- feira, 17, em Salvador, em evento promovido pela Lide-Bahia (Grupo de Líderes Empresariais). Classificando a lei de estabilidade do funcionalismo público como “a coisa mais imbecil e mais burra que existe” e a Lei das Licitações como protetora, mas que entrava, disse que para fazer sua gestão funcionar, já terceirizou toda a área de saúde e “como deu certo” será “o primeiro governador a terceirizar na educação”. Presente ao evento, o ex-secretário da Copa 2014, o comunista Ney Campelo, pediu mais detalhes sobre a terceirização de áreas tão importantes. Perillo explicou que Goiás tem dois procuradores especialistas em terceiro setor e organizações sociais que fazem o trabalho preliminar. Depois busca assessorias para complementar a modelagem. “Muita gente está de olho no que vamos fazer lá, pessoas focadas na melhoria da educação, pois todos querem ver essa área avançar. Não

consigo ver a educação avançando com sindicatos agressivos e essa coisa de professor pedir licença para tudo a qualquer hora. Vou conseguir chegar a uma melhoria na medida que o mau professor ou professor relapso, ou professor que não cumpre suas metas, possam ser desligados. Só no fato de a gente quebrar a espinha da contratação, de definir metas claras, será uma outra coisa. Mas não pode haver aumento de gastos em relação ao modelo antigo, senão não vale a pena”, disse.

Perillo exaltou a experiência positiva que tem em Goiás com os 26 colégios militares do estado. “As melhores notas do Ideb são desses colégios porque tem duas coisas que a gente não vê por aí: hierarquia e disciplina”, disse.

O governador contou uma história ocorrida na greve dos professores de Goiás esse ano para mostrar não ter medo de enfrentar o sindicalismo. “Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remedinho pra vocês. Colégio Militar e Organização Social. Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de ‘nego’ que tenha coragem de enfrentar”. Foi muito aplaudido (TALENTO, 2015, on-line, grifo nosso).

O governador mencionou suas intenções num encontro com empresários, uma vez que a professores e estudantes no seu estado originário não fez tais argumentos. Para a sociedade goiana, os discursos do governador e da secretária eram sobre a qualidade, embora com o neotecnismo no controle dos processos. O controle dos serviços públicos impliaria o mesmo ditame controladores dos profissionais da educação. O posicionamento político-ideológico diverso do neoliberal alude como esse se dá:

[...] a política neoliberal irá buscar referendar-se por meio de concepções de ensino que expressem sua maneira de interpretar o mundo, como um lugar democrático e livre, um tipo de formação adequada à nova conjuntura de instabilidade do mercado de trabalho e crise estrutural do capital (CARVALHO, 2010, p. 43).

No discurso do governador, nota-se a ausência do diálogo com os profissionais e os sindicatos, afastando o princípio da política pública construída conforme a realidade e o respeito a cada unidade escolar. Os fatores psicossociais precisam ser instituídos para a educação voltada à comunidade/população, e não a índices introduzidos pelo avanço neoliberal. Os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela apresentação dos encaminhamentos de licitações para a escolha das OSs e das militarizações de escolas. Simultaneamente, ocorrem greves de professores e ocupações estudantis em escolas de ensino médio, havendo recursos junto ao judiciário.

Quanto à militarização das escolas públicas, o governador Ronaldo Caiado, trabalhou para a ampliação das propostas iniciadas na gestão de Perillo. Em 2013, o quantitativo de colégios militares eram 18. As unidades de CPMG, em 2015, somaram mais 15 e, em 2017, cresceram mais 25 delas.

A expansão dos colégios militares está sob um olhar contextualizado da política de desarticular os movimentos de lutas por direitos dos professores e dos profissionais administrativos da rede estadual de educação. Esse crescimento junto ao pós-movimento grevista, de 2013 a 2015 e de 2017, foi estratégia de Perillo se eleger ao senado e elevar seu vice a sucessor no governo de Goiás (2015-2018) (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018). A implantação dos colégios militares teve intencionalidade de crescer o movimento de militarização de outras escolas em Goiás.

O objetivo alcançado em militarizar escolas estaduais foi apresentar junto à sociedade uma gestão de monitoramento e punição, o que se constitui como forma de controle social e manutenção da ordem estabelecida. A expansão das escolas militares e a implantação das OSs na educação seguem as medidas neoliberais que condenam o Estado forte. Sua justificativa é de ele ser oneroso e impedir a livre concorrência (liberdade econômica). O modelo de militarização é modo de operação educacional e social do neoliberalismo, reforçando a meritocracia, o ranqueamento de índices, a hierarquia, a competitividade e outros aspectos. Ele aliena uma parcela da sociedade que busca soluções rápidas, escondendo sua operacionalização ideológica de extrema direita, neoconservadora e neoliberal.

Dessa forma, os neoliberais defendem o controle para desarticular os movimentos sindicais, estudantis e outros, utilizando a desregulamentação da força de trabalho, a diminuição da renda e a fragmentação do processo produtivo. Nota-se que, nas décadas de atuação de Perillo, houve áreas enfraquecidas pela expansão neoliberal. As privatizações das estatais como Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e Companhia Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) mudaram a gestão de gerenciamento dos serviços para a população goiana.

A razão neoliberal fundou sua proposta de gestão gerencial da escola pública em Goiás, desrespeitando a CF/1988, a LDB e o PNE. Sua busca por políticas públicas educacionais formata-se ao mercado e não à legislação, passando longe da necessidade escolar regional e nacional. O neoliberalismo defende a visão de custo-

benefício, dando racionalidade econômica generalizada para todas as atividades sociais e educacionais (HEINEN, 2020).

Sobre o perfil apresentado pelo modelo de escola empresa (LAVAL, 2019), gestores não se enquadravam aos moldes dos professores que estavam em sala de aula. Transpareceu que existem perfis distintos para gestor e docente, algo que distancia das funções de ambos, separados por hierarquias temporárias. A categoria das atividades deles se relacionam a práticas com visão idealista da profissão. Essa foi substituída pela mercantilista tendo o professor apenas executando planejamento das aulas com conteúdos, avaliações, formação para o mercado, a partir de índices avaliativos de parâmetros nacionais e internacionais. Já o gestor atua como profissional de liderança que alcança metas, busca conter as indagações do coletivo e cumpre as determinações da secretaria estadual.

Esse distanciamento da visão do professor e do gestor na escola abre espaço para interventor que é indicado pela secretaria caso haja afastamento ou não tenha candidato à função. Isso mostra que a atuação do gestor não precisa conhecer a realidade da escola, o que tem base no modelo taylorista, apenas com rígida especificação de tarefas executadas. Desse modo, o professor é especialista para a sala de aula e o gestor para planejamento da ação educativa da totalidade da prática pedagógica.

Nessa discussão, historicamente, os interessados no desenvolvimento do mercado passaram a levar tal eficiência da administração capitalista para a escola, tendo princípios e métodos da empresa. O procedimento desconsidera que os objetivos da escola sistematizada de apropriação da cultura são antagônicos àqueles de empresa capitalista. Sendo os meios de controle do trabalho advindo a exploração não se aplicados aos da formação com autonomia na educação.

Na escola com pensamento empresarial, o aluno é empreendedor do próprio futuro, cujas ações formativas apresentam competência e capacidade. Sobre as OSs, a aparência de transparecer confiança à população repercutiu na publicação de perguntas e respostas que explicassem suas bases e funcionamento, sendo separadas por assunto destinado a estudantes, professores, sociedade, diretores, sobre o projeto em Goiás e outros. A partir desses últimos itens, o Quadro 6 apresenta os sugestivos esclarecimentos.

Quadro 9 - Projeto das OSs em Goiás (2015)

Sobre os diretores	Sobre o projeto OS
<p>1) O que muda para o gestor? Ele permanecerá na função, pois foi eleito pela comunidade escolar. Ele terá a missão de interlocutor da Seduce na escola, havendo autonomia do Conselho Escolar, mas de responsabilidade da educação do Estado.</p>	<p>1) Escolas serão privatizadas? Não, pois privatização é vender, e não haverá Numa perda de controle público. Na OS, ocorre a gestão compartilhada com as escolas, públicas e gratuitas. As OSs apenas tornam ágeis a gestão das unidades, reduzem a burocracia e os custos, para a qualidade do ensino.</p>
<p>2) Por que trazer pessoas de fora e não capacitar as da Seduce? A secretaria oferece cursos de capacitação para servidores, mas o diretor não tem tempo de exercer seu papel de liderança pedagógica do mesmo modo que os docentes. Com a nova gestão, toda a carga administrativa ficará com a OS, dando mais tempo a eles.</p>	<p>2) O Estado terceirizará a educação? Não, pois terceirização é prestação de serviços, e a OS é parceria de fomento. Nesse, o Estado financia e controla o agente privado prestador de serviços ao cidadão, atendendo requisitos de equidade e termos de melhorias.</p>
<p>3) O Estado continua como responsável pela educação? Sim, e a responsabilidade da secretária será ampliada elaborando as políticas públicas e fiscalizando a aplicação de recursos, metas e resultados previstos.</p>	<p>3) A parceria será em todas as escolas públicas? Não, somente nas escolas que se encaixam nos critérios de seleção, melhorando a qualidade daquelas com rendimento baixo.</p>
	<p>4) A gestão compartilhada começará em quais escolas? A primeira etapa de implantação inclui 23 escolas e, ao longo de 2016, haverá outras 200 unidades.</p> <p>5) Quais regiões participarão das OSs? A primeira fase com 23 escolas de Anápolis, Goiânia e entorno do Distrito Federal, selecionadas com indicadores de perfil e demanda da unidade. Das 27 Oss que buscaram se habilitar, 13 passaram pela Seduce, sendo avaliadas pela PGE, CGE e Casa Civil. Quando forem definidas, assumirão a tarefa</p>

	nas unidades escolares do projeto.
	6) Por que adotar a parceria na educação? Porque a OS aumenta a atuação estatal, possibilitando a forma ágil de benefício ao cidadão, cujos parceiros estarão sob supervisão da Seduce, para a operação na rede escolar.
	7) Quais critérios de contratação das OSs? Empresas, grupos ou organizações com experiência em gestão serão pontuadas, quais já administraram escola tendo menos ou mais de 500 estudantes.
	8) Há semelhança com a OS da saúde? Sim, pois é gestão compartilhada, embora distinta por ser área diferente, sendo um modelo de parceria de implantação ampla e criteriosamente estudada.
	9) O modelo imita o adotado nos EUA? O modelo americano difere do adotado em Goiás, pois esse é inédito no Brasil. A Seduce garantirá controle do governo e a participação do Conselho Escolar na gestão, com escolha de diretores de forma democrática.
	10) Como se faz a qualificação das OSs? A qualificação inicia-se com protocolo na Secretaria de Estado da Casa Civil, com documentações pessoais dos dirigentes e CNPJ, em 15 dias, sendo avaliados pela Seduce que atesta a capacidade técnica. Depois, o processo vai para a Advocacia Setorial da Casa Civil que dará parecer jurídico. Com a aprovação, retornará à Casa Civil que elaborará o decreto de sua qualificação. O governador leva-a a participar pelo chamamento público, tendo princípios de impessoalidade, moralidade e eficiência.
	11) Até quando as Oss se qualificarão? Elas serão admitidas permanentemente, sem limite de data. Sua qualificação é feita na Casa Civil, passa pelo chamamento, que não é uma licitação. A concorrência é pelo currículo e proposta de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir do Portal Seduce (GOIÁS, 2017).

Sobre as questões para a gestão escolar, apenas três foram descritas, como se fossem bastantes para os esclarecimentos; sobre o projeto em si, houve 12

indagações, embora também não sejam suficientes para saneamento de dúvidas singulares de alguns.

Identifica-se que muitas respostas inferem a continuidade do controle. As ações decisórias feitas por OSs nas escolas incorreriam na esfera administrativa com significações na sala de aula. A divisão das responsabilidades da gestão ocorreria de forma dupla, com o estado se eximindo de uma participação direta pela via do contrato de gestão com a entidade privada.

Nesse modelo, o professor seria afastado da gestão escolar, obedecendo a linha de maior detalhamento de atividades, que não diz respeito em si que serve para a solução de problemas ou a melhoria da educação goiana. Na entrevista da secretária Teixeira dada ao O Popular, em 05 de fevereiro de 2016, ilustra-se o pensamento do governo estadual com referências às mudanças educacionais:

Mudanças são parte da vida e foram elas que nos trouxeram até aqui. Em Goiás vamos mudar o sistema educacional público com a gestão compartilhada com as organizações sociais (Oss), um fenômeno amplo que avança pelo mundo e se enquadra no conceito conhecido como governança pública colaborativa, que significa a formação de redes multi-institucionais, para o trato de questões públicas como saúde e educação. Mudanças profundas não caem do céu e a construção desse modelo, que testaremos em 23 escolas da região de Anápolis, foi cercada de muitos cuidados (TEIXEIRA, 2016, entrevista dada ao O Popular [s/d]).

Compreende-se que o governo propôs uma solução para as dificuldades educacionais com a implantação de Oss. A ideia trata de mudanças administrativas visando ao bem comum, defendendo também a qualidade e a gestão eficiente. O modelo inovador enuncia um discurso de instituição apropriada para a realidade, mas elas não foram implantadas. Muitos na comunidade escolar resistiram esse modelo, havendo a alegação do Ministério Público de que o repasse do custo por aluno, pelo Fundeb, seria repassado as OSs.

Mesmo com a tentativa sem sucesso, essa ameaça do pluralismo de gestões poderia ter fundado um controle pedagógico e administrativo que traria maiores problemas para a educação. A construção coletiva da escola se dá sob a ótica da qualidade que atende às necessidades do público profissional e estudantil. O modelo privado/terceirizado de serviço para a educação compreende apenas as intenções neoliberais. Para a manutenção de conquistas históricas da educação

brasileira, os princípios da gestão democrática são de valorização dos profissionais da educação.

3.4 A REFORMA EDUCACIONAL GOIANA NA GESTÃO 2019-2023 NA SEDUC-GO: O AVESSO DO AVESSO

O governo de Ronaldo Caiado, iniciado em 2019, pode ser compreendido como aquele que promoveu a educação avesso do avesso, pois houve o desmantelamento de direitos. Mudaram os atores, mas as políticas de retirada da autonomia da gestão, o achatamento do plano de carreira docente, a perda de direitos da categoria e outras faces do neoliberalismo continuaram avançando.

O neoliberalismo estava alinhado ao governo federal, acelerando as políticas de descentralização fundamentada em parâmetros privados. As medidas de concessão de autonomia à rede de escolas e a semiprivatização foram fenômenos de efetiva transferência da educação para o mercado. O parâmetro foi de classificação das escolas com nível de desempenho que configuram os resultados de avaliações nacionais em larga escala (MARTINS, 2001).

Como mencionado, as políticas neoliberais nortearam todos os projetos educacionais, pedagógicos, burocráticos de plano de carreira. Nas últimas décadas, ocorreu a correspondência entre a regulação burocrática no campo educacional, com significativa inserção da gestão pública. O papel dos diretores torna-se mais complexo, adaptando-se às orientações gerenciais de órgãos governamentais. Os compromissos administrativos responderam à estrutura organizacional de submeter a comunidade escolar a avaliações de desempenho.

As contradições dos processos educativos na gestão têm relações de poder no espaço escolar. O governo Caiado repercutiu sua influência a deputados estaduais. A destinação de verbas de gabinetes instalou a significativa troca de favores entre grupos (toma lá, dá cá). As emendas impositivas foram usadas para a construção de quadras poliesportivas, escolas pública, eventos de datas comemorativas, levando servidores da educação a apoiarem determinados candidatos.

Também ocorre o alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo nessa gestão com projetos aprovados sem discussão com as categorias de profissionais

da educação. Em demonstração dessa sintonia, Bruno Peixoto, presidente da Alego, no encontro com a secretária Fátima Gavioli e alguns parlamentares, discursou na apresentação do Balanço das ações 2019-2022 sobre o foco de obter as notas mais altas do Ideb, fazendo parcerias entre os poderes:

Todos os deputados desta 20ª Legislatura têm um carinho especial e diferenciado pela Educação do nosso estado. Nós estamos aqui para contribuir e ajudar de forma concreta com o nosso sistema educacional e assim faremos. Vamos trabalhar na devolução da economia do duodécimo para que todos os colégios sejam beneficiados com a implantação de laboratórios ainda esse ano. Queremos e vamos ser os primeiros no Ideb, esse é o nosso objetivo e temos condições para isso”, destacou Bruno Peixoto. [...] Hoje apresentamos aqui a estrutura da educação estadual, os nossos principais programas e projetos e também o nosso time de gerentes e superintendentes. A parceria forte entre a Assembleia Legislativa e Secretaria de Educação foi fundamental para que as ações do governo chegassem às escolas, aos professores e servidores, mas principalmente, aos nossos estudantes e suas famílias nestes últimos quatro anos (GOIÁS, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS, 2023, *on-line*).

Com os programas apresentados, as condições de sua implantação se percebem como algo avesso do avesso, caso também presente na Reforma da previdência do magistério, no fim do quinquênio, na ampliação de 24 para 60 meses dos contratos de profissionais com redução dos concursos públicos, na retirada dos apoios da sala de aula com alteração remuneratória por hora relógio desses professores, no aumento da carga horária docente de 28 para 32 aulas sem melhorar a remuneração desvalorizando seu tempo de planejamento, na alta da taxa dos aposentados, na venda do Hospital do Servidor Público, na alteração do regime jurídico do Ipasgo. Esses são os principais retrocessos vistos em Goiás a partir de 2019, desempenhados por um governo que menciona cuidar da educação do estado.

Essas ações vão ao encontro do Pacto pela Educação instituído no sistema estadual de ensino. Sua estrutura gera a desarticulação dos direitos do servidor, influenciando na oferta educacional e nos convênios com a iniciativa privada. Em 2019, o número de instituições conveniadas com a rede estadual atingiu 61 unidades, sendo a maioria especializada na oferta de educação especial e profissional. Entre elas constituíram-se as entidades religiosas e filantrópicas.

Com esse exponencial, encontram-se as escolas militares que somaram 59, distribuídas em 45 municípios goianos. Em parceria com o sistema estadual de

ensino, o padrão de gestão e currículo escolar baseou-se na disciplina e na hierarquia militar, adaptadas ao perfil e à estrutura física das unidades. Seu modelo de ensino aprimou-se com maior intensidade, entre 2013 e 2017, pela parceria do sistema estadual de ensino com a Polícia Militar, havendo cobrança de taxas de matrículas dos estudantes (ALVES;TOSCHI; FERREIRA, 2018).

Sobre a militarização da educação pública, Goiás e outros estados mostra como se deu a transferência de um modelo para outro. O cenário educacional segue uma estrutura de corporações, pelo que

As escolas estaduais militarizadas em Goiás, Maranhão e Piauí apresentam vínculos oficiais ambíguos, pois, após militarizadas, passaram a ser reconhecidas como parte da estrutura organizacional das respectivas corporações e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, mantêm seu vínculo administrativo com as respectivas secretarias de educação. Apesar disso, todas essas unidades escolares eram escolas públicas civis, da respectiva rede estadual de educação, que foram criadas com verbas dessas secretarias e, em um dado momento, quando estavam em pleno funcionamento, tiveram suas gestões “transferidas” para corporações militares (SANTOS; ALVES, 2022, p. 10-1).

Essas escolas militares mostram as principais questões na falta de gestão democrática, sendo um dos princípios da LDB/1996. Essa gestão tem prerrogativa nas unidades da federação. A eleição direta indica que em qualquer unidade que recebe verba pública esta é cabida, sendo instrumento essencial para a concretização do ato democrático no âmbito escolar, pelo que ser diretor é função provisória de professor.

Pela proximidade e influência de organismos internacionais na educação, a atual secretária Fátima Gaviolli integra a equipe da Fundação Lemann na função de consultora. Tendo sua primeira graduação em Letras (1997) pela Faculdade de Educação de Cacoal, Rondônia, fez Mestrado em Educação. Sua atuação política tem sido constante: de 2016 a 2017, foi vice-presidente do Consed, coordenou o Prêmio Gestão Escolar no MEC (2015-2016), atuou como secretária de educação em Rondônia até 2016, no segundo mandato do ex-governador Confúcio Aires Moura, assumiu a Seduc-GO desde 2018.

Em razão de ela integrar a consultoria dessa fundação, menciona-se que Lemann é investidor da 3G Capital, da Burger King e da Gera Venture Capital, focada em educação. Os recursos em *startups* dão origem à *holding* Eleva

Educação. Também gere ONGs e fundações como Gerando Falcões, mostrando domínio em desenvolvimento nas periferias. Sua organização sem fins lucrativos há 15 anos trabalha por uma educação pública de qualidade. Em parceria com governos, atua em 24 redes públicas no Brasil com Programa Formar. Ele participou da construção da BNCC em abril de 2013. O Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais, ocorrido nos EUA, foi organizado e patrocinado por ele. Também gere os programas de implementação de *Internet* nas escolas e de alfabetização em parceria com a Associação Bem Comum e o Instituto Natura (MACEDO, 2014).

A elaboração da BNCC sofreu diversas alterações, favorecendo o rebaixamento da formação e a precarização do trabalho docente. A influência dessas instituições dita os rumos da educação brasileira. Ocorre um processo simultâneo que altera a gestão escolar pela indução de parcerias. Os procedimentos gerenciais mostram sua semiprivatização nos assuntos educacionais. Esse fenômeno representa uma grande alteração da dinâmica educativa em que o sistema de ensino institui parâmetros privados como referência para os serviços públicos.

A reforma educacional realizada em Goiás, por meio do Pacto pela Educação, intensificou perdas de direitos de professores da rede estadual. A situação de maior desprofissionalização e precarização nas condições de trabalho se nota na área educacional. A inclusão do bônus pelo resultado de avaliações externas reforça o caráter neotecnista de metas e índices e alimenta a ação eleitoreira nesse processo. Pelo *marketing* midiático eleitoral os interesses transpassam governos, os profissionais da educação se alinham à reforma, pois recebem bônus por resultados alcançados.

Tal situação, para quem compreende a lógica do sistema neoliberal, é vista como ludibriosa, já que o piso dos professores são pagos para alguns, mas figura como se fosse para todos na carreira docente. O plano se desconstruiu com bônus não integralizado para aposentados e licenciados. O atual governo manobrou conquistas e direitos trabalhistas dos servidores, usando recursos públicos para pagamento de bônus.

A prática do controle segue nas premiações, nas médias de avaliações de larga escala projetadas por governos nacional e estadual, o que compromete a

autonomia dos diretores na condução da gestão educacional. Suas ações administrativas e pedagógicas se pautam nos resultados de processos avaliativos. Suas expectativas estão no desempenho dos alunos, cujas notas norteiam a regulação do trabalho da Seduc. O pagamento do bônus recompensa uns por critérios enquanto outros são desconsiderados no contexto predeterminado.

As mudanças vêm ocorrendo de modo acelerado. Desde o final de 2019, com o aparecimento do coronavírus, sendo comunicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a sua proliferação em 30 de janeiro de 2020, foi classificou como perigoso às populações por seu potencial de contaminação e letalidade. Com a emergência de saúde pública internacional, o mais alto nível de alerta causou pânico no mundo.

Em dezembro de 2019, a OMS foi alertada pela China sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei. Tratava-se do novo coronavírus originado na China, antes não identificado em humanos. A doença covid-19 alcançou o patamar de pandemia em março de 2020, mesma época que Brasil declarou a calamidade pública.

À época, a Unesco realizou a primeira contagem global da situação educacional impactada por essa pandemia. Registrou quase 300 milhões de alunos afetados em 22 países, em três continentes, pelo fechamento de escolas devido à crise gerada naquele momento. A doença trouxe grandes preocupações dos estados internacionais e alterações profundas nas relações políticas, socioeconômicas e outras em escala global.

Nesse contexto, o atual governo se deparou com desafios em todos os setores de enfrentamento à covid-19. O processo de ensino-aprendizagem foi paralizado de aulas presenciais, mudando o trabalho docente e da gestão escolar, depois atuando no sistema remoto. Vieira e Ricci (2020) observam que a situação começou com a contagem de massa global da Covid-19, como questão de saúde pública, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e educacionais. O isolamento social foi imposto com graus variados de dureza em vários países e em suas regiões, como estados brasileiros que tiveram nivelamento de mais ou menos restrições, havendo o “[...] alcance de 300 milhões de crianças e adolescentes fora da escola foi anunciado nos primeiros 30 dias de transmissão global e generalizada do vírus”, apontado por Vieira e Ricci (2020, p. 1). Mundialmente, até o final de

março de 2020, a situação viral afetou a mais de 850 milhões de crianças em cerca de cem países. Os prejuízos na educação atrasou o desenvolvimento cognitivo e emocional incalculáveis.

Até esse período, a Unesco anunciou que “[...] 1,6 bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas, em 191 países, representando 90,2% da população estudantil mundial, os quais enfrentam, como consequência, interrupções no desenvolvimento escolar” (VIEIRA; RICCI, 2020, p. 2). Diante da proibição de contato presencial, o ensino remoto se fez pelo uso de aparelhos com Internet para atividades.

Vieira e Ricci (2020) pontuam que a disponibilização de ferramentas *on-line* para as atividades se enquadra no conceito de educação a distância (EAD). A necessidade do ensino remoto teve influência da Fundação Lemann atuando em Goiás. No dia 20 de março de 2020, essa fundação publicou no seu *site* uma mensagem tratando de ações da aprendizagem sobre o contexto da Covid-19, com a intenção de ampliar a comercialização de seus produtos nas escolas públicas:

Nós, da Fundação Lemann, temos o compromisso com a educação pública, de qualidade e para todas e todos no centro de tudo que fazemos e acreditamos. Com a propagação do Covid-19 (novo agente do Coronavírus) no Brasil e com o fechamento das escolas, torna-se necessário pensar ações práticas e viabilizar soluções para que o ensino a distância se torne alternativa real aos alunos e alunas das diferentes regiões do país, garantindo e fortalecendo a aprendizagem adequada e o ensino de qualidade que defendemos (FUNDAÇÃO LEMMAN, 2020, *on-line*).

Ao lado do MEC, do Consed e da Undime, essa fundação afirma que a educação remota terá qualidade pedagógica com o governo Lula. Metade da população com até um salário mínimo não possui computador nem *Internet* em casa, propondo assim:

[...] ter dados gratuitos para acessar conteúdos de educação, aproveitando recursos de plataformas já utilizadas pela população, como WhatsApp, YouTube e Facebook. Também queremos incentivar o uso de plataformas como a Khan Academy, que é financiada pela Fundação Lemann e oferece acesso 100% gratuito a conteúdos nas disciplinas de Português, Ciências e Matemática (FUNDAÇÃO LEMMAN, 2020, *on-line*).

Nesse debate, para Frigotto (2010), a ampliação empresarial na educação pública frisa que ela “[...] não é mais um direito subjetivo do ser humano; tornou-se um negócio ao longo do tempo. É nesse contexto que o campo da esfera pública

surge como campo de negócio, atendendo às demandas do mercado”. Ele aponta outras práticas privatistas como flexibilização curricular, EaD e cobrança de mensalidade em universidades públicas. Nesse governo, houve a ampliação de projetos conservadores que deslegitimam a construção de educação democrática, libertadora que respeite a subjetividade de alunos e professores. As iniciativas com temas como Future-se, Escola sem partido, Educação em casa, Militarização das escolas públicas e Cortes nas verbas para a educação (PEC 95) são ações que fragilizam a educação pública objetivando privatizá-la.

Intencionalmente, a escola pública está num modelo analógico, tendo referência às fábricas têxteis da Revolução Industrial. As salas cheias, quentes e desconfortáveis refletem a estrutura fragmentada da qualidade esperada. Os conteúdos uniformes não dialogam com os contextos sociais e regionais de estudantes, os quais se socializam, embora, muitas vezes, diante da realidade violenta e carente.

Os profissionais da educação vivenciam essa proposital precarização da escola. Há rebaixamento salarial, intensificação do trabalho docente, falta de formação adequada de professores e estudantes. Ma esse espaço pode encorajar a resistência da categoria contra os ataques a direitos. Na troca de saberes é vista a socialização entre os sujeitos.

Empresários e economistas decidem o que querem sobre as escolas públicas, pois implantam um modelo de ensino com plataformas educativas e propostas de governos que não diálogam com os responsáveis dos estudantes. Falta a representação de educadores e sindicatos, no chamado ensino mais avançado, o que acelera a precarização da educação básica. Ocorre a exclusão dos jovens às universidades. Num futuro próximo, muitos ficarão na fila dos desempregados, pois as máquinas causam a reserva de subempregos ou trabalhos informais.

Os professores foram inseridos no formato de ensino sem estrutura e financiamento condizentes com as realidades das escolas. Os governos nacional e regionais adotaram políticas públicas para resguardar o acesso às tecnologias. A inexistência de linhas de crédito para a aquisição de *notbook*, *smartphone* e outros impedem a aprendizagem remota.

Em Goiás nesse período, foram concedidos R\$ 100,00 para professores e diretores pagarem custos com o ensino remoto. Esse valor não subsidia a aquisição

de máquinas, caso seja necessária. Também a ajuda de custo de acesso à *Internet* e outros incentivos foi implementada pelo governo de Goiás para os estudantes, que receberam *kits* uniforme e material didático. Professores receberam *notebook* na rede estadual. Mas com o desfalque no plano de carreira docentes, pois perderam o quinquênio, a licença prêmio, a inexistência do pagamento do piso, a taxa da aposentadoria.

A contextualização histórica da Roma antiga pode ser colocada quanto a um fornecimento de subsídio para atenuar a insatisfação dos indivíduos. Conforme consta no portal Icssuu (2021), para conter possíveis revoltas do povo devido ao desemprego exagerado, o imperador Otávio Augusto, governante de Roma de 27 a.C. a 14 d.C., fez a política do pão e circo para alimentar e divertir a população. O problema levava os camponeses a migrarem para as cidades, o que gerou outras condições ruins de vida pelo crescimento urbano desenfreado. A política não era para as classes populares. Daí a solução de ludibriar o povo apenas oferecia bagatelas de forma institucional. A diversão advinha das lutas de gladiadores e os pães distribuídos gratuitamente nos estádios, diminuindo as chances de revoltas.

Nesse contexto, essa política antiga apenas mudou de roupagem com a distribuição de *kits*, aparelhos eletrônicos, bônus e outros aparatos. A finalidade é massificar as informações que servem para esconder as reformas prejudiciais a grupos, como se deu com a BNCC e as medidas neoliberais distorcidas de atender as necessidades do público escolar. Os eventos promovidos divulgam ideias de manipulação com ajudas de custos e bônus.

No caso da Covid-19, Vieira e Ricci (2020) afirmam que países como China mostram uma sólida infraestrutura de *Internet* e tecnologia adotadas nas atividades *on-line* de educação. No Brasil, a ausência de uma política nacional para essa finalidade retarda o enfrentamento de problemas semelhantes aos ocorridos pela falta de aparelhos e *Internet* de cerca de metade dos alunos. De modo geral, os estados brasileiros adotaram as medidas protetivas. São Paulo buscou a educação não formal com o canal TV Educação, em colaboração com o Centro Estadual de Mídia. As aulas foram transmitidas em veículo de televisão e *on-line* em horários alternados, cujos conteúdos ofertados seguiram a etapa do ensino fundamental, havendo o regime especial de aulas não presenciais (Reanp).

Esse regime era a alternativa emergencial do governo estadual como medida de frear a contaminação da Covid-19. Esse tipo remoto foi deliberado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás, por meio da Resolução CEE/CP 18, de 06 de novembro de 2020. As mídias digitais que estavam dissociada das aulas foram usadas como veículo para o ensino escolar. Os problemas e as dificuldades tornaram-se mais amplos diante da exclusão de alunos sem acesso à tecnologia e do analfabetismo digital. Os habitantes da zona rural e os pobres sem aparelhos eletrônicos foram os mais prejudicados no cenário pandêmico.

Em agosto de 2021, o ensino voltou a ser presencial, mas de maneira escalonada. Continuaram os prejuízos na aprendizagem e no emocional de crianças e jovens, às vezes, impossíveis de serem sanados, principalmente para os da rede pública que já vivencia a desigualdade socioeconômica em comparação com o setor particular.

Na gestão democrática, há dois princípios fundamentais para a sua caracterização: autonomia e participação da comunidade escolar. Esses formam a engrenagem para a tomada de decisões coletivas, pois cabe a participação de todos. A luta pela cidadania no campo educacional, para Frigotto, Gadotti e Romão (1997), é a mesma que emancipa o indivíduo para a vida. As temáticas das lutas sociais (meio ambiente, distribuição de renda, reforma agrária, desemprego, direito fundamentais, aposentadoria e outros) desencadeiam o levantamento da educação pública, obrigatória, gratuita e laica para todos. As relações democráticas e igualitárias na escola exercitam a cultura de participação da comunidade em segmentos da construção educacional democrática no País.

Essa gestão na escola pública foi desconstruída pelas políticas neoliberais, com desrespeito às orientações de leis vigentes. O controle de metas serve para eleger os resultados e as punição que destituem a função de diretores que não conseguem se manter em conformidade com as demandas da Seduc/GO. As orientações são implementadas por etapas, provas e processos de escolha do diretor. A eleição é quase dirigida entre aqueles que se enquadram entre os pré-requisitos exigidos pelo neoliberalismo.

As políticas públicas educacionais interlaçam as determinações dos organismos internacionais que moldam currículos como BNCC. A problemática vivenciada pela reforma do ensino médio, por exemplo, condiciona o processo de

ensino-aprendizagem à memorização de conteúdos para responder testes. O ensino empobrecido vem da formação inicial seguindo sua figura na cultura e no pensamento científico do estudante.

A estrutura criada pelo modelo neoliberal reforça a estatização do estudante da escola pública moldado para o mercado. Suas necessidades seguem o currículo do empreendedorismo, mas as constatações evidenciam os limites dos índices que expressam a qualidade das redes de ensino. A melhoria das notas não significa que haja sólida preparação escolar dos alunos.

O viés neoliberal tem concorrência em economias de mercado que abrangem vários setores da sociedade. Pelas legislações, as instituições públicas recebem determinações de organismos internacionais que regulam as políticas. Pode se pensar numa nova ordem educacional no Brasil mundialmente organizada. O neoliberalismo avança para a educação homogênea, cujas transformações e medidas impostas seguem a mesma direção. Mesmo que as condições socioeconômicas não se assemelhem, o modelo educacional globalizado segue adiante ocasionando desigualdade cultural, econômica e social. A gestão torna-se o condutor da obtenção dos índices de avaliações externas. Sua função demonstra a eficiência da mercadorização da escola pública.

As políticas públicas educacionais relacionadas aos governos federais de cada período, de 2011 a 2021, focando na educação básica, determinaram momentos como seriam as etapas de ensino, principalmente no período de 2011 e 2016. O neoliberalismo avançou sobre a realidade social, partindo da educação básica. As reformas neoconservadoras promotoras da desigualdade socioeconômica e educacional tiveram alcance bem além da dominação do capital.

A criação do Pacto pela Educação, até a atualidade no governo Caiado (2019-2023), permite a identificação de como se dá a função de gestores no ambiente do ensino estadual de Goiás. Sua atuação tem se esvaziado à medida que as atividades de planejamento, organização e monitoramento de avaliações se assemelham às ações empresariais. Os profissionais da educação se tornam meros executores de programas e projetos. São treinados e supervisionados por organizações internacionais por meio das nacionais, cumprindo interesses empresariais do mercado.

A divulgação de resultados de avaliações externas reforça a crença de que as escolas públicas ineficientes podem melhorar com a privatização setorial como gestão escolar. As prestadoras de serviços educacionais se vinculam às corporações. Os governos estaduais estudados junto a seus secretários figuram o caráter ideológico e político das estratégias neoliberais. Tais especialistas no campo educacional visaram ao desempenho do público escolar dito como qualidade da educação pública. A rede da educação se percebe como neoliberal com meios de padronizar as medidas de integração das redes de educação. A construção das políticas públicas educacionais está representada na atuação dos governos e de instituições como MEC no Brasil, secretarias regionais e organizações como Unesco, Unicef, Fundação Lemann, bancos e outras que aderem a tal inovação de políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese compreendeu a gestão da rede pública de ensino em Goiás e as políticas neoliberais e seus avanços na educação, de 2011 a 2021. As políticas públicas educacionais neoliberais mostraram como se caracteriza o contexto histórico atual, especialmente em processos de globalização econômica e educacional. A gestão foi colocada à disposição de interesses de organismos internacionais, como BM, o que incide em planejamento e organização curricular e pedagógica dos sistemas de ensino.

Algumas medidas neoliberais se diluem nos currículos escolares, pela compatibilidade de tais políticas estarem em vários documentos dos organismos internacionais que repercutem na escola. A narrativa engloba a redução da pobreza e de tensões sociais, a fim da integração de estudantes pobres em todos os meios sociais. As mudanças escolares implantadas após 1990 interferem na gestão e no funcionamento da unidade. Os processos de trabalho de profissionais da educação seguem a pressão das redes de ensino, havendo imposição de currículo que destitui a autonomia da gestão democrática e do ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, as políticas educacionais implementadas na rede estadual em Goiás refletem suas práticas nas orientações de organismos internacionais. O MEC representa tais mecanismos de intervenção estatal de interesses de grupos. Designam a escola pública à educação das camadas pobres, com objetivos do capitalismo globalizado. Nesse cenário, o governo Perillo (2011-2014) intituiu o Pacto pela Educação, sobrepondo reforma educativa no ensino, o que representou um contexto do nacional, pois ressoou a internacionalização de políticas educacionais. A padronização educacional resulta na formação distante da realidade, na qual o indivíduo desenvolveria suas habilidades e competências com os conhecimentos básicos (leitura-escrita-interpretação de português e matemática, ciências e tecnologia), para atender aos padrões do mercado.

Esse programa de governo se amparou em ordenamentos jurídicos com diretrizes, materiais didáticos e outros parâmetros de reestruturação de políticas educacionais públicas. O movimento de intervenção empresarial apresentou contornos pela inserção de ONGs, fundações, institutos e prestadoras de serviços

educacionais, como na tentativa das Oss. Essa inserção abrange áreas estratégicas da educação articulada com os organismos internacionais.

Esses mantêm o domínio que dirige a rede de ensino público que garante a continuidade no poder nas mãos de poucos. Os instrumentos de controle originam do neoliberalismo, por meio de avaliações externas de desempenho de alunos, premiação e punição ora veladas ora explícitas. Desse modo, o sistema empresarial escolar produz suas estratégias de pressão apoiada em índices educacionais das escolas. Nesse sentido, estudos futuros poderão analisar mais impactos de reformas internacionais repercutidas em regiões brasileiras.

Tais estratégias formam induzem as escolas a caracterizar o ensino-aprendizagem como preparação para as provas nacionais. Os processos internos de avaliação são instruídos por ações externas, com programas de recuperação de alunos, mecanismos de flexibilização da avaliação que camufla resultados. Toda mostra de provas se subordina à lógica de políticas e resultados. Professores e alunos se moldam ao sistema, havendo transferência e cancelamento de matrícula dos faltosos e evadidos, sendo medidas adotadas para amenizar o fluxo da evasão escolar. O estabelecimento de ensino direciona sua ação pedagógica para as avaliações externas. As metas curriculares fixam-se em expectativas de resultados nas avaliações externas.

Desse modo, as escolas buscam o perfil de alunos e famílias que ajudem a melhorar os indicadores avaliativos. Nesse currículo da escola, já o enfraquecimento da qualidade da educação, sendo fato contrário aos que os programas de governo apregoam. O Programa Reconhecer para estruturar o sistema de reconhecimento e remuneração por mérito parece que foi percebido pelos professores como mecanismo de controle e punição de suas ações. Os critérios rígidos desse programa não consideram suas condições psicológicas e fisiológicas e retira-lhes direitos previstos no plano de carreira, pelo que há precarização das condições de trabalho deles que causa sofrimento profissional. Nas mudanças, principalmente da demanda por controle e fiscalização da escola, aumentaram as tarefas administrativas de professores, coordenadores e diretores. A ação relega a efetividade das atribuições pedagógicas.

A gestão que gerencia o cumprimento de atividades voltadas para apenas resultados retira certas características do trabalho docente, o que diminui muito a

gestão democrática e a identidade funcional do ensino. Todos se tornam meros executores de tarefas elencadas nos manuais pedagógicos. Desse modo, as funções de gestão e docência se esvaziam dos sentidos mais amplos do ensino-aprendizagem e perdem sua autonomia. À medida que o planejamento avaliativo e a organização das atividades educacionais são transferidas para Ongs, fundações, secretarias e outras empresas contratados pela rede de educação a formação de professores sofre imposição e conveniência de interesses escusos que acabam utilizando seus meios para dominação psicossocial. Os *kits* pedagógicos em sala de aula apresentam listas de conteúdos, vídeo-aulas, provas externas e outros quesitos de apoio para ou trabalho em sala de aula.

Esses materiais dão o suporte para a execução docente com unificação do currículo. De um lado, materiais assim facilitam o acompanhamento dos conteúdos, se o aluno for transferido entre escolas. De outro, eles apenas se destinam a avaliações externas indicadoras de índices que não revelam a realidade da aprendizagem. Sabendo disso, muitos profissionais da educação pública do estado de Goiás expressaram descontentamento (embora não tenha ocorrido entrevistas na metodologia deste estudo), mas esse fato é possível de identificar, pois sendo eu professora dessa rede presencio essa insatisfação e resistência na categoria.

Pela implantação das medidas governamentais que tem passado a educação, alguns docentes buscam alternativas de ensino contra a rigidez das políticas públicas neoliberais, embora se adaptem praticamente em todos os mecanismos de controle, já que esses são estruturados de modo a centralizarem os resultados do ensino. Os testes em sala de aula demandam a padronização do ensino-aprendizagem, com tendência de subordinar as atividades pedagógicas e os conteúdos curriculares a um seguimento de metas que não comportam a competência e habilidade dos participantes da escola. A uniformização do projeto educacional que valoriza os resultados imediatos aproxima-se da perspectiva empresarial de escola.

O direcionamento das disciplinas-chave se determina por conteúdos cobrados nos testes, o que leva os professores a deixarem parte deles para segundo plano, não incluindo aspectos da formação da personalidade e outros considerados acessórios. Essa compreensão restringe o currículo influenciado por padrões externos, em que os professores adotam livros didáticos sustentados por teorias

mecanicistas, com hierarquia de níveis de conhecimento. Os exercícios de repetição e memorização atingem as políticas de resultado vigentes na rede estadual, cujo estreitamento curricular regula as práticas dos indivíduos além dos muros das escola em suas decisões na vida.

Assim, o contexto educacional com a gestão seguindo políticas neoliberais, entre 2011 e 2021, mostrou o funcionamento da gestão e do aspecto curricular de escolas públicas. O instrumento de domínio é fortemente visível na reprodução educacional neoliberal, atendendo às necessidades da estrutura capitalista. A escola não é o único espaço dessa formação, mas sua realidade estrutural é a mais promissora desse acesso ao conhecimento sistematizado desenvolvido historicamente. A discussão nesse quesito não finaliza nesta pesquisa, pois para haver educação pública democrática e de qualidade alinhada às realidades econômicas e sociais da população ainda será preciso muito mais aprofundamento sobre como se dá a formação plena do indivíduo, sem fugir do papel da escola também formar sujeitos para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Reformas conservadoras e a nova educação: orientações hegemônicas no mec e no CNE. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0225329, 2019.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 633-648, set./dez. 2019.

AMORIM, Hellen Cristina Cavalcante. *Políticas de formação de professores da educação básica: estudo de caso do curso de formação pedagógica do Parfor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PUC Goiás*, 2018.

AMORIM NETO, Octavio. menciona o artigo *A Natureza da Crise Política de 2015 a 2016. Relações Internacionais Dezembro*, v. 52, p. 43-54, 2016.

AZEVEDO, Janete Maria Lins; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). *Qualidade social da educação básica*. Camaragibe. PE: CCS, 2016.

BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARONI, Isabelle. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. *Gazeta do Povo*, 26 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAS, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de dezembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 dez. 1968.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências (revogada). *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 ago. 1971.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, seção I, ano CXXVI, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Lei 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 maio 1998.

_____. Decreto 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2007. Revogado pelo Decreto 10.959/2022.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 abr. 2007.

_____. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 jun. 2007.

_____. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição PEC 82/2011, de 13 de setembro de 2011. Altera o art. 206 da Constituição Federal para inserir o inciso IX prevendo a meritocracia com um dos princípios norteadores do ensino público no Brasil.

_____. Lei 12.858, de 09 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 set. 2013.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jun. 2014.

_____. MEC. Portaria 790, de 27 de julho de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, n. 144, 28 jul. 2016.

_____. Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 2016.

_____. Lei 13.415, em 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 fev. 2017.

_____. Decreto 9.665, de 02 de janeiro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 jan. 2019.

_____. Decreto 10.004, de 30 de dezembro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2019.

_____. Decreto 10.959, de 8 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 fev. 2022.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Emenda Constitucional 14, de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 2603, 24 out. 1995. Exposição dos motivos.

CAMARGO, Deise Teresinha. *Gestão educacional: relações e correlações necessárias*. Trabalho (TCC de especialização em Gestão Educacional) - UFSC, Tio Hugo, RS, 2009.

CAMPOS, Marli; SILVA, N. M. Aguiar. Gestão escolar e suas competências: um estudo da construção social do conceito de gestão. IX Congresso Nacional de educação. *EDUCERE. III encontro Sul Brasileiro de Psicologia*, PUCPR, 2009.

CARVALHO, Saulo Rodrigues. *Políticas neoliberais e educação pós-moderna no ensino paulista*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

CASTRO, Vanessa Mariano; MORAIS, Fabiano Alves; PEIXOTO, Francisca Valéria de Sales. A gestão democrática, o neoliberalismo e o papel da escola pública em meio a sociedade contraditória do capital. EIXO IV - Gestão da educação básica e gestão do ensino superior: os desafios da gestão democrática. *Anais do III Seminário Nacional da Rede Mapa*, p. 331-337, 2018.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil* : aprendizagens e desafios. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

CRUZ, Bruno Nicolau Cerine; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. Projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe: repercussões na educação latinoamericana. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/caril/Downloads/PROJETO+PRINCIPAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+PARA+A+AM%C3%89RICA+LATINA+E+O+CARIBE_+REPERCUSS%C3%95ES+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+LATINOAMERICANA.docx.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

DELGADO, Gabriela de Oliveira. *Cultura e resistência estudantil em política educacional: as ocupações dos institutos federais no estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

DOURADO, L. F. A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. C. S. *Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?* Campinas: Papyrus, 2002.

DOWBOR, Laodislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Sesc, 2020.

DUARTE, Newton. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. 3. ed. Campinas, SP : Autores Associados, 2013.

FIANI, Ronaldo. A especificidade do estado desenvolvimentista. *Boletim Análise Político*, p. 25-29, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5603/5/BAPI_3_Especificidade_esta_do.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECONRJ. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010. p. 35-70.

FILIPE, Fabiana Alvarenga. *A concepção de qualidade educacional induzida pelas avaliações em larga escala: análise de documentos oficiais do Estado de São Paulo (2008-2014)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

FONSECA, M. A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: redefinindo o papel da educação e do professor. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 7, n. 12, p.85- 97, jan./jun. 2001.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. Escolas e gerenciadas: diretividade, burocratização e controle do trabalho escolar. In: _____. (Orgs.). *Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate*. Goiânia: UCG, 2004. p. 189-213.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 965-987, out. 2007.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação, *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

_____. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G.; GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: IPF; Cortez, 1997.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDAÇÃO FHC. *Linha do tempo: educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas*, 2022. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/>>. Acesso em: 30 maio 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Ferramentas e ações para fortalecer a aprendizagem remota*. 20 MAR. 2020.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2015.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 159-174, set./out. 2018.

GOIÁS. Seduc. Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças. Secretaria de Estado da Educação. Goiânia, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.see.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/default.asp>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

_____. Assembleia Legislativa. *Tem início na Assembleia audiência sobre Educação*, 2011. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/46503/tem-inicio-na-assembleia-audiencia-sobre-educacao>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. *Programa Reconhecer - educação, o mérito é seu*. Critérios e procedimentos 2012. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.2%20Programa%20Reconhecer/Reconhecer%202012%20-%20Crit%C3%A9rios%20e%20Procedimentos.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. *Perguntas e respostas sobre organizações sociais*. Publicado em: 25 jan. 2017. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/esporte/28-page/3681-perguntas-e-respostas-sobre-organizacoes-sociais.html>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

_____. Assembleia Legislativa de Goiás. *Bruno Peixoto e deputados reforçam parceria com a educação*. 02 mar. 2023. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/130149/bruno-peixoto-e-deputados-reforcam-parceria-com-a-educacao>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. Lei 17.402, de 06 de setembro de 2011. Institui o bônus de estímulo à regência aos professores em regência de classe e em exercício nas unidades escolares pertencentes à rede estadual de ensino e dá outras providências. *Casa Civil*, 2011.

_____. Resolução CEE/CP 18, de 06 de novembro de 2020. Autoriza as instituições do sistema educativo do estado de Goiás a adotarem o regime especial de aulas não presenciais. *Presidência do Conselho Estadual de Educação de Goiás*, em Goiânia, aos 06 dias do mês de novembro de 2020.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. *Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, SP, 2022.

GRISA, Gregório. *Como foi o desempenho do governo Bolsonaro na educação?* 11 abr. 2022.

HEINEN, Luana Renostro (Org.). *Estado e direitos no contexto de neoliberalismo*. Florianópolis: Habitus, 2020.

ISSUU. *Acerta mais enem história* - manual do professor. 03 ago. 2021.

KANE, R.J.; STAIGER, D.O. The promise and pitfalls of using imprecise school accountability measures. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 16, n. 4, p. 91- 114, 2002.

KLEES, Steven J.; EDWARDS JR, D. Brent. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, p. 11-30, jan.-mar. 2015.

IMB - Instituto Mauro Borges. *Panorama da Educação Básica em Goiás de 2014 a 2018*.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo; Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: a escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LUCE, Beatriz; MEDEIROS, Isabel L. P. (Orgs.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3 p.1530-1555 out./dez. 2014

_____. A base é a base - e o currículo o que é? In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: Anpae, 2018.

MARQUES, Maria Alice de Freitas. Políticas educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do ensino superior e profissional. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* v. 12, n. 41, p. 661-676, 2018.

MARTINS, Ângela Maria. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 77, p. 28-48, dez. 2001.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. A contribuição do materialismo histórico-dialético para a análise das políticas educacionais. In. CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas, SP: Autores Associados. 2014. p. 177-184.

MICHAELIS. *Qualidade*. Melhoramentos, 2022.

MOTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio Frigotto. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória n. 746/2016 (Lei n. 13.415/2017). *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, abr./jun. 2017.

MOURA, Priscila de Oliveira. *O sistema de bônus/prêmio na reforma pacto pela educação (Seduc/Goiás 2011-2014)*. Dissertação (Mestrado em Educação) UFG, 2016.

NASSIF, Lourdes. Neoliberalismo do governo Temer trouxe a nova segregação social, por Marcio Pochmann. *GGN Jornal de Todos os Brasis*. Publicado em 7 de maio de 2018, 16:36.

OLIVEIRA, D. A. *Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências *RBPAE*, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Cleilton; SILVA, Guaracy. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a educação. *RBPAE*, v. 34, n. 1, p. 253-269, jan./abr. 2018.

PECK, Jamie. *Constructions of neoliberal reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997.

PORTAL CUT. *Cronologias das lutas*. 2022. Disponível em: <<https://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

RÊSES, R. Silva; PAULO, Weslei Garcia. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiá. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 700-724, set./dez. 2019.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17 n. 50, p. 283-493, maio/ago. 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Docencia y cultura escolar: reformas y modelo educativo*. Buenos Aires: Lugar, 1997.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, e09144, p. 1-18, 2022.

SAVIANI, D. *História do tempo e tempo da história*. Campinas: Autores Associados, 2015.

SHIROMA, E. O; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Conversão das almas pela liturgia da palavra: uma análise do movimento todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Karine da Silva; BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. A meritocracia na educação escolar brasileira. *Temas & Matizes*, Cascavel, v. 12, n. 22, p. 36-50, jan./jun. 2018.

TALENTO, Biaggio. *Goiás vai terceirizar a educação após experiência na saúde*. *A Tarde*, 17 nov. 2015.

TEIXEIRA, E. C. O. *Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR, 2002.

TISATTO, Cristian Andrei; BENTO, Juliane Santana. Atores e disputas: a quem interessam as políticas públicas do campo educacional? *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p. 766-788, ago. 2021. ISSN: 2175-5604.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. *RBPAE*, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VIEIRA, Cecilia Maria *et al.* Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. esp., p. 316-334, jan./jun. 2013.

VIEIRA, L.; RICCI, M. A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo. *Oemesc editorial de abril*, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/7432/EDITORIAL_DE_ABRIL___L_et_cia_Vieira_e_Maike_Ricci_final_15882101662453_7432.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TEIXEIRA, Raquel. Um caminho para a excelência. *O Popular*, 05 fev. 2016.

XIMENES, S. *Entrevista cedida a Katia Machado EPSJV/ Fiocruz*, em 15-12-2017. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-um-documento-tecnocratico-e-conservador-produzido-sem-transparencia>>. Acesso em: 12 mar. 2022.